

Marilene Aparecida Lemos

A produção dos espaços de
fronteira nos relatos de viagem:
cidade, Estado e nação

A fronteira Brasil-Argentina
nas primeiras
décadas do século XX



**A produção dos espaços de fronteira nos
relatos de viagem: cidade, Estado e nação.
A fronteira Brasil-Argentina nas primeiras
décadas do século XX**

Marilene Aparecida Lemos

**A produção dos espaços de fronteira nos
relatos de viagem: cidade, Estado e nação.
A fronteira Brasil-Argentina nas primeiras
décadas do século XX**

Copyright © Marilene Aparecida Lemos

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Marilene Aparecida Lemos

A produção dos espaços de fronteira nos relatos de viagem: cidade, Estado e nação. A fronteira Brasil-Argentina nas primeiras décadas do século XX.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 188p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1824-3 [Digital]

1. Espaços de fronteira. 2. Cidade. 3. Estado. 4. Nação. 5. Fronteira Brasil-Argentina. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Arte da capa: Acervo fotográfico da viagem de 1929 (CEOM, 2005)

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Revisão: Lourdes Kaminski

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

À Otacília e Domingos, meus pais.

Trinticuatro

Mi madre falava mui bien, yo entendía.
Fabi andá faser los deber, yo fasía.
Fabi traseme meio litro de leite, yo trasía.
Desí pra doña Cora que amañá le pago, yo disía.
Deya iso gurí i yo deiyava.
Mas mi maestra no entendía.
Mandava cartas en mi caderno
todo con rojo (igualsito su cara) i asinava imbaiyo.
Mas mi madre no entendía.
Le iso pra mim ijo i yo leía.
Mas mi madre no entendía.
Qué fiseste meu fio, te dise que te portaras bien
i yo me portava.
A historia se repitió por muintos mes.
Mi maestra iscrevía mas mi madre no entendía.
Mi maestra iscrevía mas mi madre no entendía.
Intonse serto día mi madre entendió i dise:
Meu fio, tu terás que deiyá la iscuola
i yo deiyé.
(Fabián Severo, Noite nu Norte)

Sumário

Prefácio	11
Apresentação	17
Agradecimentos	21
Lista de mapas e figuras	23
1. Circunstâncias históricas da demarcação da fronteira entre Brasil e Argentina	25
1.1 Palmas ou Misiones	27
1.2 A fronteira no pós-guerra do Paraguai	31
1.3 A reivindicação oficial da Argentina	32
1.4 O Tratado de Montevideu (1890) e a decisão arbitral (1895)	36
1.5 Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina)	41
2. Contexto da escrita dos relatos de viagens	53
2.1 Estudo de questões indígenas: viagens ao Sul do Brasil – séculos XVI e XVII	54
2.2 Novas descobertas e explorações: expedições para a capitania de São Paulo – século XVIII	55
2.3 Colonização e ocupação de espaços “vazios”: viagens ao interior do Brasil – séculos XIX e XX	56
2.3.1 <i>Viagem de Manuel Bernárdez - de Buenos Aires às cataratas do Iguaçu (1901)</i>	60
2.3.2 <i>Expedição de Curitiba à colônia militar de Foz do Iguaçu e a obra Pela fronteira, de Domingos Nascimento (1903)</i>	62
2.3.3 <i>A excursão do governador Adolfo Konder de Florianópolis a Dionísio Cerqueira e a obra A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras (2005)</i>	64
3. Processos de produção do espaço de fronteira e do povoado de Dionísio Cerqueira	69
3.1 Formulações sobre a natureza	71
3.2 O povoado de Dionísio Cerqueira	78
3.2.1 <i>Fundação</i>	78
3.2.2 <i>Relações entre rua e sertão</i>	80
3.2.3 <i>Uma (re)divisão do espaço de fronteira</i>	86
3.3 (Re)nomeação do povoado	94

4. Efeitos do Jurídico, do Político e do Econômico na produção de sentidos, sujeitos e espaços fronteiriços	103
4.1 Decisões político-jurídicas e a produção de sentidos nos espaços de fronteira	106
4.2 A ponte como imaginário de limite/deslimite do espaço de fronteira	113
4.3 Entre moeda e língua: discursos e aproximações	122
4.4 Relações de substituição: <i>não, nem</i> e <i>desnacionalização</i>	127
4.4.1 <i>Relações de substituição: não, nem</i>	129
4.4.2 <i>Relações de substituição: desnacionalização</i>	132
5. Análise de formulações sobre a escola argentina e sobre a fundação da escola nacional	139
5.1 Discursos que perpassam a criação da escola nacional	142
5.2 “A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano”	147
5.3 “Para não ficarem analphabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon”	154
5.3.1 <i>Para não ficarem analphabetos/para não serem analphabetos</i>	154
5.3.2 <i>O hino argentino e sua relação com a pátria</i>	156
5.3.3 <i>O sujeito letrado não autorizado</i>	158
5.3.4 <i>Discursos da/na escola argentina de Barracón</i>	164
Considerações finais	167
Referências	173

Prefácio

Este livro de Marilene Lemos discute uma questão que se reapresenta com força nos processos geopolíticos: a produção do espaço das fronteiras políticas e territoriais. Fronteira que é, acentua a autora, uma produção simbólica. Há certamente nessa reapresentação, diferenças importantes no que toca ao tipo de forças presentes no processo histórico em que se produziu o Estado nacional e aquelas das reconfigurações em curso, que todos testemunhamos.

A publicação resulta da tese de doutorado da autora apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. É uma pesquisa que expõe a intervenção dos discursos sobre a cultura, com destaque particular para a língua, nos processos político-jurídicos de demarcação de espaços na fronteira. Para isso, trabalha na perspectiva de compreender “de que modo a linguagem, a própria língua, intervém nesse processo simbólico e político que se dá na história”.

E incide sobre a situação dinâmica das demarcações política e territorial em uma fronteira peculiar, que não é binária, mas tríplice, ao envolver as divisões nacionais entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, e internacionais, entre as cidades de Dionísio Cerqueira (SC) e Barracão (PR), no Brasil, e Bernardo de Irigoyen (Misiones), na Argentina. Trata-se de uma situação também apropriada para observar as relações entre Cidade, Estado e Nação. Como expõe Eni Orlandi, logo no início de seu livro, *A cidade dos sentidos* (2004), a cidade representa a dimensão sensível, de formas visíveis, organizadas, calculadas, dessa entidade abstrata que é uma nação, um país, que pode ser pensado como um conjunto de cidades distribuídas em sua superfície. Cidade e território são solidários. Entrar e sair dessas cidades de fronteira é assim situar-se em territórios de países diferentes, em suas dimensões política, jurídica, cultural e sensível, que os definem.

O estudo toma, assim, o espaço de fronteira como objeto de linguagem, no cruzamento das áreas de análise do discurso, história das ideias linguísticas, e, saber urbano e linguagem. As análises que fundamentam a pesquisa se dão com base no levantamento de arquivo documental, com a montagem de um *corpus* privilegiado para observar o objeto que se propõe. São relatos de viagens e de expedições para o reconhecimento do território e para mapeamento a fim de traçar as linhas limítrofes dos Estados, considerando também o desenho das cidades. São eles: *Pela fronteira*, de 1903, de Domingos Nascimento, e *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, organizada pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM.

O levantamento e a leitura deste material de arquivo permitem à pesquisadora observar, como parte do objeto, outro campo de questões, vinculado ao funcionamento simbólico que se dá em tais condições: as ações feitas para a produção do espaço tomam em conta, de modo capital, as línguas na fronteira. Isso se dá em relação, seja às línguas que vão funcionar como línguas nacionais dos Estados envolvidos – a língua portuguesa e a língua espanhola –, seja às “misturas de línguas”. Estas são entendidas pela pesquisadora como um fenômeno natural frequente nas fronteiras, nas diversas instâncias das práticas de linguagem da população, pelas trocas espontâneas decorrentes da proximidade, da “emergência e urgência de comunicação”.

O espaço de fronteira abrangido pela pesquisa acomoda historicamente a presença de diferentes línguas e também de suas misturas, como a da língua espanhola com o guarani, na proximidade do Paraguai, onde esta última predomina, e com a portuguesa. E, além desta, a mistura do espanhol com o português. Sabemos, pelos estudos do discurso, que tanto as línguas nacionais quanto as misturas de línguas configuram distintas materialidades linguísticas, que funcionam segundo sua interpretação nas práticas discursivas. Contudo, analisa a autora, neste arquivo a mistura das línguas é interpretada, também ela, assim como as línguas maternas de imigrantes, no contraste com as línguas nacionais,

justamente como uma prática linguística que “desnacionaliza” o trabalho em curso de construção da nação, já que tais materialidades são tomadas por “discursos sobre a língua”, ligados a uma determinada história social em que se notabiliza uma história de ideias linguísticas. A fluidez das relações entre as línguas que se misturam nesta fronteira é espelho daquelas entre os sujeitos e os espaços pelos quais transitam, e um empecilho para traçar a linha de demarcação clara entre as nações limítrofes.

As análises aqui desenvolvidas interessam de modo particular à discussão das políticas de ensino, pela observação, na pesquisa, do material de arquivo no que ele traz sobre a linguagem e as línguas quanto às ações políticas de demarcação do espaço, sobretudo, aquelas feitas em torno da alfabetização, da construção de escolas e do ensino de uma ou outra língua, em um lado e outro da fronteira, justamente quando o que está em questão é a configuração dos espaços de pertencimento da população, no contexto de formação do Estado/Nação na região. Institucionalmente, interessa não apenas alfabetizar, mas alfabetizar em determinada língua. Assim funcionam as línguas entendidas não apenas como emblema simbólico de uma nação, mas ainda como elemento sólido a compor o estabelecimento do Estado/Nação na produção simbólica e política do espaço, pela tomada em conta das línguas em um espaço de fronteira múltipla.

Deste modo, as análises contemplam e discutem especificações bastante significativas sobre a materialidade das línguas própria das regiões de fronteira. Elas indicam, nesse processo histórico, as situações das línguas e os estatutos que elas passam a ocupar, tanto para o Estado quanto para os sujeitos falantes, como língua nacional, estrangeira, vizinha, materna, de contato e de mistura. Estatutos que, como cabe a toda análise fina indicar, se alternam conforme o espaço em que funcionam, pois se apresentam em certa disposição espacial.

Neste caso, se trata de uma disposição espacial que é diferente, por exemplo, das situações de imigração, conforme indicado na área, em que as línguas se tensionam não apenas por estarem

próximas, lado a lado em um espaço contínuo como o de fronteira, mas sim por estarem em batimento porque sobrepostas no mesmo espaço nacional.

Assim, as descrições e as discussões sobre o espaço e as línguas levam a pesquisa a contornar certas considerações positivistas sobre esta relação, compreendendo noções, funcionamentos de materialidades e dimensões distintas da linguagem, funcionando nas interpretações, nas identificações, enfim, nos jogos das línguas.

Como se pode notar, o arquivo selecionado, nesta pesquisa, se apresenta fecundo para as análises da produção do espaço. Na textualidade dos relatos de viagens e expedições, o leitor pode notar como as narrativas, as descrições, os diálogos se enredam na (re)produção de discursos colonizadores, nacionalistas, positivistas. É interessante acompanhar como suas formulações são destrinchadas, é o caso de dizer, nas análises linguístico-discursivas de estruturas sintático-semânticas, como as de equivalência, as comparativas e as negativas. Elas materializam as relações de reflexo com o “espaço do outro”: o outro Estado, a outra língua, a outra nação, em face dos quais a unidade vai se constituir.

Os relatos são textos escritos sob o efeito de transparência da linguagem, de tal modo que o espaço a dividir e a dominar aparece como espaço natural e “vazio”. Neste ponto, a discussão da tese encontra seu veio teórico mais propulsor.

Contraditoriamente, quanto mais o foco da reflexão se aproxima das partes do objeto que “tocam o chão” – local de rios, pontes, cidades, ruas, montanha e sertão, e também os lugares estratégicos para construir os postos institucionais, como o cartório e a escola –, maiores então são as possibilidades que se apresentam de apreender e formular questões na compreensão do espaço.

A tese se constrói, portanto, com argumentos substanciais que mobilizam a compreensão do espaço como categoria teórica, como espaço produzido simbolicamente, não vazio, mas pleno de práticas institucionais estatais, nacionais, urbanas e também linguísticas.

Os elementos elencados tornam possível melhor compreender não só que as divisões e a continuidade do espaço são parte de processos históricos e simbólicos, mas também que os sentidos, a linguagem – as suas formas sintático-semânticas, por exemplo, supõem e retomam os sentidos preexistentes que produzem esse espaço e, simultaneamente, os sujeitos que o habitam.

Essa concepção materialista do espaço e de sua relação *constitutiva* com a linguagem e com os sujeitos marca a originalidade da abordagem discursiva adotada em relação a outras disciplinas que se debruçam sobre esses objetos. Lembremos, no campo de estudos da linguagem, das pesquisas nas áreas de sociolinguística, dialetologia ou geolinguística, que pressupõem uma relação de *covariação* entre espaço e linguagem: o espaço é considerado como um fator (geográfico), entre outros fatores (tais como idade, sexo, estatuto socioeconômico, origem étnica), que são *externos* à língua, mas que afetam seu funcionamento, em particular, sua *variabilidade*. A relação entre espaço e linguagem, concebida pela análise do discurso, também não se confunde com a relação de *analogia* que norteia outras disciplinas do espaço que tomam como modelo o funcionamento da língua, fazendo da linguística uma “ciência piloto” – do mesmo modo que esta inspirara a antropologia estrutural de Lévi-Strauss e outras elaborações, a partir dos conceitos de língua, inspiradas na reflexão instaurada por Ferdinand de Saussure. Ao tomar o espaço como objeto simbólico que é indissociável dos sujeitos, a linguagem, a própria língua – matéria simbólica –, torna-se um observatório possível e privilegiado dos processos de espacialização – e de subjetivação.

Campinas, julho de 2022.

Carolina Rodríguez-Alcalá
Maria Onice Payer

Apresentação

Este livro é uma versão modificada de minha tese de doutorado em Linguística, intitulada *Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens*, defendida em agosto de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação das professoras doutoras Carolina Rodríguez-Alcalá e Maria Onice Payer.

Em linhas gerais, trata-se de um trabalho de pesquisa que tem como objetivo compreender discursivamente a constituição do espaço de fronteira e de suas divisões, ou seja, como as fronteiras políticas e territoriais são produzidas pelo discurso. Assim, o estudo foi feito a partir da Análise de Discurso (AD), em particular, de pesquisas relacionadas com a área Saber Urbano e Linguagem¹, e da História das Ideias Linguísticas (HIL)². A definição de fronteira como *espaço material (político-simbólico)* (Orlandi, 2001b) e a *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço* (Rodríguez-Alcalá, 2011a) são noções centrais desta pesquisa. Levo em consideração que o espaço é o lugar em que se habita, onde há sujeitos vivendo, significando-se e sendo significados³.

Investigo os processos de espacialização, de produção de um espaço particular, que é o espaço de fronteira entre dois estados do

¹ Área implementada pelas pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb/Nudecri, da Unicamp.

² *História das Ideias Linguísticas no Brasil*. Histórico. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>. Acesso em: 28 ago. 2018.

³ A observação acima foi feita pela professora Eni Puccinelli Orlandi, na mesa-redonda “As políticas públicas e as (re)divisões do espaço urbano”, no 6º Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem. 2008. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/noticias/lerNoticia.lab?id=152&categoria=3>. Acesso em: 7 jan. 2018.

Brasil e entre Brasil e Argentina, num processo indissociável da constituição dos sujeitos e das línguas. Apoio-me, para tanto, em duas obras (relatos de viagens): *Pela fronteira* (1903), de Domingos Nascimento⁴, e *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, organizada pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM, que se compõe de dois relatos.

Foi possível analisar que os relatos convergem em certos pontos: significam o espaço de fronteira como um *espaço vazio*, mostram a necessidade de “civilização” do povoado Dionísio Cerqueira pela presença do Estado, por meio da instauração da cidade, ao mesmo tempo em que promovem a identificação dos sujeitos e do espaço fronteiriço ao Estado, por meio de suas instituições. No primeiro relato, esses processos estão sustentados pelo Exército e, nos outros dois, contidos na obra organizada pelo CEOM, pela estrutura jurídico-administrativa do governo do estado de Santa Catarina.

Tendo em vista a instauração do Estado/Nação no espaço de fronteira, apreendo um discurso que participa da produção da fronteira político-territorial, pelo viés do Estado. Ou seja, fica evidenciada nos relatos a “linha divisória” que é “fixada” entre os Estados (inter)nacionais por meio de decisões político-jurídicas e pelos processos de identificação produzidos pelos discursos. Ademais, a divisão/fronteira não é somente do espaço, mas constitui, ao mesmo tempo, uma divisão/fronteira das línguas e dos sujeitos (brasileiros/argentinos), numa relação dissimétrica, hierarquizada.

⁴ Conforme o *Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná* (1991), Domingos Virgílio Nascimento nasceu em Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, em 31 de maio de 1863. Foi aluno da Escola Militar do Rio de Janeiro e de Porto Alegre e participou da propaganda republicana ao lado de Júlio de Castilhos por ocasião de sua passagem pelo Rio Grande do Sul. Além de militar, foi também conhecido como jornalista, poeta e autor do hino do Paraná. Exerceu mandato de deputado federal, mas continuou atuando como jornalista. Faleceu em 30 de agosto de 1915, em Curitiba-PR.

Assim, o espaço de fronteira, de minha perspectiva, um *espaço fluido* não significado por um imaginário de unidade, produz sentidos de um deslimite e, assim como os sujeitos, significa-se na movência dos pertencimentos, num desenganche ou *delinking*, mostrando-me que, embora não haja uma coincidência entre uma fronteira “traçada” e outra fronteira “vívda” socialmente, o processo de produção do espaço de fronteira não se dá apenas como um gesto político-jurídico, mas como um processo de produção de sentidos e sujeitos.

Isso posto, as reflexões desenvolvidas nesta pesquisa poderão oferecer uma contribuição para a Análise de Discurso (AD), particularmente para as pesquisas desenvolvidas na área Saber Urbano e Linguagem, assim como para a História das Ideias Linguísticas (HIL), no sentido de fortalecer e incentivar linhas e grupos de pesquisa, tanto no país como no exterior, em especial aqueles trabalhos que concebem a fronteira como objeto de estudo. Nesse sentido, a análise dos relatos de viagens poderá contribuir para compreender a constituição desse espaço de fronteira, juntamente com os sujeitos e suas línguas, produzindo sentidos que ecoam na atualidade em espaços fronteiriços.

Agradecimentos

Este livro é resultado de uma trajetória coletiva, marcada por diversas vozes, encontros e memórias que ressoam em cada página. Sou profundamente grata a todos que contribuíram para esta caminhada acadêmica e pessoal.

Agradeço às minhas orientadoras – Carolina Rodríguez-Alcalá e Maria Onice Payer, no doutorado; e María Teresa Celada, no mestrado – pelo apoio generoso e pela orientação firme, fundamentais para minha atuação como pesquisadora.

Ao meu supervisor de pós-doutorado, Fábio Ramos Barbosa Filho, pela inspiração e pelas provocações intelectuais que ampliaram meus horizontes teóricos, incentivando-me a aprofundar a teorização da fronteira.

Aos professores do mestrado – Adrián Pablo Fanjul, Helena H. Nagamine Brandão, Maria Onice Payer, María Teresa Celada, María Zulma M. Zulikowski, Marisa Grigoletto e Neide T. Maia González – e do doutorado – Carolina Rodríguez-Alcalá, Eduardo R. J. Guimarães, Mónica G. Zoppi Fontana, Nina V. A. Leite, Sírío Possenti e Suzy M. Lagazzi –, cujas aulas instigantes e questionadoras enriqueceram minha formação acadêmica e pessoal.

Às professoras Claudia R. C. Pfeiffer e Ana Cláudia Fernandes Ferreira, com quem dialoguei ao longo dos anos, especialmente no campo da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas, cujas contribuições foram essenciais para este trabalho. Agradeço também à professora Eliana Rosa Sturza, por seus ensinamentos sobre fronteiras e línguas de fronteira.

Aos historiadores Antonio Marcos Myskiw e Jaci Poli, pelas aulas e discussões sobre a História da Fronteira Sul, e pelo incentivo à investigação da fronteira entre Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Argentina).

Aos meus alunos, ex-alunos e colegas, que me constroem diariamente como professora e pesquisadora, desafiando-me e inspirando-me constantemente.

À minha família e amigos, em especial aos meus pais, irmãos e irmãs, pelo amor e apoio incondicionais – honrando sempre aqueles que, mesmo ausentes, permanecem presentes em minha memória.

E, com igual gratidão, a Silvio Barreto Nunes, companheiro de todas as horas.

Lista de mapas e figuras

Figura 1 - Questão de Palmas ou Misiones (1857 a 1895)	28
Figura 2 - Mapa argentino datado de 1882	33
Figura 3 - Tratado de Montevideu (1890); Linha Zeballos/Bocayuva	37
Figura 4 - Limites entre Brasil e Argentina desde 1895.....	40
Figura 5 - Cidades-gêmeas na zona de fronteira Brasil/Argentina no extremo Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Nordeste de Misiones a partir de 1980	42
Figura 6 - Linha divisória fluvial e artificial	43
Figura 7 - Área em litígio entre Paraná e Santa Catarina (1853-1916)	46
Figura 8 - Paraná e Santa Catarina após o litígio (1917)	47
Figura 9 - Vista panorâmica de Dionísio Cerqueira e Barracón (1929)	50
Figura 10 - Cidades-gêmeas conurbadas: Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) (2008)	50

1. Circunstâncias históricas da demarcação da fronteira entre Brasil e Argentina

Barracão e Barracón são uma só e única povoação cortada por um fiapo de água abandonado e que a língua de um cão, bebendo, revolve e turva.

(*Othon Gama d'Eça, Aos espanhóis confinantes*).

Este capítulo sinaliza o ponto de partida de meus estudos sobre a fronteira. Pretendo, portanto, situar o leitor no que diz respeito às referências e temas que serão citados ao longo deste livro. Dentre os temas mais diretamente implicados por esta exposição, cito o que chamo de memória de fronteira⁵, em particular os tratados de limites entre Portugal-Espanha e entre Brasil-Argentina⁶ (questão político-jurídica). Ademais, este capítulo é especialmente importante porque contextualiza a fronteira em estudo nesta pesquisa: Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen; por exemplo, apresenta aspectos da demarcação da fronteira geográfica Brasil-Argentina e da (re)nomeação dos aglomerados.

Para começar, rememoro certas discussões diplomáticas sobre a definição das fronteiras entre Brasil e Argentina. Cabe assinalar que vários tratados de limites firmados entre Portugal e Espanha, durante o período colonial, especificamente na parte Sul da América, serviram de suporte para as referidas discussões. Dentre esses tratados de limites destaco: o *Tratado de Madrid* (1750), o de *El Pardo* (1761) e o de *Santo Ildefonso* (1777).

⁵ Inspiro-me nas teorizações de Payer (2006), sobre a “memória da língua”, para pensar a constituição da fronteira na relação entre língua e história.

⁶ Nas alusões à fronteira Brasil-Argentina, refiro-me à fronteira entre Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina).

O *Tratado de Madrid*, firmado em 13 de janeiro de 1750, estabelecia, por parte de Portugal, a cedência da Colônia do Sacramento e a margem esquerda do Amazonas a oeste da boca mais ocidental do Japurá. Por parte da Espanha, o tratado determinava a cessão do território da margem esquerda do rio Uruguai ao norte do Ibicuí e reconhecia todas as posses portuguesas na América. Com o tratado, declarava-se que as duas nações ibéricas não usariam de prerrogativas e direitos que podiam pertencer-lhes em virtude de tratados anteriores, tais como: *Tordesilhas*, *Lisboa*, *Utrecht* e da *Escritura de Saragoça*. Adotava-se o princípio do *uti possidetis* de fato, ou seja, os luso-brasileiros permaneceriam nos territórios onde se encontravam, da mesma forma, os hispano-americanos.

Contudo, o *Tratado de Madrid* sofreu séria oposição tanto na América como na Europa. Dessa maneira, pelo tratado assinado em 12 de fevereiro de 1761, em *El Pardo*, declarava-se nulo o *Tratado de Madrid*, antes mesmo que fossem demarcadas as fronteiras na sua totalidade (Heinsfeld, 2014, grifo próprio). A anulação do tratado agradou a ambas as coroas ibéricas (Southey, 1977). Os portugueses julgaram estar em vantagem, já que, para eles, a Colônia de Sacramento representava maior importância para seus interesses do que qualquer alargamento de território em direção aos sertões a oeste da Linha de Tordesilhas. Os espanhóis também estavam satisfeitos, pois, segundo Southey (1977), nunca haviam se convencido de que, na negociação daquele tratado, não foram os portugueses favorecidos pela predileção nacional da rainha Maria Bárbara, portuguesa de nascimento. Contudo, “a tentativa de restaurar a tranquilidade com o tratado de *El Pardo* foi infrutífera” (Heinsfeld, 2014, p. 52, grifo próprio), já que os efeitos do acordo não duraram dois anos.

Assim, em 1º de outubro de 1777, foi assinado em *Santo Ildefonso* um *Tratado Preliminar de Limites na América Meridional*, o qual estabelecia os limites coloniais. O tratado assinado entre Portugal e Espanha foi representado por Francisco Inocêncio de Souza Coutinho e pelo Conde de Floridablanca, respectivamente.

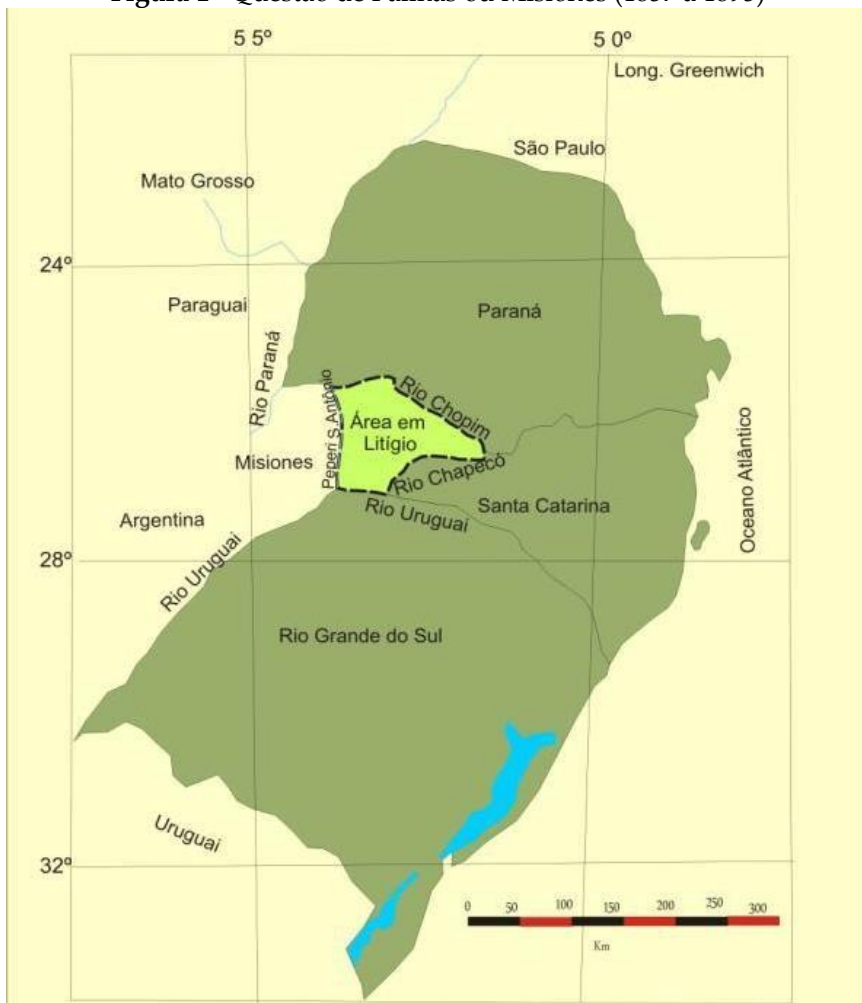
“Na porção Sul da América ficava com a Espanha a Colônia do Sacramento, os Sete Povos das Missões, o território ao norte de Castilhos-Grandes até a Lagoa Mirim, recuando a fronteira até o Rio Piratini” (Soares, 1939 *apud* Heinsfeld, 2014, p. 58-59). Com o *Tratado de Santo Ildefonso*, volta a prevalecer o princípio do *uti possidetis*, o qual já havia norteado as negociações do *Tratado de Madrid*. A partir da foz do rio Peperi-Guaçu no Uruguai, em direção norte, a linha limítrofe definida em *Santo Ildefonso* era a mesma do *Tratado de Madrid*.

O traçado das fronteiras estabelecidas pelo *Tratado de Santo Ildefonso* correspondia à ideia principal de Carlos III, que era conservar para a Espanha as Missões do Rio Uruguai e a Colônia do Sacramento. Portugal cedia as suas posições no Rio da Prata, encerrando suas pretensões de ter defronte de Buenos Aires um ponto avançado (Heinsfeld, 2014, grifo próprio). O historiador Heinsfeld (2014) destaca, ainda, que mais importante do que a solução da questão de limites é o fato de o tratado recuperar a Colônia do Sacramento para a Espanha e deixar fechado o Rio da Prata a todas as nações, pois, dessa maneira, abre caminho para uma política comum de harmonia e entendimento entre ambas as nações ibéricas.

1.1 Palmas ou Misiones

A questão de Palmas (ou de Misiones) foi um conflito diplomático entre o Brasil e a Argentina e envolveu uma área de terras de 33.621 km² localizada entre a província de Misiones, o Sudoeste do Paraná e o Oeste de Santa Catarina. Esse conflito se estendeu entre 1857 e 1895 (Muraro, 2016). O mapa abaixo apresenta a área em litígio:

Figura 1 - Questão de Palmas ou Misiones (1857 a 1895)



Fonte: Ferrari (2011).

Como apontado por Myskiw (2016, p. 65), “os limites territoriais com o Brasil Império, na porção Sul, não foram objetos de diálogo e contestação até meados do século XIX”. Isso somente acontece quando Argentina, Paraguai e outras províncias espanholas declaram independência, organizando-se em Estados republicanos.

Dessa maneira, nas duas últimas décadas do século XIX, parte da opinião pública brasileira se concentrava nas questões relacionadas à fronteira do Brasil com a Argentina, nos atuais estados de Santa Catarina e do Paraná. E o território que a Argentina reivindicava como sendo seu, compreendido entre os rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim⁷, pertencia ao Brasil (Heinsfeld, 2014).

Citando como fonte o *Jornal do Commercio* (05.08.1891), Heinsfeld (2014) afirma que a região passa a ser ocupada, por volta de 1830, por brasileiros criadores de gado. Pouco mais tarde, fundou-se a povoação de Palmas e logo depois a de Boa Vista ou Palmas do Sul (atual Clevelândia-PR). Desse modo, as povoações fundadas eram habitadas exclusivamente por brasileiros e submetidas à soberania brasileira. É importante destacar que, com a emancipação das colônias ibéricas na América, as fronteiras foram estabelecidas pelo princípio do *uti possidetis*, ou seja, quem ocupasse de fato uma região seria seu dono de direito.

Convém destacar que, em 1856, o Brasil assinou com a Argentina o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação*; o referido *Tratado de Amizade* estabelecia que “as embarcações mercantes e de guerra brasileiras e argentinas poderiam navegar nos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, com sujeição apenas aos regulamentos fiscais e de polícia” (Soares, 1973 *apud* Heinsfeld, 2014).

No ano seguinte, em 14 de dezembro de 1857, foi firmado um novo tratado entre Brasil e Argentina; dessa vez, o *Tratado de Limites e Extradicação de Criminosos*. José Maria da Silva Paranhos representou o Império do Brasil e Barnabé Lopez, a Confederação Argentina. Nesse tratado, conforme afirma Pereira (1945), então consultor técnico do Ministério das Relações Exteriores, a divisória é a mesma do *Tratado de Madrid*, isto é, constituída pelos rios Uruguai, Pepiri-Guaçu, Santo Antônio e Iguaçu. Ainda, o Art. 2º desse tratado declara que os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio,

⁷ Os nomes dos referidos rios também são escritos, neste livro, de acordo com a grafia original das obras e documentos consultados.

referidos no Art. 1º, eram os que tinham sido reconhecidos pelos demarcadores de 1759.

De acordo com Ruiz Moreno (1961), a nação argentina aprovou o tratado com uma redação diferente no Art. 2º, ou seja, os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, que eram designados como limites, deveriam ser os que se achavam mais ao oriente com esses nomes, ou seja, os rios hoje denominados Chapecó e Chopim. Sendo a fronteira limitada por esses rios, o governo da Confederação Argentina teria pressa em ratificar esse tratado. No entanto, conforme o *Jornal do Commercio* (05.07.1891), citado por Heinsfeld (2014), devido à situação interna da Argentina naquele momento, a ratificação não ocorreu. Por conseguinte, o tratado de limites Brasil-Argentina, de 1857, ficou sem valor jurídico e o Brasil continuou exercendo jurisdição sobre a área em apreço.

Heinsfeld (2014), a partir da leitura de Delgado de Carvalho (1959), interpreta que o território pretendido pela Argentina sempre constituiu para o Brasil independente uma área de segurança e defesa indispensável para as comunicações do Rio Grande do Sul com o resto do país; por isso, o governo imperial tinha interesse em resolver o problema.

Após a tentativa frustrada do tratado de 1857, a questão de limites somente é retomada em 1876, quando após a Guerra do Paraguai (1864-1870) se negociam as fronteiras entre Argentina e Paraguai; mais uma vez, a tentativa de retomar a negociação para o “estabelecimento definitivo” das fronteiras entre Brasil e Argentina não obtém êxito, como poderá ser visto na seção a seguir.

Devo destacar, ao concluir esta seção, um enunciado selecionado da citação de Pereira (1945), exposta anteriormente: “[...] os rios Pepiri-guaçu e Santo-Antônio [...] eram os que tinham sido reconhecidos pelos demarcadores de 1759”. Pretendo retomá-lo nas discussões do capítulo 3, com base na ata de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira, tais como: o processo de nomeação do povoado, nomeação das ruas e sentidos que se ligam ao nome Peperi-Guaçu.

1.2 A fronteira no pós-guerra do Paraguai

Convém rememorar que, em 1º de maio de 1865, os países Argentina, Brasil e Uruguai aliam-se diplomaticamente e assinam o *Tratado da Tríplice Aliança*. O objetivo principal expresso no tratado era a derrubada do governo paraguaio comandada por Francisco Solano Lopez. A questão dos limites territoriais entre os países aliados e o Paraguai também era um ponto expresso no tratado.

No Art. VIII do tratado, “garantia-se a integridade territorial paraguaia”; no entanto, no Art. XVI, estabelecia-se que os limites da Argentina com o Paraguai seriam pelos rios Paraná e Paraguai, até a Baía Negra (Heinsfeld, 2014, p. 81). De acordo com Larramendy (1990 *apud* Heinsfeld, 2014), pelo tratado, coube à Argentina os três Chacos, ou seja, o Austral, até o rio Bermejo; o Central, entre os rios Bermejo e Pilcomayo, e o Boreal, entre o rio Pilcomayo e a Baía Negra. O Brasil não concordava que a Argentina ficasse com praticamente todo o Chaco.

Diante disso, essa questão começa a ser resolvida por meio do tratado de limites firmado em 3 de fevereiro de 1876, entre Argentina e Paraguai. Dessa maneira, o território do Chaco entre os rios Bermejo e Pilcomayo ficaria para a Argentina (o Paraguai abre mão da sua soberania); o território entre o Rio Verde e a Baía Negra era reconhecido como paraguaio (a Argentina renuncia seus direitos); e os territórios entre os rios Verde e Pilcomayo foram entregues, por esses dois países, à arbitragem internacional do presidente norte-americano Rutherford Hayes.

Deste modo, em 12 de novembro de 1878, sob intervenção decisiva do Império brasileiro, o referido presidente decide a questão favoravelmente ao Paraguai (Heinsfeld, 2014). Esse *Tratado de Paz e Limites entre a Argentina e o Paraguai* é conhecido como *Tratado Yrigoyen-Machain*, pelo qual a Argentina tomou posse de parte significativa do Chaco reivindicada pelo Paraguai (Myskiw, 2016). Tendo em vista que a posição brasileira era contrária a que a Argentina ficasse com o Chaco, esse último país poderia dificultar

o “estabelecimento definitivo” das fronteiras que ainda estavam pendentes (Heinsfeld, 2014).

Com relação aos limites entre Brasil e Argentina, consoante Pereira (1945), em 1876, o barão Aguiar de Andrada, ministro plenipotenciário do Brasil, em missão especial em Buenos Aires, procurou abrir novas negociações e convidou o governo argentino a regular por um tratado “definitivo” os limites entre esses países. Para tanto, ofereceu como projeto do novo tratado, o de 1857. Irigoyen, ministro das relações exteriores, formula as contrapropostas argentinas e nelas transparecem dúvidas sobre a exata posição dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Por fim, a contraproposta argentina não foi aceita e as negociações ficaram suspensas até 1881. Convém ressaltar, ainda, que a Argentina não contesta que os rios Peperi-Guaçu e o Santo Antônio devam formar a fronteira e tampouco formula a sua pretensão aos rios Chapecó ou Peperi-Guaçu e ao Chopim, que fica definida em 1881, como será visto na seção seguinte.

Antes, porém, sublinho que o nome *Irigoyen*, mencionado acima, é o que vai ser homenageado como nome da cidade situada no lado argentino da fronteira em estudo, conforme explico na seção 1.5 deste capítulo. Convém mencionar, ainda, que a questão da *guerra (do Paraguai)* será retomada nas análises do relato *Pela fronteira*, no capítulo 3.

1.3 A reivindicação oficial da Argentina

Em conformidade com o Relatório do Ministério de Negócios Estrangeiros (Brasil, 1888⁸ *apud* Heinsfeld, 2014, p. 96), em 1881, a Argentina manifesta sua pretensão a um “território historicamente brasileiro”: o território das Missões.

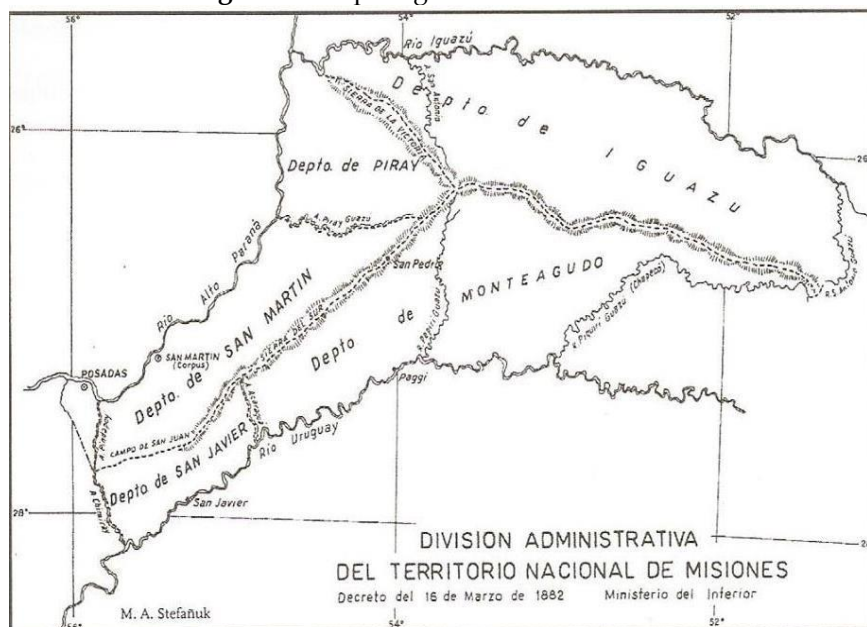
Em 16 de março de 1882, conforme esse historiador, o governo argentino dividiu esse território em cinco departamentos, transferindo-os do domínio provincial para o nacional. Na parte

⁸ FUNAG (2025).

Leste, os departamentos de Monteagudo e Iguassú faziam limites com o Brasil pelos rios Chapecó e Jangada, encontrados em 1788 e 1791, pelos demarcadores espanhóis, que eles denominavam Pequiri-Guazú e San Antonio Guazú. Em 1882, a questão fronteiriça era “o único fator conflitivo entre os dois países”, envolvendo o território da então Comarca de Palmas (Heinsfeld, 2014, p. 100).

Apresento, a seguir, um mapa argentino datado de 1882, em que o então Território Nacional de Misiones incluía as áreas a Leste dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, equivalente atualmente às partes Oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Figura 2 - Mapa argentino datado de 1882



Fonte: Aranha (2014).

Ainda nesse ano de 1882, o governo brasileiro, considerando o Decreto Imperial nº 2.502, de 16 de novembro de 1859, instalou as colônias militares de Chopim e Chapecó nos campos de Palmas, junto aos rios Chopim e Chapecó, na região denominada província

do Paraná, nos atuais municípios de Chopinzinho-PR e Xanxerê-SC (Heinsfeld, 2014). Myskiw (2016, p. 66) ressalta que o governo imperial criou as referidas colônias militares “visando proteger o território fronteiriço contra possíveis invasões ou atividades exploratórias pelos argentinos”. Esse historiador também destaca que, para além da função de defesa do território, as colônias militares⁹ “serviriam como ponto inicial de povoamento dos sertões junto aos limites territoriais do Brasil, mediante o recrutamento de colonos nacionais e estrangeiros” (Myskiw, 2016, p. 66).

Conforme Barros (1980), o ministro argentino no Rio de Janeiro, Dr. Luís Dominguez, acreditando que essas colônias seriam estabelecidas na região Oeste daqueles rios, fez verbalmente algumas observações ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, conselheiro Pereira de Souza, e avisou ao governo de seu país. Do ponto de vista dessa autora, tais observações vieram revelar que a posição defendida pela Argentina sofrera modificações, ou seja, as dúvidas desse país não se referiam apenas à posição dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas, pela primeira vez, considerava como litigioso o território a Leste desses rios, e “pretendia levar a sua raia ao Xapecó e ao Chopim, mais tarde substituído pelo Jangada” (Pereira, 1945, p. 191).

Consoante Heinsfeld (2014), em 1885, é criada uma comissão mista, composta por brasileiros e argentinos – a qual realiza os seus trabalhos até 1890 – chefiada pelo engenheiro Guilherme Schüch, barão de Capanema (Brasil) e pelo general José Ignacio Garmendia (Argentina), para explorar os rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim e o território situado entre eles, “levantando uma planta exata dos rios da zona litigiosa, idéia aliás em sua

⁹ Na tese de doutorado que inspira o presente livro, relaciono o tema das *colônias militares*, com sua função de defesa do território e ponto inicial de povoamento do espaço de fronteira – significado como “sertão” – às análises do discurso sobre a(s) língua(s) na colônia militar de Foz do Iguaçu que compunham o capítulo 5 da referida tese. Mais adiante, essas questões objetivaram a escrita do artigo “Patuá, Hesperhol e Guarany: da fronteira da língua ao limiar do discurso” (Lemos; Ragievicz, 2020).

substância lembrada ao Governo Imperial pelo Sr. IRIGOYEN em 1876” (Pereira, 1945, p. 193). Essa negociação apresenta como resultado o tratado de 28 de setembro de 1885, que determinou a exploração dos rios e do território em litígio entre os dois países.

No Relatório do Ministério de Negócios Estrangeiros (Brasil, 1886¹⁰ *apud* Heinsfeld, 2014), consta que, em setembro de 1886, a comissão mista se reuniu em Montevidéu para traçar os planos de trabalho. Nessa ocasião, a República Argentina rejeitava o *uti possidetis*, invocando o tratado de 1777 (*Santo Ildefonso*) como ato internacional vigente, tomando por base a questão suscitada pelos comissários espanhóis da segunda demarcação. Tal posição se fundamenta no relatório daquele ano, no qual o barão de Cotegipe, então ministro dos Negócios Estrangeiros, afirma que a Espanha não possuía terras entre os rios do litígio.

Quanto ao rio que havia sido localizado em 1791, pelos demarcadores espanhóis, denominado por esses como “San Antonio Guazú”, provocou desentendimentos entre os membros da comissão mista. Os comissários argentinos defendiam que se tratava do rio Jangada e não do rio Chopim; por outro lado, os membros brasileiros não concordavam com tal posição, mas assim mesmo acataram a mudança, pois diziam acreditar no seu direito sobre o território litigioso. Esses fatos colaboraram para que a Argentina, a partir de 1888, ampliasse sua reivindicação territorial, quando defendeu como fronteira com o Brasil os rios Chapecó e o Jangada, não mais os rios Chapecó e Chopim.

Por fim, sinalizo algumas questões apresentadas nesta seção que são retomadas ao longo dos capítulos deste livro, a saber: o *território das Missões* ligado à exposição do contexto da escrita dos relatos de viagens, capítulo 2, em particular quando me refiro aos escritos de Antonio Sepp a respeito da ação dos jesuítas, a serviço

¹⁰ FUNAG (2025).

da coroa espanhola, junto aos índios¹¹ guaranis na época da formação dos Sete Povos das Missões.

1.4 O Tratado de Montevideu (1890) e a decisão arbitral (1895)

Em 1889, já no fim dos trabalhos da Comissão Mista – o ministro argentino Henrique Moreno apresenta ao conselheiro Rodrigo Silva, então ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, um projeto de acordo em que se adotava como linha “definitiva” de limites a média geométrica da área compreendida entre os quatro rios: Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Jangada. No entanto, o governo brasileiro rejeitou essa proposta e sugeriu o recurso do arbitramento, no caso de não haver acordo direto. Essa sugestão foi aceita e o *Tratado de Arbitramento* foi assinado em 7 de setembro de 1889, cujo Art. 1º estatua:

[...] a discussão do direito que cada uma das altas partes contratantes julga ter ao território em litígio entre elas ficará encerrado no prazo de noventa dias contados da conclusão do reconhecimento do terreno em que se acham as cabeceiras do rio Xapecó ou Pequiriguaçu e Jangada ou Santo-Antônio-guaçu. Entender-se-á concluído aquele reconhecimento no dia em que as Comissões nomeadas, em virtude do Tratado de 1885, apresentarem aos seus Governos os relatórios e as plantas a que se refere o artigo 4.0 do Tratado.

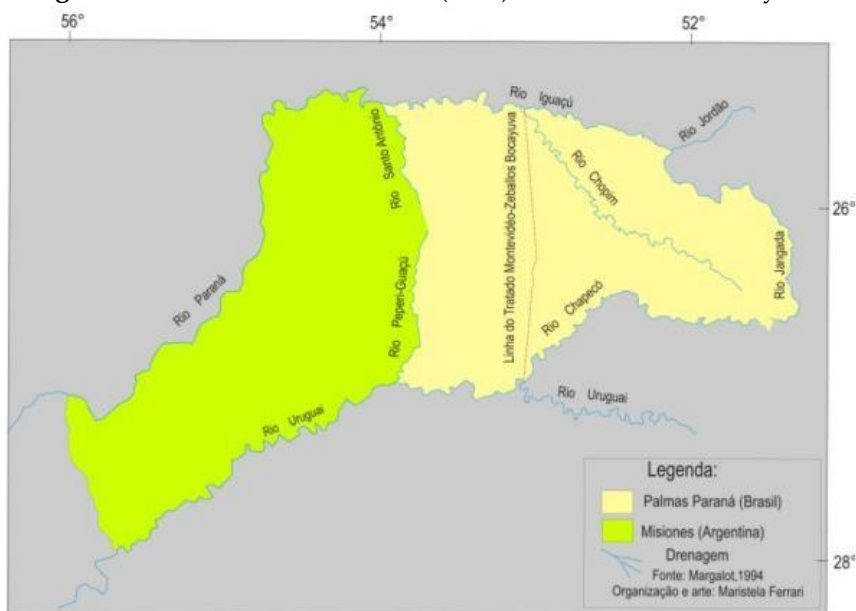
O artigo 2º dizia:

Terminado o prazo do artigo antecedente sem solução amigável, será a questão submetida ao arbitramento do presidente dos Estados-Unidos-da-América, a quem dentro dos sessenta dias seguintes se dirigirão as altas partes contratantes pedindo que aceite êsse encargo (Pereira, 1945, p. 194).

¹¹ As palavras “índio/índios”, neste livro, estão de acordo com as obras consultadas.

Antes de terminado o prazo acima mencionado, ocorre a proclamação da República no Brasil, em 1889; pouco tempo depois, em 25 de janeiro de 1890, os ministros das Relações Exteriores (Quintino Bocaiúva – brasileiro e Estanislao Severo Zeballos – argentino), firmaram em Montevideu um *Tratado de Limites entre Brasil e Argentina*, no qual estabeleceu-se a divisão do território litigioso. Fundamentando-se no *Jornal do Commercio* (17.01.1890), Heinsfeld (2014, p. 109) afirma que, “pelo tratado de Montevideu[,] o território litigioso seria dividido por uma linha que ligasse a foz do rio Chapecó à foz do rio Chopim”. No entanto, “esta linha divisória não seria rigorosamente reta, mas quebrada quando fosse necessário”, como é possível visualizar no mapa abaixo. Isso tinha como objetivo, abranger “na zona do território brasileiro, a maior quantidade possível das povoações e estabelecimentos nacionais existentes no campo do Erê” (Heinsfeld, 2014, p. 109).

Figura 3 - Tratado de Montevideu (1890); Linha Zeballos/Bocayuva



Fonte: Ferrari (2011).

Conforme esse tratado, todo o Campo Erê, com moradores brasileiros habitando a uma légua do rio Peperi-Guaçu, possuindo terras registradas há mais de 30 anos na Comarca de Palmas, passaria à jurisdição argentina (Heinsfeld, 2014). De acordo com o *Jornal do Commercio* (09.08.1891), esse historiador afirma que a comissão especial da Câmara dos Deputados propôs a rejeição do tratado. Tal proposta baseava-se no fato de que o território pertencia ao Brasil e que nele exercia soberania. Havia autoridades que cobravam impostos, era sede de comarca (Palmas) e tinha estabelecimentos industriais, estradas, pontes, linhas telegráficas, onde vivia uma população superior a oito mil pessoas, composta exclusivamente de brasileiros. Em sessão realizada secretamente, devido a um requerimento do deputado Aristides Lobo, em 10 de agosto de 1891, a Câmara dos Deputados, por 142 votos contra 5, aceitou o parecer da comissão especial, rejeitando assim o *Tratado de Montevideú* (Heinsfeld, 2014).

O texto integral do *Tratado de Montevideú* só veio a público após a sua rejeição pela Câmara dos Deputados, tendo sido publicado por todos os jornais da então capital federal, em 10 de agosto de 1891. Após o malogro que foi o *Tratado de Montevideú*, o governo brasileiro, como era para se redimir junto à opinião pública, ainda tentou uma negociação direta com a Argentina. O então ministro das relações exteriores, Justo Leite Charmont, instruiu o representante diplomático em Buenos Aires, Ciro de Azevedo, para sondar o governo argentino sobre a possibilidade de um acordo direto, tomando por base os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, que o Brasil defendia como limites, alegando posse brasileira do território litigioso. Em 1º de setembro de 1891, Ciro Azevedo informou que o governo argentino resistia a um acordo direto (Heinsfeld, 2014).

Tendo em vista que o *Tratado de Montevideú* foi rejeitado e a negociação direta entre Brasil e Argentina também não foi possível, a questão foi submetida à decisão arbitral. De maneira que “o arbitramento tornou-se o último instrumento (pelo viés pacífico) para se manter a posse brasileira do território das Missões”

(Myskiw, 2016, p. 68). Sendo assim, em 6 de fevereiro de 1895, o laudo arbitral do presidente norte-americano, Grover Cleveland, foi lido e tornado público apresentando parecer favorável ao Brasil em relação ao território das Missões (Myskiw, 2016).

O presidente Grover Cleveland, assim concluiu o laudo:

Agora, portanto, saibam quantos êste virem que havendo eu, GROVER CLEVELAND, presidente dos Estados-Unidos-da-América, a quem foram conferidas as funções de árbitro nesta causa, examinado e considerado devidamente as Exposições, documentos e provas que me foram submetidos pelas respectivas partes em cumprimento das estipulações do dito Tratado (o de 1889), dou aqui a seguinte decisão e laudo:

Que a linha divisória entre a República Argentina e os Estados Unidos-do-Brasil, na parte que me foi submetida para arbitramento e decisão, é constituída e ficará estabelecida pelos rios e seguindo os rios Pepiri (também chamado Pepiri-guazu) e San Antonio, a saber os rios que o Brasil designou na Exposição e documentos que me foram submetidos como constituindo o limite acima, denominado sistema ocidental.

Para melhor identificação, podem êstes rios ser descritos ainda como os que foram reconhecidos e demarcados como Pepiri e San Antonio e designados e declarados assim respectivamente, e como rios lindeiros, nos anos de 1759 e 1760 pelos comissários portugueses e espanhóis para êsse efeito nomeados, de conformidade com o Tratado de Limites concluído em 13 de janeiro de 1750, entre Espanha e Portugal, segundo está registrado no *Diário Oficial* dos ditos comissários¹² (Pereira, 1945, p. 197).

Muraro (2016), ao abordar a decisão arbitral, explica que o processo de defesa elaborado pelo representante brasileiro, o barão do Rio Branco, estava fundamentado tanto em informações organizadas pelas comissões que o antecederam como em novos

¹² Para mais informações sobre o laudo arbitral, ver Pereira (1945).

O tratado de limites entre Brasil e Argentina foi assinado por ambas as nações em 1898; ademais, os trabalhos de demarcação da fronteira Brasil-Argentina (da região contestada) ocorreram entre os anos de 1901 e 1903 e os relatórios e mapas foram elaborados entre os anos de 1904 e 1905, em Buenos Aires (Myskiw, 2016).

No Relatório do Ministério das Relações Exteriores, de 1900¹³ (em seus anexos), figura o protocolo que nomeou a Comissão Mista de Demarcação dessa fronteira, bem como fornece as instruções gerais para os trabalhos de campo. O general Dionísio Cerqueira foi indicado para coordenar a equipe brasileira de demarcação, composta, ainda, por engenheiros, militares, astrônomo, médico, farmacêutico e secretário. Por sua vez, a equipe argentina foi comandada pelo engenheiro Valentin Virasoro (Myskiw, 2016).

Devo destacar que o tema da demarcação da fronteira geográfica Brasil-Argentina é muito presente no relato *Pela fronteira*, obra contemporânea dos trabalhos de demarcação, como exemplifico com o enunciado: “Agora estavam definitivamente traçadas as fronteiras” (Sd₁₁)¹⁴. Inclusive são presentes as alusões às respectivas comissões, de modo especial, comparece o nome Dionísio Cerqueira, tanto significado como sujeito *general*, como nome do povoado, cujas análises, apresentadas no capítulo 3, são relevantes para a compreensão do processo de produção do espaço de fronteira.

1.5 Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina)

Nesta seção, apresento um histórico da demarcação da fronteira geográfica Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina), sobre a qual me debruço nas análises dos relatos de viagens. Essa fronteira

¹³ FUNAG (2025).

¹⁴ A respeito de sequências discursivas (Sd), ver Courtine (2009) e Barbosa Filho (2019).

apresenta sua singularidade e distinção em relação às demais do Brasil com a Argentina: entre o curso dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio se encontra a divisa seca de aproximadamente 22 quilômetros compreendidos entre a tríplice fronteira mencionada acima até as proximidades das cidades-gêmeas¹⁵ de Santo Antônio do Sudoeste-PR (Brasil) e San Antonio (Misiones, Argentina) (Ferrari, 2011).

O mapa a seguir destaca essa região fronteiriça.

Figura 5 - Cidades-gêmeas na zona de fronteira Brasil/Argentina no extremo Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Nordeste de Misiones a partir de 1980



Fonte: Ferrari (2011).

¹⁵ De acordo com o Art. 1º, da Portaria nº 125, de 21 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União – seção 1, em 24.03.2014, “serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”.

Nessa zona fronteira, na interpretação de Ferrari (2011, p. 135), a linha limite é formada “por dois ‘fios’ de água corrente mais uma linha seca”, registrando que esta última já figurava em mapas desde 1895 – ano do arbitramento da questão de Palmas ou Misiones – e foi demarcada no terreno em 1903, com traçado representado por marcos de fronteira, como foi mencionado no relato *Pela fronteira*. Devo acrescentar que esse traçado se realizou conforme o caimento das águas das chuvas, isto é, onde as águas das chuvas correm para o Oeste, pertence ao território argentino e onde as águas das chuvas correm para o Leste, pertence ao território brasileiro (Ferrari, 2011).

As fotos 1 e 2, a seguir, apresentam a vista parcial da linha divisória fluvial pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, respectivamente, e as fotos 3 e 4 registram a vista parcial da linha artificial pelo caimento das águas da chuva.

Figura 6 - Linha divisória fluvial e artificial



Fonte: Ferrari (2011).

Muraro (2016, p. 172-173), ao abordar a questão de Palmas ou Misiones, na parte em que trata do laudo arbitral apresentado pelo presidente americano Grover Cleveland, afirma: “Apesar de estabelecida a fronteira linear entre a Província de Misiones, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, o tema ainda promove debates acadêmicos acalorados”.

Em certa medida, o sentido *de* fronteira atribuído nas decisões político-jurídicas não coincide com os sentidos produzidos *na* fronteira, no dia a dia. Acrescentando a isso, sujeitos e línguas se constituem pelas decisões políticas e jurídicas e também se constituem *na* fronteira.

Tendo em consideração esse reconhecimento, agrego, com base em Ferrari (2011), que na fase do “estabelecimento” da fronteira linear entre Brasil e Argentina, no fim do século XIX, as cidades-gêmeas de Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) formavam um conglomerado urbano único, chamado de Barracão/Barracón, por brasileiros e argentinos, indistintamente, cuja denominação decorre da construção de barracões para depósito de erva-mate.

De acordo com Ferrari (2011, p. 142), “[...] aquela integração físico-social de *Barracón*/Barracão chama a atenção da Comissão de Limites brasileira”. Essa pesquisadora complementa que, em 1903, “ao término da demarcação da linha seca e da implantação de marcos de fronteira [...] o General Dionísio Cerqueira eleva o povoado brasileiro à categoria de vila”; segundo a autora, tal decisão é uma “forma de representar a soberania do Brasil naquela zona fronteiriça” (Ferrari, 2011, p. 142).

Na fase do estabelecimento da fronteira linear entre Brasil e Argentina, fim do século XIX, o conglomerado urbano único que as referidas cidades-gêmeas formavam era efeito da proximidade física das populações residentes e da convivência cotidiana na fronteira. Esse fenômeno foi determinante não somente pelas relações sociais, mas também pelas relações econômicas existentes nessa época e pelo isolamento geográfico. Pode-se citar como exemplo a extração de erva-mate por brasileiros, paraguaios,

argentinos e povos indígenas, de maneira absolutamente informal, a qual inclusive representa uma das principais atividades econômicas da região, no início do século XX (Muraro, 2016).

O general Dionísio Cerqueira recomenda que a vila – que pertencia ao estado do Paraná – fosse chamada Peperi-Guaçu, de maneira que as primeiras comissões de limites, compostas por oficiais portugueses e espanhóis, que penetraram o vale do Peperi-Guaçu, por volta dos anos de 1759 e 1760, fossem homenageadas (Ferrari, 2011). Com tal nomeação se remontaria às origens da vila. Apesar disso, o capitão Domingos Nascimento, que também compunha a comissão de limites brasileira, propôs que a nova povoação tomasse o nome de Dionísio Cerqueira, em homenagem aos serviços que esse general vinha prestando àquela área paranaense. De acordo com a ata da inauguração da povoação, essa proposta foi aprovada unanimemente. No capítulo 3, apresento a referida ata, bem como algumas análises das questões postas aqui.

Devo assinalar que as terras que estavam em disputa internacional entre Brasil e Argentina, na conhecida questão de Palmas ou Misiones, já estavam em disputa acirrada entre Santa Catarina e Paraná (Valentini, 2016). Após a sentença favorável ao Brasil, no ano de 1895, “[...] as disputas internas são retomadas, desta vez no âmbito da mais alta corte judiciária brasileira. Após ser levada ao Supremo Tribunal Federal, a primeira sentença foi favorável a Santa Catarina”. Em 1904, esse estado “passou a contar com toda a área pretendida, embora o Paraná tenha recorrido da decisão; outras duas sentenças, respectivamente em 1909 e 1910, foram favoráveis a Santa Catarina” (Valentini, 2016, p. 227).

No período de 1912 a 1916, ocorreu a Guerra do Contestado¹⁶, considerada um importante marco da história daquela região¹⁷ – compreendida entre duas grandes bacias hidrográficas: a do rio

¹⁶ Para uma leitura aprofundada acerca da Guerra do Contestado, recomenda-se a bibliografia do historiador Nilson Thomé (Caçador-SC).

¹⁷ Região do Contestado “é a denominação utilizada na descrição da vasta área de terras que foi alvo de disputas jurídicas entre Paraná e Santa Catarina na longa e fastidiosa questão dos limites dos Estados sulinos” (Valentini, 2016, p. 222).

Iguaçu e a do rio Uruguai (Valentini, 2016). Para esse historiador, “a Guerra do Contestado tem uma significação profunda no entendimento da formação histórica em toda a sua região de abrangência”. Essa guerra foi, também, “o maior conflito social brasileiro envolvendo questões fundiárias” (Valentini, 2016, p. 222).

Preciso registrar, ainda, que o acordo de limites, celebrado em 20 de outubro de 1916, entre os estados de Santa Catarina e Paraná figura como o marco oficial do fim da Guerra do Contestado (Valentini, 2016).

Os mapas a seguir trazem, no primeiro, a área em litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina e, no segundo, a composição desses estados após o litígio.

Figura 7 - Área em litígio entre Paraná e Santa Catarina (1853-1916)



Fonte: Ferrari (2011).

Figura 8 - Paraná e Santa Catarina após o litígio (1917)



Fonte: Ferrari (2011).

Consoante Ferrari (2011), com o término desse litígio, a vila (Dionísio Cerqueira) recebe um novo limite político-territorial; como resultado, parte da vila, sob administração do Paraná, foi desanexada desse estado para incorporar-se ao estado de Santa Catarina. Nessa ocasião, o aglomerado que se assentou em terras catarinenses passou a se chamar Barracão e permaneceu com esse nome até 1938. Nesse ano, os nomes dos aglomerados se inverteram: o aglomerado catarinense passou a se chamar Dionísio Cerqueira e o paranaense ficou com o nome de Barracão. Houve, ainda, outra modificação importante, não somente com respeito à nomeação das localidades, mas também na organização do território. Sobre essas

alterações, “[...] durante a efêmera existência do Território Federal do Iguaçu (1943-1945), Barracão (PR) e Dionísio Cerqueira (SC) foram novamente unidos em um só aglomerado chamado de Barracão” (Ferrari, 2011, p. 142-143), retornando a seus antigos limites com a extinção política desse Território.

Quanto ao aglomerado situado no lado argentino, ele permaneceu com o nome de Barracón até 1931, e nessa data passou a se chamar Bernardo de Irigoyen, em homenagem ao advogado argentino que atuou na questão de limites entre Brasil e Argentina (Ferrari, 2011).

Assim, aquele único aglomerado que havia no fim do século XIX, quando da divisão político-territorial entre Brasil e Argentina (Palmas ou Misiones), e posteriormente com o litígio entre Paraná e Santa Catarina (questão do Contestado), evoluiu oficialmente para três pequenos aglomerados, que mais tarde receberam a denominação de cidades-gêmeas: Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen (Ferrari, 2011).

Faço um aparte para a década de 1920, já que será retomada em outras seções deste livro, em particular, nas análises dos relatos que compõem a obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Conforme aponta Muraro (2016), nesse período histórico a população que habitava a região de fronteira entre o estado de Santa Catarina e a Argentina vivenciava um clima de “cordialidade e interação”. Apesar disso, as informações que chegam às autoridades políticas da capital, de acordo com esse autor, são distorcidas:

[...] as áreas próximas às fronteiras do extremo oeste, entre Mondaí e Dionísio Cerqueira, eram descritas como ‘sertão inculto’, ‘floresta bravia’ dominada pelos tigres e pelo ‘banditismo’, espaços nos quais circulavam livremente foragidos da justiça, contrabandistas e jagunços. Os brasileiros da região estariam sofrendo um processo acelerado de desnacionalização, promovida pela convivência com os argentinos (Muraro, 2016, p. 174).

Essas informações serviram de pretexto para o então governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, organizar uma expedição (aquela que originou a obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, que integra o *corpus* desta pesquisa), na qual o acompanhavam políticos, autoridades policiais, consultores jurídicos, agrimensores e fotógrafos, aspirando a levar “civilização” ao Oeste de Santa Catarina, ao passo que “nos caminhos da floresta tropeiros e indígenas circulavam sem demonstrar maiores preocupações *com os limites geográficos ou com a língua falada*” (Muraro, 2016, p. 174, grifo próprio).

Relativamente aos limites geográficos, D’Eça (1992 [1929], p. 36, grifo próprio) sustenta que “[...] não pode haver maior paradoxo do que a linha divisória entre o Brasil e a Argentina, pelo Peperi-Guaçu. *Virtualmente ela não existe*. Barracão e Barracón são uma só e única povoação cortada por um fiapo de água abandonado e que a língua de um cão, bebendo, revolve e turva”.

A afirmação de D’Eça (1992 [1929]) de que Barracão e Barracón, em 1929, formavam uma só e única povoação vai ao encontro das considerações de Ferrari (2011, p. 134), ao abordar os elementos que caracterizam esse espaço fronteiro: “Como todas as linhas limites, essa também só tem materialidade corpórea na cartografia”.

A seguir, exponho uma foto de Dionísio Cerqueira e Barracón que integra o álbum fotográfico da viagem de 1929, e um mapa de 2008, das cidades-gêmeas conurbadas: Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen.

Figura 9 - Vista panorâmica de Dionísio Cerqueira e Barracón (1929)



Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (2005).

Figura 10 - Cidades-gêmeas conurbadas: Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) (2008)



Fonte: Ferrari (2011).

A partir dos argumentos que foram apresentados ao longo deste capítulo, sejam eles por meio de trabalhos dos campos da História, da Geografia ou da Geopolítica, retomo algumas questões que se tornam pertinentes para as reflexões, que passo a abordar.

Em certos estudos apresentados, comparece uma fronteira que vai sendo desenhada nos mapas, embora associada à “fragilidade” dessas fronteiras em formação a partir dos antigos domínios

coloniais na América do Sul, “desde quando Portugal e Espanha dividiram as então desconhecidas terras americanas conforme o *Tratado de Tordesilhas*” (Thomé, 2010, p. 6, grifo próprio). De outro modo, há a heterogeneidade particular que se caracteriza *na* fronteira, espaço no qual funciona uma determinada indistinção entre línguas e limites de uma fronteira em formação. Como aponta a própria geógrafa Ferrari (2011, p. 364), “[...] para as pessoas que vêm de fora e até para as que ali já residem, fica difícil entender esses limites, mesmo com a implantação de marcos de fronteiras e outras características que tentam expressar as territorialidades”.

A partir do exposto, pode-se dizer que os deslocamentos e a convivência nas cidades-gêmeas de Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) formam uma conurbação que, muitas vezes, coloca “em xeque os territórios pré-fixados pelos limites internacional, estadual e municipal” (Ferrari, 2011, p. 363), tornando os limites político-territoriais insuficientes para evitar relações transfronteiriças.

Essas questões são mais bem compreendidas em Camblong (2009, p. 127), em cujo artigo a autora se posiciona como pesquisadora, mas também como habitante da província de Misiones:

Nosotros, los de aquí nomás, ‘sabemos por experiencia propia’ que cruzamos el río, cruzamos la línea, cruzamos la aduana, cruzamos el mojón y estamos en otra lengua, en otro país, con otra moneda, en otra ley. A la inversa, sabemos fehacientemente que el cruce no nos provoca extrañeza porque del ‘otro lado’ estamos los mismos vecinos que hablamos guaraní o español o portugués ‘naturalmente’. Un ir y venir de documentos, monedas y legalidades que se entretejen, que se manejan y se transgreden con franca displicencia de hábitos arraigados. Sabemos cambiar dinero como sabemos cambiar o mezclar las lenguas, sabemos estar aquí como sabemos estar allá. Sabemos en qué consiste la diferencia pero también en qué consiste nuestra continuidad vecinal, nuestras costumbres de antigua data, nuestra familiaridad compartida en tonos, acentos, gestualidad, olores, comidas, vestimenta, ritos ancestrales. Sabemos

que atravesamos fronteras, pero también sabemos que las fronteras nos atraviesan.

Ademais, conceber a fronteira somente como uma *linha fixa* seria considerá-la como um espaço dado, efetuado, designando “o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna” (Machado, 1998, p. 42).

De outro modo, compreendo, conforme o arquivo exposto, a fronteira como um espaço produzido, *indissociável dos sentidos e das fronteiras entre sujeitos e línguas*, alicerçada na definição de fronteira como *espaço material (político-simbólico)* (Orlandi, 2001b) e na *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço* (Rodríguez-Alcalá, 2011a).

Nesse sentido, não dissocio a demarcação geopolítica, a *linha fixa*, identificada a um *espaço imaginariamente estabilizado*, uma fronteira “traçada”, de uma fronteira “vivida”, *carregada de conteúdo social* (Sturza, 2010, p. 343), identificada a um *espaço móvel, fluido*, embora não haja uma coincidência entre uma fronteira “traçada” e outra fronteira “vivida” socialmente. De acordo com Sturza (2006, p. 19), “a fronteira assume sentidos contraditórios, que se definem não só pelos limites geográficos como também pelo conteúdo social”.

Desse modo, tendo em consideração as reflexões expostas, reafirmo que o processo de produção do espaço de fronteira não se dá apenas como um gesto político-jurídico, mas como um processo de produção de sentidos e sujeitos.

2. Contexto da escrita dos relatos de viagens

Domingos Nascimento alude que o progresso dar-se-ia com a ocupação das terras na fronteira por brasileiros, seguido da exploração das matas e da formação de áreas destinadas à agricultura.

(Antonio Marcos Myskiw, *A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)*).

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma contextualização da produção dos relatos de viagens que formam o *corpus* desta pesquisa: *Pela fronteira* (1903), de Domingos Nascimento, e *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, que se compõe de dois relatos: “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), de Arthur Ferreira da Costa, e o “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira”¹⁸ (1931), de José Arthur Boiteux. Essa exposição é particularmente importante para a construção da pesquisa, uma vez que contempla os períodos e os objetivos das viagens e possibilita situar os relatos selecionados em uma conjuntura sócio-histórica e política, além de relacioná-los aos de outros viajantes que estiveram na fronteira Sul.

As reflexões empreendidas, neste capítulo, têm como fundamento os escritos do historiador Myskiw sobre “Os viajantes e seus relatos” (2008), e seu livro *A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)* (2011), que, com olhar sensível, atento e crítico, tanto ensina sobre a fronteira Sul. Ainda, os estudos de Crestani (2015) e Radin (2016) são igualmente importantes, já que tematizam relatos de viajantes argentinos e brasileiros nos séculos XIX e XX e a colonização da fronteira Sul,

¹⁸ Quando me refiro, no presente livro, a Dionísio Cerqueira e a Barracón, sem acento gráfico, estou sendo fiel à forma como esses nomes foram registrados nos relatos que fazem parte do *corpus* de análise.

respectivamente. Recorro também a Lorenzetti (2010), pesquisadora das obras de Domingos Nascimento, escritas no início do século XX, a Vojniak (2005), Renk (2005) e Nunes (2009), estes mais especificamente para caracterizar o relato *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*.

2.1 Estudo de questões indígenas: viagens ao Sul do Brasil – séculos XVI e XVII

As áreas onde hoje se situam os estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, até 1750, pertenciam oficialmente à Espanha. Desde meados do século XVI, essas áreas foram percorridas e exploradas por viajantes e missionários a mando das coroas espanhola e portuguesa, dos quais vale mencionar o colonizador espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, os padres jesuítas Antonio Ruiz de Montoya (peruano) e Antonio Sepp von Recchegg (austríaco) e o soldado alemão Ulrich Schmidel (Myskiw, 2008). Conforme sinaliza esse historiador, esses escritos são preciosos no que diz respeito ao estudo de questões indígenas entre meados do século XVI e a terceira década do século XVII. Ressaltam-se desses relatos informações sobre os costumes das sociedades indígenas (particularmente guaicurús, guaranis, caingangues, carijós), assim como sobre os aspectos geográficos e os caminhos percorridos.

Os relatos do padre Antonio Ruiz de Montoya, para exemplificar, descrevem as atividades cotidianas realizadas pelos jesuítas e índios guaranis nas reduções do Guairá. Por seu lado, os escritos de Antonio Sepp se dedicam à ação dos jesuítas espanhóis junto aos índios guaranis na época da formação dos “Sete Povos das Missões” – região que foi desestruturada a partir dos acordos entre Espanha e Portugal, com a assinatura do *Tratado de Madrid* (1750), que redefiniu as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América do Sul (Myskiw, 2008).

2.2 Novas descobertas e explorações: expedições para a capitania de São Paulo – século XVIII

No século XVIII, período de hostilidades entre portugueses e espanhóis na parte meridional da América do Sul, as instruções de Lisboa ao *Vice Rey do Estado do Brazil* eram “assegurar a posse e a integridade dos territórios pretendidos por Portugal na América” (Myskiw, 2008, p. 12), dos quais se sobressai o estabelecimento de novas povoações na capitania de São Paulo. Esse historiador destaca que “o ouro deveria funcionar como uma espécie de ‘isca’, com o objetivo de atrair aventureiros para adentrar os sertões a Oeste e Sul da Capitania de São Paulo” (Myskiw, 2008, p. 13).

À vista disso, os “aventureiros”, como expressa o autor, partiam organizados em expedições a lugares distintos com o intuito de “realizar novas descobertas, explorações e descrições dos lugares percorridos em forma de cartas e diários de viagens” (Myskiw, 2008, p. 13).

Tendo em vista a importância desse tema para caracterizar os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, devo enfatizar que, a partir dessas expedições e descrições dos lugares, os relatos em forma de cartas e/ou diários passaram a ser considerados como instrumentos privilegiados para a construção de “um saber a ser utilizado na exploração, ocupação e colonização das referidas regiões” (Myskiw, 2008, p. 13). Com base em suas próprias pesquisas, o autor complementa: “[...] os relatos contidos em cartas e diários foram utilizados para sustentar a argumentação de se empreender defesa do território português frente aos castelhanos” (Myskiw, 2008, p. 14).

Na seção seguinte, ao longo da discussão sobre viagens organizadas ao interior do Brasil, por estrangeiros e brasileiros, serão mencionados nomes de viajantes europeus e norte-americanos que deixaram seus escritos sobre diferentes regiões do Brasil e nomes de viajantes brasileiros cujos relatos estão publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Isso vem contribuir com o papel dos viajantes e de seus

relatos para a construção de um saber, no caso, a ser utilizado na expansão territorial interna.

2.3 Colonização e ocupação de espaços “vazios”: viagens ao interior do Brasil – séculos XIX e XX

Para iniciar, é importante salientar que os séculos XIX e XX no Brasil se caracterizam como um período de expansão territorial interna, ou seja, de ocupação do interior e de demarcação de fronteiras externas. Nessa expansão, os viajantes tiveram um papel importante, por meio de seus relatos, e participaram da construção da identidade nacional.

Myskiw (2008), ao falar sobre a vinda da Missão Artística Francesa ao Brasil e sobre a criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios (1816), destaca que essas “eram evidências concretas de que novos rumos iriam ser dados em relação às artes e às pesquisas científicas realizadas por viajantes estrangeiros, portugueses e luso-brasileiros” (Myskiw, 2008, p. 16). Os membros da Missão Artística Francesa e os viajantes de outras nacionalidades, diz esse historiador, demonstraram grande interesse pela natureza (flora, fauna e minerais) e pelos costumes do Brasil (hábitos cotidianos, comidas, festas etc.), assim como pela sociedade do século XIX.

Para alcançar esses objetivos, “os viajantes do século XIX deslocaram-se ao interior do Brasil a inventariar as riquezas e mazelas das terras distantes”¹⁹, diferentemente “dos viajantes dos

¹⁹ Cito alguns nomes de viajantes europeus e norte-americanos que deixaram testemunhos escritos sobre diferentes regiões do Brasil: Johann Emanuel Pohl, Karl Friedrich Phillip von Martius, Johann Baptist von Spix, Jean Baptist Debret, Charles-Marie de La Condamine, Georg Henrich von Langsdorff, Vincent Leblanc, John Luccock, Maria Graham, Maximiliano WiedNewied, Auguste de Saint-Hilaire, Henry Koster, Richard Burton, Ina von Binzer, Francis de Castelnau, Richard Fleckno, madame Langlet Dufresnoy, Wilhelm von Eschewege, Marc Ferrez, Raoul Walsh, Daniel Kideer, James Fletcher, Rose de Freycinet, baronesa de Lagnsdorff e Ida Pfeiffer (Myskiw, 2008, p. 16-17).

séculos XVI e XVII, que permaneceram a explorar e relatar apenas as áreas litorâneas” (Myskiw, 2008, p. 16). Os relatos de viagens no século XIX, inscritos em um período de grande avanço científico e tecnológico, assumiram um caráter científico, cujos efeitos aparecem nos relatos que analiso nesta pesquisa, escritos no início do século XX.

Convém destacar que, além daquelas viagens referidas no *corpus* desta pesquisa, outras viagens e expedições foram organizadas ao interior do Brasil, por brasileiros e estrangeiros. Essas viagens, embasadas em relatos sobre aspectos geográficos e populações indígenas, tinham como objetivos expressos ocupar novas terras e promover a expansão da “linha de fronteira” com a formação de povoados dentro ou à margem das florestas (Myskiw, 2008, p. 16). O viajante francês, Auguste de Saint-Hilaire, em sua viagem pelo interior da 5ª Comarca da província de São Paulo, em 1820 (província do Paraná em 1853), classificou os Campos Gerais como o “paraíso terrestre do Brasil”, lugar perfeito para se empreender uma “*colônia de agricultores europeus*”, visto que “[...] eles encontrarão um clima temperado, um ar puro, as frutas do seu país e um solo no qual poderão desenvolver qualquer tipo de cultura a que estejam acostumados, sem grande dispêndio de energia” (Myskiw, 2008, p. 18, grifo próprio).

Posto isso, agrego que, com a formulação da política imigratória, na segunda metade do século XX, foram mobilizadas afirmações como essas, com o fim de divulgar o Brasil e, mais tarde, a província do Paraná em diferentes países europeus (Myskiw, 2008). Esse autor comenta, ainda, que se juntam aos diversos escritos de Auguste de Saint-Hilaire relatos de outros viajantes estrangeiros, que também registram suas “impressões” acerca de diferentes regiões do Paraná durante o século XIX e princípios do século XX. Dentre eles, é possível citar: Johann Jakob von Tschudi, Robert Ave-Lallemant, Julius Platzmann, Thomas Plantagenet Bigg-Wither, Robert Helling e os irmãos Mirko e Stevo Seljan. Conforme as pesquisas de Myskiw (2008, p. 20),

Para dar sentido aos seus discursos os viajantes isolaram, classificaram e organizaram as plantas, animais, insetos, paisagens, minerais e pessoas e hábitos culturais, em busca de um significado comum à sua época, e, ao fazer isso, produziram, intencionalmente ou não, ‘efeitos de verdade’.

Com respeito aos viajantes brasileiros que adentraram os “sertões paranaenses” (Myskiw, 2008), encontro na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) suas narrativas de viagens, em que se propunham dar a conhecer o território. Dentre esses viajantes, é possível citar padre Francisco das Chagas Lima²⁰, John Henrique Elliot²¹, Camilo Lellis da Silva²², Joaquim Francisco Lopes²³, Nestor Borba²⁴ e José Francisco Thomaz do Nascimento²⁵. Myskiw (2008, p. 21, grifo próprio) demarca alguns aspectos nos quais os viajantes brasileiros se diferenciam dos viajantes estrangeiros, cujas diferenças se centram no “olhar” e na “impressão” dos lugares percorridos, ou seja, os viajantes brasileiros

[...] não estavam preocupados em pintar e comparar povos, animais, insetos e plantas, e sim, de narrar as aventuras e desventuras das viagens, de descobrir e informar aos leitores os aspectos geográficos e populacionais das terras percorridas e, principalmente, de *opinar a respeito das potencialidades econômicas ao se empreender a ocupação e colonização dos lugares narrados*. Nem todos eram cientistas a exemplo dos viajantes naturalistas estrangeiros. Parte considerável deles se consideravam mais exploradores e sertanistas, ao modo de muitos bandeirantes portugueses, do que etnógrafos, zoólogos e botânicos. Junto deles, sertão adentro, um grupo maior de pessoas compunham as expedições: indígenas, tropeiros, cozinheiros, médicos e

²⁰ Lima (1842, p. 43-64).

²¹ Elliot (1847, p. 17-42).

²² Silva (1865, p. 5-31).

²³ Lopes (1850, p. 315-335).

²⁴ Borba (1898, p. 65-87).

²⁵ Nascimento (1886, p. 267-281).

picadeiros. Personagens esses, quase sempre omitidos do cenário histórico quando da construção das narrativas de viagem.

De forma semelhante, de acordo com Crestani (2015), a fronteira transnacional entre Argentina e Brasil era uma região de disputas por diversos interesses, dos quais destaca a ocupação e a colonização dos espaços considerados “vazios” ou “desérticos”, “espaços selvagens e locais de barbárie”²⁶. Conforme as reflexões desse autor, “[...] o ato do viajante de conhecer as fronteiras, como forma de relatar as possíveis riquezas nativas disponíveis para a exploração, possibilitou o surgimento dos conflitos contra a população nativa, indígena, mestiça e de migrantes” (Crestani, 2015, p. 62).

De acordo com a historiografia oficial da Argentina, a fronteira é compreendida como *espaço vazio*, como o *espaço improdutivo*, ou seja, embora fosse ocupado pelos índios, “aquele território [a fronteira] não era, efetivamente, integrado ao território nacional e ao projeto de desenvolvimento nacional” (Crestani, 2015, p. 62). Para esse autor, “[...] a presença indígena na fronteira é apagada pela história oficial, de modo que o principal item a ser descrito são as potencialidades das *fronteiras vazias*, *fronteiras desérticas*, ou seja, *fronteiras de ninguém*” (Crestani, 2015, p. 63, grifo próprio).

No tocante à historiografia brasileira, a ocupação dos “espaços vazios” na fronteira Oeste visava ao domínio territorial em relação aos países vizinhos, tendo como principal característica o processo de valorização das terras (Crestani, 2015, p. 62). Desse modo, segundo o autor, “[...] os conflitos aparecem como um elemento indissociável da fronteira”, tendo em vista que a expansão da fronteira geográfica “se efetua sempre em um local ou espaço ideologicamente considerado como ‘vazio’²⁷ a partir da lógica

²⁶ A esse respeito, compartilho uma reflexão de Mignolo (2015, p. 104) de que “se suele ver el racismo ligado solamente a las personas y no la racialización de los lugares o regiones”.

²⁷ A ideia de “vazio”, de “deserto” é retomada e explorada em outras partes do presente livro.

demográfica, econômica ou mesmo jurídica". O autor complementa que "o Estado busca manipular o simbolismo da fronteira, intervindo, principalmente, por razões geopolíticas, econômicas e demográficas". Por isso, é conveniente mobilizar "frentes de migrações para as regiões de fronteira tanto para garantir a posse quanto para garantir a soberania do país" (Crestani, 2015, p. 63, grifo próprio).

Dito isso, prossigo com a contextualização da produção dos relatos de viajantes, com foco no início do século XX – período em que foram escritos aqueles que constituem o objeto das análises discursivas apresentadas neste livro.

2.3.1 Viagem de Manuel Bernárdez - de Buenos Aires às cataratas do Iguazu (1901)

O viajante Manuel Bernárdez, no ano de 1901, na obra *De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico a Corrientes y Misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas*, relata a sua viagem desde a capital Buenos Aires, passando por Corrientes, Misiones "até as 'cataratas do Iguazú', apontando como local grandioso, considerado como um estupendo prodígio território missioneiro" (Crestani, 2015, p. 66). Essa viagem objetivava conhecer as "maravilhas" da fronteira entre Argentina e Brasil através do rio Paraná, no intento de divulgar essa região. A divulgação das possibilidades econômicas dessa região fronteiriça era uma forma de incentivar a vinda de imigrantes para os locais passados por Manuel Bernárdez até a chegada nas cataratas do Iguazu (Crestani, 2015).

No recorte abaixo, Bernárdez (1901, p. X, *apud* Crestani, 2015, p. 67) retrata a destruição da população nativa de Misiones, mas, sobretudo, eleva as possibilidades de desenvolvimento da agricultura, da indústria, da arte, nessa região.

[...] los vestigios de una civilización destruida a hierro y fuego por la intolerancia y la barbarie, sobre cuyas ruinas, al conjuro del manso y laborioso agricultor, vuelve otra vez a florecer la vida, y allá arriba,

en el límite, el prodigio de las ingentes cataratas, que con el interminable trueno de su voz se diría que anuncian la grandeza continental para el día en que toda aquella desmesurada fuerza se transforme en acción, en cultura en poder industrial, en vida, en arte.

Consoante Crestani (2015, p. 68), “sobre as ruínas da população indígena os imigrantes teriam grandes possibilidades para o desenvolvimento do trabalho agrícola”. Esse autor salienta, ainda, que o trabalho regular sobre a terra propiciava ao colono o desenvolvimento do “processo de ocupação dos espaços vazios argentinos, onde a barbárie estava presente pela população nativa”, sendo a agricultura regular a solução para o processo “civilizatório” dessa fronteira (Crestani, 2015, p. 68).

Crestani (2015) define a “floresta missioneira” como um local de riqueza imediata, de riqueza natural, cujas oportunidades de culturas eram diversas, dentre as quais, a exploração da erva-mate, a “flor de tierra” (Bernárdez, 1901), “produto de grande importância para a República Argentina, tanto para o consumo como para a exportação” (Crestani, 2015, p. 69).

Outro ponto a destacar da pesquisa de Crestani (2015), é que o governo da Argentina estabelecia o cultivo forçado de erva-mate como tentativa de criar colônias e fomentar a indústria ervateira. Assim, a migração de colonos para a região de fronteira tinha como propósito o desenvolvimento econômico e o controle sobre a fronteira com o Brasil, além de que o cultivo de erva-mate contribuiria economicamente para o avanço dessa região. Para Crestani (2015, p. 70), “o ato de os viajantes conhecerem as fronteiras transnacionais foi uma forma de relatar as possíveis riquezas nativas disponíveis para a exploração” e isso funcionava como um incentivo para que viessem à região aqueles que estavam em busca de novas riquezas.

Com relação ao Brasil, Radin (2016) pontua que as experiências com imigrantes europeus no Sul do país, na forma de pequenas propriedades agrícolas, desenvolveram-se logo após a independência e em meados do século XIX, quando essa região

recebeu um número expressivo de imigrantes, principalmente italianos, alemães e poloneses. Explica, também, que o governo imperial fez concessões de terras públicas às províncias com o intuito de difundir a colonização. No que diz respeito ao processo de colonização da fronteira Sul, ele alcançou seu auge do fim do século XIX até meados do seguinte, “abrangendo áreas do norte e oeste gaúcho, todo o grande oeste catarinense, partindo do vale do rio do Peixe até o extremo oeste e do sudoeste paranaense” (Radin, 2016, p. 164).

Em suma, “o propósito de vinda desses imigrantes era, por um lado, o de suprir as necessidades de mão de obra e, por outro, fazer avançar a conquista para novas fronteiras territoriais” (Radin, 2016, p. 147), ocupando os espaços considerados “vazios”, em consonância com o papel dos viajantes e de seus relatos.

2.3.2 Expedição de Curitiba à colônia militar de Foz do Iguaçu e a obra *Pela fronteira*, de Domingos Nascimento (1903)

Na conjuntura sócio-histórica e política que acabo de apresentar, também se situa a expedição militar empreendida por Domingos Nascimento, em 1903, da qual se originou a obra *Pela fronteira*, que integra o *corpus* da presente pesquisa.

Domingos Nascimento foi designado para participar de tal expedição, que teve início em Curitiba, passando pelas cidades de Ponta Grossa e Guarapuava, via estrada de ferro, de onde partia rumo ao Oeste por algumas picadas construídas por extratores de erva-mate; o objetivo era chegar à colônia militar da foz do rio Iguaçu (Lorenzetti, 2010). Segundo o próprio Nascimento (1903), foram 103 dias “de longa e penosa viagem através de sertões”; segundo ele, o livro *Pela fronteira*, produzido em 25 dias, “não pode ser nem um livro de arte, nem um complexo de conhecimentos úteis sobre a zona da fronteira. É antes um roteiro” (1903, p. II1). Essa obra resulta de uma série de anotações do viajante durante o percurso, apresentada em um concurso realizado pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná,

durante a Exposição Paranaense de 1903, e premiada como melhor trabalho monográfico.

Domingos Nascimento “não era apenas mais um militar, jornalista e literato na capital paranaense”. Para além disso, ele “tinha prestígio e fama entre seus pares pelos livros que havia escrito e, em grande parte, por ser considerado um jornalista polêmico e independente” (Myskiw, 2011, p. 50). Para esse historiador, na obra *Pela fronteira*, escrita em 1903, Domingos Nascimento “procurou fazer uma espécie de radiografia do Paraná, de suas riquezas e mazelas”, priorizando as extensas e detalhadas descrições sobre “os lados do oeste de nossa terra” (Myskiw, 2011, p. 51).

Ademais, o referido historiador faz menção aos “cenários contraditórios” que se revelam àqueles que tiveram acesso ao livro de Domingos Nascimento e a sua leitura atenta e minuciosa. Nas palavras de Myskiw (2011, p. 54),

[...] as paisagens, planaltos, vales, rios, saltos e quedas d'águas, descritas com o intuito de destacar a 'grandiosidade das nossas riquezas', [...] contrastavam com o desinteresse dos órgãos governamentais brasileiros em relação à Fronteira explorada por empresários argentinos e paraguaios.

Para melhor situar a obra *Pela fronteira* em uma conjuntura sócio-histórica e política, acrescento o recorte abaixo sobre o *Paraíso do Assombro* (Nascimento, 1903), a partir das ponderações de Myskiw (2011, p. 55),

[...] as precárias vias de comunicação com o restante do Paraná e do Brasil dificultavam a migração de pessoas rumo à fronteira, aberta oficialmente com a instalação das Colônias Militares. Por outro lado, isolava os brasileiros que haviam migrado sertão adentro e os punha em contato direto com o estrangeiro que marcava presença e estava a explorar erva-mate e a madeira, transportadas em barcos-vapores rio Paraná abaixo e por cargueiros com tração animal via estradas aos portos e cidades argentinas.

Ainda com respeito à obra *Pela fronteira*, a partir das pesquisas de Myskiw (2011, p. 55, grifo próprio), “Domingos Nascimento alude que o *progresso* dar-se-ia com a ocupação das terras na fronteira por brasileiros, seguido da exploração das matas e da formação de áreas destinadas à agricultura”. Domingos Nascimento “entendia que os ‘capitalistas estrangeiros’ constituíam-se num entrave ao desenvolvimento e o progresso do Paraná e da fronteira Oeste do Paraná” (Myskiw, 2011, p. 55).

A ideia de progresso reinante, nesse contexto, contribuía para reforçar o entendimento de que “as populações autóctones ou do ‘sertão’, por serem consideradas inferiores, estavam fadadas ao desaparecimento” (Radin, 2016, p. 148), devido ao avanço da colonização. De maneira que “a expropriação ou a redução das áreas de terras daqueles grupos foi vista com certa naturalidade ou normalidade” (Radin, 2016, p. 148). Conforme esse historiador, o “branqueamento” da população, nesse contexto, era difundido e defendido por vários intelectuais e governantes, pois “se sentiam incomodados pela marcante presença de povos indígenas, caboclos e pela grande quantidade de negros na base da sociedade brasileira”, além de não favoráveis “em relação à ideia de que a partir desses povos se criasse a base para uma nação civilizada e desenvolvida” (Radin, 2016, p. 148).

Nesse entendimento, a ideia de progresso do Brasil também estava relacionada à necessidade de repensar a base social e cultural brasileira.

2.3.3 A excursão do governador Adolfo Konder de Florianópolis a Dionísio Cerqueira e a obra A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras (2005)

No prefácio da obra acima mencionada – que faz parte do *corpus* desta pesquisa – Wojniak (2005, p. 9) faz referência à “crescente preocupação governamental com um conhecimento mais amplo do interior do país”, a partir da segunda década do século XIX, de maneira que esse conhecimento

[...] passa de mera descrição de espaço (como a localização de sua posição geográfica em relação ao globo terrestre) para um interesse ampliado de suas configurações, tais como: *a localização das fronteiras*, a descrição da superfície, o clima e sua intensidade em diferentes estações, a qualidade do solo e da água, as condições da população, entre outros (Salomon, 2002, p. 137-141 *apud* Vojniak, 2005, p. 9, grifo próprio).

Vojniak (2005, p. 9) assinala que “esse novo saber do espaço reclama a importância de viagens de reconhecimento do interior do país para possibilitar o seu desenvolvimento, a sua povoação ou a sua colonização”, ou seja, um interior que deveria ser inventado, descoberto. Conforme Renk (2005, p. 114), “[...] a eficácia do projeto colonizador requereu agente humano, cujo modelo foi o descendente europeu, vindo das ‘colônias velhas’ do Rio Grande do Sul”. Assim dizendo, “Esse aspecto traz similitudes com a ideologia da colonização europeia no país, tendo como protagonistas os colonos ‘trabalhadores’, ‘construtores do progresso e da civilização’” (Renk, 2005, p. 114).

A partir da década de 1920 o projeto de “modernização” e “civildade” passa a ser intensamente difundido no Brasil e os atos administrativos de Adolfo Konder, governador do estado de Santa Catarina de 1926-1930 (denominado, na época, *presidente de estado*) estiveram alinhados a esse projeto (Nunes, 2009). Essa pesquisadora destaca a viagem oficial de reconhecimento ao Oeste e ao extremo Oeste catarinense como um dos feitos administrativos desse governador de maior repercussão, pois nenhum outro governador até então tinha feito uma viagem como essa. Essa região foi incorporada legal e administrativamente ao território catarinense em 1916, após a Guerra do Contestado (Nunes, 2009), consoante ao já abordado no capítulo 1.

Já em 1917, após a questão de limites com o Paraná ter sido dirimida, Santa Catarina estabelece uma legislação que orienta a política de ocupação daquele espaço, através da colonização, para “preencher o vazio demográfico” (Renk, 2005, p. 113). A viagem de

1929, a primeira a ser realizada pelo poder público do Estado ao Oeste catarinense, “pode ser tomada como *um ato simbólico da posse daquela área territorial*, que embora tenha passado a pertencer ao Estado a partir de 1917, encontrava-se ainda *desintegrada do território catarinense*” (Ferrari, 2011, p. 192, grifo próprio).

Tem-se nas colocações de Renk (2005, p. 119), que os sucessivos esforços para colonizar essa região se devem também a um imaginário sobre ela como “terra de barbárie, inóspita e paraíso da criminalidade”. A autora destaca ainda que “os escritos, desde o império, contam-na como terra de ninguém”, lembrando que, de acordo com Crestani (2015), a fronteira Brasil-Argentina já era compreendida como *espaço vazio* no século XIX. Dado isso, “a viagem de Konder em 1929, adquire importância para o projeto colonizador em implantação” (Renk, 2005, p. 119).

No momento da viagem de 1929, havia uma insciência da região, “os mapas registravam-na como zona desconhecida” (Renk, 2005, p. 120), região que se distanciava espacial e socialmente da capital. De acordo com Vojniak (2005, p. 10), ainda que essa viagem ao interior do estado de Santa Catarina tenha sido realizada em meados da primeira metade do século XX, emerge na esteira do “saber do espaço”, desencadeado no século XIX, conforme visto anteriormente, já que “previa o conhecimento e reconhecimento do interior no intuito de possibilitar o seu desenvolvimento e a sua colonização”.

Desse modo, a obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras* trata dessa viagem, retratada como a “Bandeira de Konder”²⁸, por meio de relatos daqueles que acompanharam

²⁸ Vojniak (2005, p. 12) destaca, no prefácio da referida obra, os objetivos oficiais da “Bandeira de Konder”: “Conhecer melhor para atender com mais eficácia as necessidades da região; assinatura do Convênio Policial de Irahý, como repressão ao banditismo na fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; encontro entre os presidentes Adolfo Konder (SC) e Getúlio Vargas (RS) em Iraí, seguido de conferência para fechar acordos, solucionar dúvidas sobre o limite dos dois estados, tomar decisões sobre as estradas de rodagem nas margens do rio Uruguai, divulgar a erva-mate, reprimir o contrabando na fronteira (principalmente de

esse governador – que sai de Florianópolis e, por um período de 30 dias, percorre o estado de Santa Catarina até a cidade de Dionísio Cerqueira, localizada na fronteira com a Argentina.

Nessa obra, publicada em 2005, há reedições *fac-similares* do livro de Arthur Ferreira da Costa *O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista* (Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia., 1929) e da conferência de José Arthur Boiteux, intitulada “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira” (Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1931). Também fazem parte da obra fotografias extraídas do álbum fotográfico que registra a passagem do governador do estado pelo Oeste; e dois artigos científicos sobre a viagem de 1929, um elaborado por Arlene Renk, antropóloga, intitulado “O conhecimento do território: a Bandeira de Konder”, apresentado originalmente no encontro da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), em 1994, e outro, por Maria Bernardete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa, historiadores, cujo título é “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina”, publicado na *Revista Projeto História*, da PUC-SP, n. 18, em 1999. Na época da viagem, também foi produzido e publicado o livro *Aos espanhóis confinantes*, de Othon Gama D’Eça (1929), reeditado em 1992 pela Editora da UFSC em comemoração ao centenário do autor.

Concluindo este capítulo, ancorando-me novamente em Renk (2005), é importante dizer que a viagem do governador Adolfo Konder e demais representantes do poder público estadual – cujo propósito era o (re)conhecimento de uma zona “que não constava nos mapas” – foi um ato político e público realizado para “dar a conhecer ao litoral o que é o interior”. Por outra forma, para o governador, “conhecer o território equivalia a *tomar posse simbólica*

madeiras); organizar diretório político e criar escolas primárias. No entanto, outros objetivos ficam implícitos na investida da Bandeira, podendo ser percebidos a partir de diferentes leituras dos documentos produzidos na viagem e sobre a viagem”.

da área, num processo de conhecimento explicitado pelos integrantes da comitiva” (Renk, 2005, p. 120, grifo próprio).

Nos próximos capítulos, detenho-me nas análises discursivas dos relatos de viagens, com vistas à compreensão do espaço, em particular do espaço de fronteira, juntamente com os sujeitos e suas línguas.

3. Processos de produção do espaço de fronteira e do povoado de Dionísio Cerqueira

Era a segunda vez que a commoção de mim se apoderava no meio das florestas, ao sentir as vibrações de um toque de corneta dando o signal da existencia por aquellas paragens de força militar.

(Domingos Nascimento, Pela fronteira).

Este capítulo objetiva analisar os processos de espacialização da fronteira Brasil-Argentina, inseparáveis da constituição dos sujeitos e das línguas; de modo particular, a partir de formulações sobre a fundação e (re)nomeação do povoado de Dionísio Cerqueira, no lado brasileiro da fronteira, em 1903. No percurso analítico, procurei compreender como a fronteira é significada no relato de viagem *Pela fronteira* (1903), de Domingos Nascimento. Para tal, este capítulo encontra-se estruturado em três seções.

Na seção 1, inicio o percurso analítico apresentando aspectos sobre espaço e sujeito, a partir das descrições da saída do viajante (Domingos Nascimento) e sua comitiva de Curitiba-PR, com destino a Foz do Iguaçu-PR, e suas primeiras “impressões” sobre o espaço com o qual ele vai tomando contato. Tendo em vista o predomínio de formulações sobre a natureza nessas descrições, retomo alguns aspectos da pesquisa de Nunes (1992), com o fim de trazer à reflexão a questão do discurso naturalista. Visando compreender como o espaço natural é significado, considerando a passagem do sujeito religioso ao sujeito jurídico, remeto à análise alguns verbetes de dicionários que fazem parte da lexicografia brasileira dos séculos XIX e XX.

Em seguida, na seção 2, almejo discutir os discursos sobre o povoado Dionísio Cerqueira. Dedico-me, de forma inicial, em seqüências discursivas relativas às primeiras “impressões” do

viajante sobre o povoado fundado em território brasileiro e ao ato de fundação desse povoado.

Para a análise das relações de oposição entre rua/sertão, mobilizo as discussões de Rodríguez-Alcalá (2000), acerca da cultura, particularmente quando o foco está no papel central dessa noção em certos discursos da (sobre a) colonização. A oposição entre o *natural* e o *civilizado*, em Fedatto (2013), também fornece importantes contribuições. A partir da ata de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira, reflito sobre a nomeação das ruas e sobre os nomes dos participantes na solenidade de inauguração do povoado. Para tanto, os estudos de Guimarães (2001) são fundamentais. Ainda no que tange à reflexão das relações entre rua/sertão, mobilizo o conceito de *silêncio constitutivo* proposto por Orlandi (2007), a fim de indagar como o relato põe em circulação determinados sentidos e silencia outros.

Ainda na seção 2, analiso uma sequência discursiva na qual se mencionam os motivos do general Dionísio Cerqueira para a fundação de um povoado em território brasileiro. Para pensar sobre a ideologia jurídica associada ao espaço, apresento, com fundamento em Haroche (1992), aspectos sobre a passagem de uma forma-sujeito religiosa (forma histórica de existência dos sujeitos característica da Idade Média), para a forma-sujeito jurídica ou sujeito de direito, característica dos Estados nacionais modernos. Orlandi (2004), Rodríguez-Alcalá (2011a) e Branco (2013) também fundamentam essas análises. Dando prosseguimento à questão da delimitação do espaço e à luz da *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço*, em consonância com o jurídico, que fundamenta o Estado, julgo pertinente analisar, também na seção 2, uma sequência discursiva selecionada da parte “A linha divisória”, do relato de viagem *Pela fronteira*.

No percurso das reflexões da seção 3, analiso enunciados extraídos da ata da inauguração da povoação e reflito sobre os sentidos que circulam e se (re)produzem nesses enunciados, associados aos nomes Pepiry-Guassú e Dionísio Cerqueira, e como funcionam no ato oficial de renomeação do povoado.

Por fim, convém registrar que as análises empreendidas neste capítulo têm um importante papel na construção das reflexões que compõem este livro, como um todo, pois o estudo do espaço do povoado de Dionísio Cerqueira permite aprofundar a questão dos processos de produção da fronteira.

3.1 Formulações sobre a natureza

Para iniciar as análises sobre a significação do espaço natural, apresento a (Sd₁) recortada da abertura do primeiro capítulo da obra *Pela fronteira*, denominado “Em via ferrea”.

(Sd₁) *Os nevoeiros da manhã de Abril* rolavam ainda pelos campos, como *esquadrões brancos em desfile*, quando o trem partiu agitando o seu *pennacho* negro, entre silvos estridulos e os adeuses das fardas e das fanfarras que enfileiravam pela extensa plataforma da estação de Curytiba (Nascimento, 1903, p. 3, grifo próprio).

Domingos Nascimento parte de trem da Estação de Curitiba em uma pequena comitiva composta pelo general Bormann²⁹ e pelo coronel Lino Ramos³⁰, com destino a Foz do Iguaçu, ou seja, segue o rumo natural do rio Iguaçu, da nascente à sua foz. Considero pertinente acrescentar a (Sd₂) a seguir.

(Sd₂) Dentro em pouco, a duas léguas apenas, *a locomotiva* deu de investida contra o flanco direito do Iguassu, despertando-o; e então era de ver a porfia vertiginosa das duas grandes serpes, qual mais orgulhosa dos seus músculos na imensa e vasta cohesão das suas *moléculas solidas e liquidas* (Nascimento, 1903, p. 3, grifo próprio).

²⁹ A biografia de José Bernardino Bormann está disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>. Acesso em: 19 jul. 2017.

³⁰ “Tenente Coronel Lino d’Oliveira Ramos”. A referência aparece na “Acta da inauguração da povoação do Pepiry Guassu”, depois “Dionisio Cerqueira” (Nascimento, 1903, p. 171).

Deve-se registrar que o viajante se dedica a descrever o encontro dos rios Irai e Atuba, os quais formam o rio Iguaçu – considerado o maior rio totalmente paranaense³¹ – na parte Leste do município paranaense de Curitiba, junto à divisa deste com os atuais municípios de Pinhais e São José dos Pinhais. Após, descreve o curso do rio entre brejos e capões, florestas, campinas do interior, coxilhas, lajeados e destaca a maestria da natureza, a qual permite ao Iguassu oferecer o traço da estrada aos engenheiros da *Chemins de Fer*³². Assim, o viajante vai descrevendo/interpretando as estações e paradas do trem, os povoados, suas “impressões” da paisagem, das fazendas, da vida campeira.

Predominam nas descrições apresentadas formulações sobre a natureza, “apreendidas” da locomotiva: os nevoeiros da manhã, os campos, os rios, os brejos, os capões, dentre outros elementos. Ainda, vale registrar o uso de termos técnicos, tais como, “moléculas solidas e liquidas”. Como afirma Nunes (1992, p. 152), “o discurso dos viajantes, de modo geral, narra as ações de um sujeito-viajante e descreve os lugares com os quais ele toma contato”.

Desse modo, e com o objetivo de trazer à reflexão o discurso naturalista, retomo alguns aspectos da pesquisa de Nunes (1992). Nesse trabalho, quando o pesquisador discute a prática discursiva do missionário no Brasil, na conjuntura da colonização³³, elucida

³¹ O rio Iguaçu é formado pelo encontro dos rios Irai e Atuba na parte Leste do município de Curitiba, na divisa com Pinhais. Esses rios têm origem na borda ocidental da Serra do Mar e percorrem 1.320 km, atravessando os três planaltos paranaenses até desaguar no Rio Paraná. Para detalhes sobre a hidrografia do Iguaçu, ver SEMA (2010, p. 30).

³² De acordo com estudos de Kroetz (1985), a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens* foi a primeira empresa concessionária da Estrada de Ferro do Paraná. Segundo o autor, o Decreto nº 8.505, de 29 de abril de 1882, autorizou o prolongamento da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá até a margem esquerda do rio Paraná, pouco abaixo da Cachoeira das Sete Quedas [...] (Kroetz, 1985, p. 49-50, grifo próprio).

³³ Conforme Nunes (1992, p. 101), “a empresa colonizadora visa ao estabelecimento de uma colônia francesa no Brasil. Nesse projeto incluem-se os

que, a partir da perspectiva do missionário, o discurso sobre os elementos naturais do Novo Mundo “se constitui como um discurso de conversão”. Isso quer dizer que

[...] o espaço discursivo religioso se alia ao discurso naturalista, na produção das interpretações. Visto que ‘a natureza ensina o índio’, o missionário trabalha as relações discursivas a partir da fala sobre a natureza, introduzindo os elementos das Escrituras Santas (Nunes, 1992, p. 115).

Nunes (1992) distingue uma transformação significativa nos objetos temáticos, na passagem do sujeito religioso ao sujeito jurídico³⁴. Conforme o autor, “as descrições dos lugares e dos indivíduos passam a ser mediadas pelo discurso jurídico”. Com essa mudança, “a memória histórico-discursiva se reestrutura em função das necessidades de civilização e formação das cidades” (Nunes, 1992, p. 212).

Tendo em consideração que formulações sobre a natureza são recorrentes no relato, viso compreender como o espaço natural é significado, haja vista a passagem do sujeito religioso ao sujeito jurídico, apontada por Nunes (1992), que também produz efeitos de sentido nas descrições do espaço.

Para tal, trabalharei com o termo “pennacho”, inserido no enunciado: “[...] quando o trem partiu agitando o seu *pennacho* negro” (Sd₁, grifo próprio), embora considere que nessa sequência discursiva há outros termos de interesse para a análise, tais como: “Esquadrões brancos em desfile”, “fardas”, “fanfarras”, assim como na (Sd₂) há “flanco direito do Iguassu”, “serpes”, “moléculas solidas e liquidas”.

missionários, que agem entre os índios para que se forme uma ‘boa sociedade’, com a união entre os franceses e os índios”.

³⁴ Na seção 3.2.3, deste mesmo capítulo, com fundamento em Haroche (1992), abordo em maior detalhe a passagem de uma forma-sujeito religiosa (característica da Idade Média), para a forma-sujeito jurídica ou sujeito de direito.

A seguir, apresento definições para o referido termo, em alguns dicionários – que fazem parte da lexicografia brasileira dos séculos XIX e XX.

Pennácho, s.m. Molho de pennas, que por adorno, ou insignia se traz nos chapéus, capacetes, elmos (Silva, 1813, p. 428). *Diccionario da Lingua Portuguesa*.

Pennacho, s.m. Adorno de pennas que se traz no chapeo, capacete ou elmo (Pinto, 1832, p. 101i). *Diccionario da Lingua Brasileira*.

Penacho m. Conjunto de penas, com que se adornam chapéus, capacetes, etc. * Crista. Utensílio de lan, para limpar instrumentos de sôpro. Parte triangular de uma abóbada, que sustenta a volta de uma cúpula. *Ant.* Ostentação, gala. *Fig.* Direcção, governo; commando. (Do b. lat. *pennasculum*, de *penna*) (Figueiredo, 1913, p. 1528). *Novo dicionário da língua portuguesa*.

Tem-se que a entrada “pennacho” não conserva a mesma ortografia nas edições dos dicionários selecionados. Por isso, é importante lembrar que numa posição historicista “o saber é um produto histórico, resultante de uma série de causas e que pode ser situado em determinadas conjunturas espaço-temporais” (Nunes, 2002, p. 107).

Além disso, as definições nos dicionários apresentam regularidades quanto à presença das palavras “penas”, “adorno”, “chapéus”, “capacetes”, “elmos”. A definição apresentada no *Novo dicionário da língua portuguesa* mantém certa estabilidade em relação às anteriores, porém, a descrição do verbete assume um caráter mais científico, apresentando uma ruptura mais significativa em comparação com as definições anteriores.

Contudo, seja a definição de “pennacho” como “molho de penas”, “adorno de penas” ou “conjunto de penas”, a menção a uma “locomotiva” (Sd₂), uma máquina – um dos meios de transporte utilizados pela comitiva do Estado na expedição militar – faz-se pelo uso de uma metáfora relativa à natureza para

substituir a fumaça negra que se erguia da chaminé da locomotiva, emergindo no nevoeiro da manhã, isto é, no espaço natural, de maneira que a natureza produz sentidos de riqueza nativa disponível para exploração, “progresso”, “civilização”, que se somam aos sentidos do discurso jurídico – “insígnia”, “ostentação”, “direção”, “governo”, “comando”, que trazem os verbetes de “pennacho” –, bem como outros termos regulares do discurso jurídico, presentes nesta descrição.

Como apontado anteriormente, a partir da descrição do curso do rio Iguaçu entre brejos e capões, florestas, campinas do interior, coxilhas, lajeados e outros, a natureza vai sendo significada como a “grande mestra” para os projetos da *Chemins de Fer*.

Na mesma direção, recorro a Lorenzetti (2010), pesquisadora das obras de Domingos Nascimento escritas no início do século XX, cujas formulações se baseiam no modo como o autor paranaense “percebia” a natureza do estado do Paraná, como um elemento forjador do homem e da sociedade paranaense. Segundo a leitura de Lorenzetti (2010, p. 58, grifo próprio), Domingos Nascimento é enfático ao afirmar que:

[...] não bastava a natureza, suas belezas admiráveis, a suntuosidade da flora, as riquezas da fauna, as cataratas, as terras férteis, as praias paradisíacas, as cadeias montanhosas, as planícies, as palmeiras em leque, os sons dos ventos e do mar. Era necessário inserir o homem nesse cenário fantástico, o único ser capaz de utilizar proficuamente a natureza, de retirar dela o necessário para progredir, por meio de máquinas, estradas, engrenagens, chaminés e indústrias. Essa é a *garantia de ingresso na modernidade, no progresso e na civilização*. A natureza exuberante associada ao trabalho humano.

Face à discussão apresentada, torna-se possível estabelecer uma relação entre os “nevoeiros da manhã de Abril” e os “esquadrões brancos em desfile” (Sd₁), cujos efeitos de sentido comparecem na direção de afirmar que a natureza é apreendida

pelo viés dos discursos de lutas e disputas territoriais, de forças militares e políticas.

Ademais, a memória bélica está ligada, em particular, à defesa da fronteira e da unidade territorial do Estado, conforme abordo em outras partes deste livro.

Diante disso, o relato deixa outras pistas, além do enunciado “moléculas solidas e liquidas” (Sd₂), nas quais se sustenta uma posição discursiva afetada pela produção da ciência identificada à *evolução*; para tanto, junto à discussão as sequências discursivas abaixo:

(Sd₃) A larga e imensa campanha, dentro da qual se agitam dezenas de *povoados, cidades de relativo progresso*: Ponta Grossa, Castro, Lapa e Palmeira; villas de Jaguariahyva, Conchas, Ypiranga e Entre Rios, tornou-se o ponto de encanto dos excursionistas que vêm ao Paraná admirar *as suas inimitáveis riquezas* (Nascimento, 1903, p. 4, grifo próprio).

(Sd₄) [...] tudo talvez em honra ao viajante, para que num *requinte de extrema admiração* pudesse contemplar o *grande panorama dessas campanhas crivadas de fazendas*, que alvejam ao longe e por onde pasce o gado em abundancia, dando á perspectiva a nota alegre da vida campeira, *deliciosamente simples e abastada* (Nascimento, 1903, p. 5, grifo próprio).

Na (Sd₃), com respeito às menções aos centros urbanos paranaenses, elas aparecem associadas ao “progresso” e às “riquezas”, como destaque em: “[...] povoados, cidades de relativo progresso” e “[...] as suas inimitáveis riquezas”. Nessa relação, progresso/riquezas ocupam lugares opostos e compensatórios: o progresso é relativo, porém, as riquezas (supostamente naturais) são inimitáveis. Se nessa (Sd), um jogo imaginário estipula uma cidade poder ser considerada ou não com relativo progresso, pouco progresso, muito progresso, na (Sd₂), a formulação “moléculas solidas e liquidas” legitima o relato, coloca-o em uma discursividade cuja escrita vincula-se ao *status* de autoridade para relatar do lugar erudito-científico.

De modo semelhante, na (Sd₄), as descrições do meio natural paranaense – enquanto discursos de exaltação da natureza – trazem “requisito de extrema admiração”; “o grande panorama dessas campanhas crivadas de fazendas”; “o gado em abundância”; “a nota alegre da vida campeira, deliciosamente simples e abastada”. A partir dessas descrições – enquanto o viajante vai apresentando o estado do Paraná, os povoados, as fazendas, a vida campeira –, esse espaço vai sendo significado no discurso como parte (dos “bens”) do Estado.

Com respeito às descrições do meio natural paranaense, acrescento as sequências discursivas abaixo:

(Sd₅) Aberta a navegação mista do *Iguassu e do Paraná*, o nosso Estado, com especial menção, *terá um desenvolvimento de progresso tão intenso* que nenhum outro conseguirá sobrepujá-lo, tal a sua situação geographica com relação aos países vizinhos e Estados limitrophes (Nascimento, 1903, p. III, grifo próprio).

(Sd₆) [...] *devemos olhar com maior patriotismo para o que possuímos*, aproveitando as *nossas vias de comunicação naturais*, dando-lhes apenas as adaptações necessárias, revestindo-as dos melhoramentos de que dispõe a *sciencia* para o eficaz progredimento das regiões mais apropriadas às transacções políticas e sociaes (Nascimento, 1903, p. 204, grifo próprio).

Pode-se dizer, a partir das (Sd₅) e (Sd₆), que se reafirma o domínio, a apropriação do território por parte do Estado, cuja ação é identificada ao desenvolvimento, ao progresso, ao patriotismo e à ciência.

Ainda, no discurso de exaltação da natureza que permeia as descrições, junto à inserção com regularidade de termos do discurso jurídico, o sujeito de discurso é afetado por discursos anteriormente legitimados, tais como: a ideologia jurídica e o pensamento científico moderno.

3.2 O povoado de Dionísio Cerqueira

3.2.1 Fundação

Começo por apresentar as primeiras “impressões” do viajante sobre o povoado fundado do lado esquerdo do rio “Pepiry Guassú”, ou melhor, em território brasileiro:

(Sd7) Uma hora depois da nossa chegada ao Barracão³⁵ largamos para o outro lado, anciosísimos por penetrar no território patrio. [...]. *O Pepiry Guassú no passo é apenas um banhado*: estávamos a 200 metros de sua cabeceira. Ao atravessal-o avistamos o general Cerqueira que vinha a cavallo ao nosso encontro. *O encontro dos dois generaes foi commovedor*: – velhos amigos desde os bancos academicos, companheiros na guerra do Paraguay, e ambos distintos pelo saber. Ao approximar-nos do acampamento um corneta de piquete fez vibrar o toque de sentido e deu os floreios da ordenança do nosso exercito, de accordo com o posto desses dois generaes. Era a segunda vez que a commoção de mim se apoderava no meio das florestas, ao sentir as vibrações de *um toque de corneta dando o signal da existencia por aquellas paragens de força militar* (Nascimento, 1903, p. 164-165, grifo próprio).

Nessa passagem, o registro do encontro “comovedor” entre os dois generais, seguido de formulações explicativas: porque eram “velhos amigos desde os bancos academicos”, porque foram “companheiros na guerra do Paraguay”, porque eram “distintos pelo saber”, descreve a amizade dos tempos de escola, a camaradagem, o saber ao lado de elementos da memória bélica, dentre os quais realço a menção ao grau militar (generais), à guerra (do Paraguai), a um personagem do Exército (corneta), à exaltação

³⁵ Esclareço que as alusões a Barracão, nas sequências discursivas e respectivas análises realizadas neste capítulo, com base no relato de 1903, referem-se à localidade situada no lado argentino. A partir do capítulo 4, quando analiso o relato de 1929, essa mesma localidade é chamada de Barracón, ao passo que Barracão é a localidade situada em território brasileiro (paranaense).

da força militar. Portanto, convém acrescentar que, de acordo com Pêcheux (2010 [1983], p. 52),

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

É, portanto, pelo trabalho da memória discursiva que se deslocam o companheirismo da infância, a harmonia e o confortável viver para o companheirismo de guerra. É o eco dessa memória bélica que vai ressoar no toque de corneta, cujas vibrações, ao se espacializarem na floresta, marcam sua apropriação pelo Estado. Ou seja, é significando-se nessa memória bélica que esse espaço passa a "ter existência" enquanto território pertencente ao Estado: "[...] um toque de corneta dando o signal da existencia por aquellas paragens de força militar" (Sd7).

De acordo com o relato, quando Nascimento (1903) se refere ao ato de fundação de um povoado no lado brasileiro, volta a descrevê-lo como uma *floresta* e como *sertão*:

(Sds) *No silencio daquellas pesadas florestas*, era como uma evocação patriótica de honra, integridade e civismo a palavra amena e firme do notavel brasileiro, a quem coube a gloria de constatar definitivamente pelos *instrumentos da sciencia* o que os livros da historia através do *Laudo* haviam decidido sobre os limites da nossa fronteira. O mesmo general apresentou a planta da povoação, collocou os marcos do alinhamento das *ruas* que deviam ser abertas no seio daquelle *sertão* (Nascimento, 1903, p. 169-170, grifo próprio).

O autor do relato, a partir de sua posição-sujeito *capitão*, reproduz discursos de defesa militar das fronteiras do Estado nacional brasileiro. Essas fronteiras "defendidas" pela força militar aparecem legitimadas pelo recurso à *ciência* e à *história*: "[...] a quem coube a gloria de constatar definitivamente pelos *instrumentos da*

sciencia o que os livros da historia através do *Laudo* haviam decidido sobre os limites da nossa fronteira” (Sd₈, grifo próprio).

Nesse sentido, posso dizer que a corneta, como metáfora da ocupação do território pelo Estado, por meio da força militar, se sobrepõe ao silêncio das florestas: é o ritual de implantação de um Estado/Nação que ecoa de uma corneta, metáfora do Estado; no meio do silêncio da floresta, metáfora do vazio.

Na seção seguinte, passo a analisar, também, os efeitos de sentido produzidos pela relação entre os elementos rua/sertão a partir da (Sd₈), acima apresentada.

3.2.2 *Relações entre rua e sertão*

Para começar, trago alguns aspectos da discussão de Rodríguez-Alcalá (2000), com relação à questão da cultura, particularmente quando o foco está no papel crucial que a noção de cultura desempenha em certos discursos da (sobre a) colonização³⁶. A autora mostra que, se no início da colonização a justificativa europeia para a imposição política sobre as sociedades do planeta era religiosa – levar aos povos a *verdadeira fé*, para *salvar suas almas* –, tal justificativa se laicizou com a emergência do discurso cientificista, passando a ser referida à *cultura*.

É a *superioridade* da cultura dos europeus, enquanto *herdeiros* da tradição greco-latina, que vai justificar as empresas colonizadoras realizadas (Rodríguez-Alcalá, 2000). E essa *superioridade* será formulada, no contexto do cientificismo do século XIX, em estreita relação com o darwinismo social e com a tradição racionalista europeia, em termos ao mesmo tempo evolucionistas e racionalistas: é a *evolução*, associada à *racionalidade*, da cultura

³⁶ Segundo Mariani (2004, p. 23), “a noção de colonização remete para a coexistência de povos com histórias e línguas distintas em um dado momento histórico. Colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos”. Assim, conforme a autora, “tal noção apresenta mais de um sentido, conforme seja usada no discurso do colonizador ou no do colonizado”.

ocidental que vai conferir aos europeus a *missão* de *civilizar* os povos *primitivos* (Rodríguez-Alcalá, 2000).

Ademais, a autora apresenta a vigência dessa visão evolucionista ao longo do século XX e como ela afeta os discursos sobre os países emergidos da colonização, sustentando a explicação de sua realidade social, política e econômica: “Os crônicos problemas latino-americanos [...] são aí entendidos, em maior ou menor grau, como fruto do *fracasso* dessa *missão* [*civilizadora*] e subsequente *atraso cultural* – decorrente da subsistência da *barbárie local*”, o que teria impedido aos países latino-americanos o *desenvolvimento* (Rodríguez-Alcalá, 2000, p. 33). É a partir desse argumento *cultural* que serão descritas e explicadas as diferenças regionais e os desníveis existentes, por exemplo, entre regiões “europeias” como o Rio da Prata e as restantes, ou entre Norte e Sul, no interior do Brasil (Rodríguez-Alcalá, 2000).

É no interior desse discurso evolucionista que as oposições *superioridade/inferioridade* ou *civilização/barbárie* serão significadas. Tais oposições, por sua vez, serão remetidas ao imaginário urbano que caracteriza o imaginário ocidental, em que os sentidos de *civilização* – logo, de *superioridade* – remeterão ao processo histórico de *constituição das cidades* (Rodríguez-Alcalá, 2000, 2018).

No *corpus* desta pesquisa, essa memória urbana é atualizada pela oposição-chave “rua/sertão”, em que “rua” funciona como metonímia de “cidade” e esta de “civilização”. Nessas relações, o “sertão” é associado ao *primitivismo*, diante de “rua” (*cidade*), sendo significado como um *espaço vazio* a ser *ocupado* (*civilizado*), um espaço *sem forma*, uma *cera virgem* a ser *moldada*, conforme o modelo da cidade. Ao ser significado como *espaço vazio*, apagam-se os sujeitos que habitam esse espaço.

Conforme a descrição acerca do ato de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira, no lugar de “povoação” ou de “povoado”, aparece a palavra “sertão”: “O mesmo general apresentou a planta da povoação, colocou os marcos do alinhamento das *ruas* que deviam ser abertas no seio daquelle *sertão*” (Sds, grifo próprio). É o desenho das “ruas” no meio do “sertão”, são os “instrumentos da

ciência” para “moldar” o espaço “virgem” das “pesadas florestas”, que realizam o trabalho *civilizatório*.

Fedatto (2013), também fornece contribuições sobre esse tema quando teoriza a respeito da construção da oposição entre o *natural* e o *civilizado* nos primeiros discursos sobre o Brasil descoberto pelos europeus. Conforme a autora, tal oposição afirma, nesses discursos,

[...] a natureza como um espaço a ser urbanizado ou ruralizado e os índios como povos a serem civilizados. Uma das primeiras atitudes dos portugueses para conquistar o território brasileiro foi construir instituições que representassem o poder e o modo de vida europeu. Igrejas, conventos e escolas, lugares de repetição pela submissão à fé ou à ciência, formaram os núcleos urbanos inaugurais da cidade brasileira. Diferentes espaços foram fundados e, com eles, a urbanidade (Fedatto, 2013, p. 109).

Nessa mesma direção, pode-se refletir sobre a nomeação das ruas principais, colocada na ata de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira, tendo em vista que “nomear uma rua é também significá-la, muito especificamente, como cidade” (Guimarães, 2001, p. 97).

(Sd⁹) Como justa homenagem aos primeiros *exploradores científicos* d’estas paragens foi resolvido dar ás oito ruas que desembocão na praça principal que ficou denominada – Praça Conselheiro Zacharias, – os nomes dos *Commissarios Astronomicos e Officiaes portuguezes e Hespanhoes* que em 1759 e 1760 penetraram lutando com grandes difficuldades e affrontando muitos perigos nos rios Pepiry Guassú e Santo Antonio; em virtude desta resolução collocou-se em cada esquina de rua uma placa com os seguintes nomes: Rua Alpoim, Rua Arguedas, Rua Veiga d’Andrade, Rua Marron, Rua Pacheco de Christo, Rua Millau, Rua Rodrigues de Moura e Rua Bartholomeu da Silva. O primeiro foi o *Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, Commissario Portuguez*; o segundo o *Conselheiro D. Francisco de Arguedas, Commissario Hespanhol*; o terceiro *Capitão Veiga d’Andrade, Astronomo Portuguez*; o quarto *Alferes de Navio D. Norberto Marron, Astronomo Hespanhol*; o quinto *Alferes de*

Granadeiros, Pacheco de Christo, Geographo Portuguez; o sexto Alferes de Navio D. Francisco Millau e Maraval, Geographo Hespanhol; o setimo, Capitão de Aventureiros Rodrigues de Moura, Pratico Portuguez e o oitavo o Cirurgião Portuguez Bartholomeu da Silva (Nascimento, 1903, p. 170, grifo próprio).

Diante da (Sd), tomo os nomes dados às oito ruas situadas nas proximidades da praça principal do povoado – que ficou denominada Praça Conselheiro Zacharias: *Rua Alpoim, Rua Arguedas, Rua Veiga d’Andrade, Rua Marron, Rua Pacheco de Christo, Rua Millau, Rua Rodrigues de Moura e Rua Bartholomeu da Silva*. A partir desse conjunto de nomes, “o que [...] faz texto são narrativas que só podem ser compreendidas se entendemos aquilo que significam as nomeações que se retomam em cada designação de rua” (Guimarães, 2001, p. 98).

Conforme a própria ata de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira, retomam-se em cada designação de rua, respectivamente, as seguintes nomeações: *Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, Commissario Portuguez; Conselheiro D. Francisco de Arguedas, Commissario Hespanhol; Capitão Veiga d’Andrade, Astronomo Portuguez; Alferes de Navio D. Norberto Marron, Astronomo Hespanhol; Alferes de Granadeiros, Pacheco de Christo, Geographo Portuguez; Alferes de Navio D. Francisco Millau e Maraval, Geographo Hespanhol; Capitão de Aventureiros Rodrigues de Moura, Pratico Portuguez e Cirurgião Portuguez Bartholomeu da Silva*³⁷.

Considerando as nomeações, registro a recorrência de algumas patentes militares, tais como: coronel, capitão e alferes. Interessa-me refletir sobre o que é colocado no “sertão”, nesse “meio

³⁷ Analisando essas nomeações, identificadas a personagens portuguesas e espanhóis, significados como comissários e oficiais, incluo um recorte do Plano Municipal de Educação 2015-2025 de Dionísio Cerqueira (2018), em que encontro a reafirmação da descrição presente na ata em análise: “O município de Dionísio Cerqueira está localizado no Extremo Oeste de Santa Catarina, e teve sua origem na primeira exploração científica, que penetrou no vale do Peperi-Guaçu, composto por oficiais portugueses e espanhóis, por volta dos anos de 1759 e 1760 (Comissão Local do Plano Municipal de Educação, Decreto nº 5341/2015, p. 17, grifo próprio)”.

natural”, por meio das opções de nomeação das ruas. Pode-se dizer, considerando as análises apresentadas neste capítulo, que os nomes mobilizam a memória bélica, a memória de fronteira, em particular os tratados de limites entre Portugal-Espanha e entre Brasil-Argentina. Como lembra Pêcheux (2009 [1975], p. 147), “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade”. Nessa direção, entendo que os nomes dados às ruas e os discursos mobilizados pelo relato se delineiam na relação com outros dizeres presentes e com os que se alojam na memória.

Para prosseguir a análise da nomeação, julgo pertinente trazer outra passagem da ata, na qual registram-se os nomes dos participantes na solenidade de inauguração do povoado de Dionísio Cerqueira:

(Sd₁₀) *General* José Bernardino Bormann. – Pedro Ezcurra *1º Comissario Argentino de Limites con Los E. U. del Brazil*. – *Tenente Coronel* Lino d’Oliveira Ramos. – *Dr.* Joaquim Antonio da Cruz. – Carlos Alberto de Juviria. – Francisco Gonçalves do Nascimento Rosa, *Chefe da Comissão Fiscal*. – F. Brignole. – Manoel Ricardo Negrão, *empregado da Comissão Fiscal do Barracão*. – Leocadio Cleto da Silva, *empregado da Comissão Fiscal do Barracão*. – *Capitão* José Leandro Braga Cavalcanti. – *Alferes* Francisco de Paula Arantes. – José Genancos Fortes. – Luiz Machado. – Manoel Ignacio Martins. – João Ignacio de Oliveira Martins. – *Capitão* Domingos Nascimento, *Secretario do 5º Districto Militar* e Dionisio Cerqueira, – vencido quanto denominação da povoação (Nascimento, 1903, p. 171, grifo próprio).

Como pude compreender, a ata da inauguração do povoado foi assinada por militares – conforme as alusões à hierarquia militar: general, tenente-coronel, capitão e alferes –, por funcionários administrativos da Comissão Fiscal de Barracão (lado argentino), por um médico, por representante da equipe brasileira e argentina de demarcação da fronteira. Os nomes dos participantes na cerimônia de inauguração do povoado aparecem,

em sua maioria, junto ao título oficial ou à respectiva função ocupada; em síntese, nomes de representantes da comitiva de Estado que empreendia a viagem (expedição militar) e por oficiais que compunham as comissões de demarcação da fronteira, sendo a comissão brasileira chefiada pelo general Dionísio Cerqueira. Todavia, também são elencados nomes cujas funções estão ausentes; sendo assim, o material que mobilizo não permite sustentar que esses nomes eram de representantes da comunidade local ou não. Não obstante, tal como na análise dos nomes de ruas se repete nessas análises a memória bélica, assim como a memória de fronteira mobilizada pelos nomes que “representam” essa demarcação, esses limites.

Perante o exposto, torna-se relevante indagar como o relato põe em circulação determinados sentidos e silencia outros. Para tanto, mobilizo o conceito de *silêncio constitutivo* proposto por Orlandi (2007, p. 24): “Para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras)”. Poderia refletir sobre o que fica ausente da decisão de homenagear os exploradores científicos. Nesse propósito, na exposição dos nomes dos participantes na solenidade de inauguração do povoado de Dionísio Cerqueira que firmam a ata, são elencados nomes cujas funções estão ausentes.

Nessa direção, para dizer e enaltecer os nomes de representantes da comitiva de Estado que empreendia a viagem (expedição militar) e oficiais que compunham as comissões de demarcação da fronteira – os quais firmam na ata a decisão de homenagear os exploradores científicos – foi preciso não dizer/apagar as “outras” funções e, conseqüentemente, os “outros” nomes que, embora apareçam na materialidade do texto, são significados como ausentes.

Nessa acepção, para que fosse afirmada a importância dos exploradores científicos, que estiveram na região de fronteira, por volta dos anos de 1759 e 1760, foi preciso não dizer, não homenagear os habitantes originários e o espaço por eles habitado (“espaço originário”, “natural”). Ou melhor, nas opções pelos nomes de ruas

não são possíveis alusões ao espaço natural, por exemplo: *Rua das Flores, Rua da Mata, Rua Pepiry Guassú*, mas a representantes do Estado – do aparelho jurídico-administrativo e militar – quando são possíveis nomes como *Rua Alpoim, Rua Arguedas, Rua Veiga d’Andrade* e outros. Não obstante, os vestígios desse “espaço originário”, “natural” emergem na (Sd⁹): “[...] em 1759 e 1760 penetraram [os primeiros exploradores científicos] lutando com grandes dificuldades e affrontando muitos perigos nos rios *Pepiry Guassú e Santo Antonio*” (grifo próprio), mostrando-me, que sentidos de um espaço “apagado”, “ausente” são possíveis.

Sob esse ângulo, faz sentido que os primeiros cientistas que exploraram a região de fronteira – portugueses e espanhóis –, na sua maioria oficiais militares, fossem homenageados, de maneira que seus nomes se materializassem nas ruas do povoado e nas placas indicativas de ruas e que tal homenagem tenha sido significada como justa no relato em análise.

Concluindo esta seção, e diante das relações estabelecidas entre rua/sertão, realço a oportunidade de refletir acerca dos efeitos de sentido da oposição *primitivo/civilizado* que está na base dos discursos da colonização. Nas condições particulares de produção da fronteira analisada, tais efeitos apontam não mais à oposição Brasil/Portugal, mas à oposição centro/fronteira, no processo de colonização interna, de constituição da unidade do Estado nacional brasileiro independente. Entretanto, aí está a vigência do discurso colonialista europeu, mobilizado para hierarquizar os espaços – e habitantes – do interior brasileiro, que determina os gestos de interpretação do viajante. O povoado de Dionísio Cerqueira fica significado em seu relato como um espaço a *ser civilizado/urbanizado*, junto com seus habitantes.

3.2.3 Uma (re)divisão do espaço de fronteira

A presente seção tem como tema teórico central a ideologia jurídica associada ao espaço, colocando como discussão fundamental a questão do espaço para a identificação do sujeito ao

Estado por meio de suas leis. Para isso, começo pela passagem em que o general Dionísio Cerqueira aponta os principais motivos para a fundação de um povoado em território brasileiro.

(Sd₁₁) Reunidos muitos brasileiros sobre o descampado aberto na encosta que desce para o Pepiry, fronteiro ao Barracão, o general Cerqueira, exultando de prazer e orgulho civico, expoz os motivos da resolução que tomara em promover a fundação de um povoado do lado brasileiro. – Já grande numero de compatriotas residia naquella zona, numa e noutra margem do Pepiry-Guassú e onde as únicas auctoridades existentes eram da nação argentina. *Agora estavam definitivamente traçadas as fronteiras*, e os brasileiros sem uma povoação sua continuariam a residir do outro lado, sob jurisdição estrangeira, onde ja havia começo de povoado com os recursos e as leis mais adequadas a existência das populações. *Fazia se mister, pois, que a nossa fronteira se fizesse respeitar pelas suas auctoridades, os compatriotas vivendo á sombra das nossas leis. O novo povoado a fundar, alem de um asylo para os seus concidadãos, era como uma sentinella de vigilancia á nossa fronteira*, – disse o general (Nascimento, 1903, p. 169, grifo próprio).

Tendo em vista as relações entre rua/sertão exploradas anteriormente, compreendo, a partir da (Sd₁₁), que há um gesto de autoridade do Estado que se sustenta na política de controle, dominação e ocupação do espaço e, consequentemente, que restringe a submissão dos sujeitos brasileiros às leis brasileiras; ou seja, o relato produz a evidência de que os brasileiros não poderiam continuar residindo no lado argentino, sob jurisdição estrangeira. Havia a necessidade de promover a fundação da cidade (o povoado) para que os indivíduos – que já estavam lá – pudessem residir “deste lado” e não do “outro lado” e, assim, “à sombra das nossas leis”.

Isso salienta que os sujeitos concebidos como seres históricos estão determinados pelas condições políticas, econômicas e culturais das sociedades em que vivem, cujas condições irão constituir uma *forma sujeito*, como afirma Pêcheux inspirado em

Althusser (Rodríguez-Alcalá, 2011a). Essa forma, “nas sociedades capitalistas contemporâneas assim chamadas ocidentais, é a do *sujeito jurídico*, ou *sujeito de direito*, que corresponde ao ideal do *cidadão* moderno [...]” (Rodríguez-Alcalá, 2011a, p. 247).

Desse modo, considero, também, que os efeitos de sentido produzidos na (Sd₁₁) apontam para a modalidade histórica de existência dos indivíduos nas sociedades nacionais, enquanto sujeitos jurídicos subordinados ao Estado por meio das leis.

Diante do exposto, é importante acrescentar, com fundamento em Haroche (1992), algumas reflexões sobre o sujeito. A partir de um estudo da noção de determinação no interior da gramática, a autora aborda a noção de determinação do sujeito na passagem de uma *forma-sujeito religiosa* (característica da Idade Média) para a *forma-sujeito jurídica* ou *sujeito de direito*, ou seja, de um assujeitamento à vontade de Deus passa-se a um assujeitamento ao Estado por meio de suas leis. Nessa perspectiva, a autora elucida, a partir da etimologia, que

[...] o sentido primeiro de ‘sujeito’ (surgido no século XII) significa: ‘submetido à autoridade soberana’. ‘Sujeição’ aparece igualmente na mesma época; no século XV, são derivadas as palavras ‘assujeitar’ e depois ‘assujeitamento’ [...] o termo ‘sujeito’, significando no início ‘que é subordinado’, toma, a partir do século XVI, o sentido de ‘matéria, causa, motivo’ e, enfim, de ‘pessoa que é motivo de algo, pessoa considerada em suas aptidões’ (Haroche, 1992, p. 158).

Com a constituição de um Estado centralizador e o progresso do jurídico, Haroche (1992) explana como a ideologia jurídica instala uma ambiguidade no sujeito, tanto do exterior como do interior, e essa ambiguidade torna-se sua marca paradoxal: “O sujeito se vê como um ser único, mestre e responsável por si mesmo, podendo, entretanto, a qualquer momento soçobrar no anonimato de ‘qualquer um’” (Haroche, 1992, p. 59). É importante complementar que a questão do sujeito jurídico indaga a evidência do sujeito, como diz Pêcheux (2009 [1975], p. 145):

[...] sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: ‘aquele que...’, isto é, X, o qüidam que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas ‘relações sociais jurídico-ideológicas’. O futuro do subjuntivo da lei jurídica ‘aquele que causar um dano...’ (e a lei *sempre* encontra ‘um jeito de agarrar alguém’, uma ‘singularidade’ à qual aplicar sua ‘universalidade’) produz o sujeito sob a forma do *sujeito de direito*.

Cabe, nesse ponto, perguntar: como, para a identificação do sujeito ao Estado, por meio de suas leis, a questão do espaço se coloca? No que diz respeito à questão do espaço, Branco (2013) aborda a noção de *espaço de direito*, na relação com a formulação de *sujeito de direito* (Haroche, 1992). Ou melhor, “Uma concepção de espaço atravessada pela ideologia de sujeito de direito do capitalismo (sujeitos idênticos, autônomos, responsáveis por seus feitos e gestos – personalidade jurídica abstrata” (Branco, 2013, p. 206). Deste modo,

O *espaço de direito* seria um espaço simbólico sustentado, determinado e organizado pelo discurso jurídico a partir do discurso do Estado de direito ocidental moderno que corresponde ao sujeito de direito: ideia de que sujeitos e espaço se *con-formam* no mesmo movimento, na e pela língua (Branco, 2013, p. 206-207).

Diante das noções expostas acima, retomo a (Sd₁₁), a partir do enunciado: “Fazia se mister, pois, que a nossa fronteira se fizesse respeitar pelas suas auctoridades, os compatriotas vivendo á sombra das nossas leis”.

Considerando-se o espaço como “constitutivo do processo do qual resultam sujeitos e sentidos, enquanto aspecto fundamental das *condições de produção* do discurso”, e não como “um ‘cenário’ neutro e exterior” (Rodríguez-Alcalá, 2011a, p. 246). E, ainda, que “os processos de identificação subjetivos não se dão no vazio, mas

num espaço determinado, produzido historicamente". Esse espaço "não é concreto nem abstrato, mas *material*" (Rodríguez-Alcalá, 2011a, p. 246).

Ressalto que os processos de identificação subjetivos – no caso, de identificação ao Estado, por meio das leis – *não se dão no vazio*, mas são *situados espacialmente*, têm uma materialidade espacial – que neste caso é a cidade (o povoado que era preciso estabelecer "deste lado" da fronteira), inclusive porque havia Barracão do "outro lado".

Destaco, também, que a necessidade de "abrir ruas" nesse "sertão" e de nomeá-las está ligada à apropriação do espaço pelo Estado, junto com os sujeitos "que já residiam", "os compatriotas" que devem se identificar "às nossas leis", ao nacional e não ao estrangeiro; mostrando-me que os processos de identificação subjetivos e a espacialidade se *con-formam* no mesmo movimento, na e pela língua (Branco, 2013, p. 206-207). Nessa relação sujeitos/espaço (no caso, território nacional), por meio da produção de sentidos, constrói-se a relação entre cidade, Estado e nação³⁸.

Ainda, sobre a apropriação do espaço pelo Estado, compreendo que ela se efetua pela divisão/fronteira dos sujeitos, das línguas e do espaço, como se observa no enunciado: "Agora estavam definitivamente traçadas as fronteiras" (Sd₁₁).

Nesse sentido, insisto na direção de que o povoado fundado em território brasileiro funciona no discurso como um espaço onde se deveriam considerar as autoridades brasileiras, as leis brasileiras, a vigilância à fronteira, ou melhor, o povoado produz sentidos de um local de administração e legitimação de unidades linguística e espacial-territorial predominantemente brasileiras: "O novo povoado a fundar, além de um asylo para os seus concidadãos, era como uma sentinella de vigilancia á nossa

³⁸ De acordo com Orlandi (2004, p. 11), "quando pensamos a cidade, introduzimos de imediato uma relação face à nação. Porque a cidade é pensada em relação ao 'droit de cité', introduzindo assim a dimensão jurídica na consideração do cidadão. Uma nação, por outro lado, é uma entidade abstrata, enquanto que uma cidade tem dimensões, formas visíveis, sendo perceptível em primeira instância".

fronteira [...]” (Sd₁₁)³⁹. Ainda, o general Dionísio Cerqueira é significado como um “porta-voz”⁴⁰ dos sujeitos locais: fala em nome deles, decide por eles, silenciando-os; e, dessa maneira, resta àqueles o aplauso:

(Sd₁₂) As palavras do illustre brasileiro foram acolhidas com fremitos do mais ardente entusiasmo entre patricios e estrangeiros ali presentes (Nascimento, 1903, p. 169).

(Sd₁₃) [...] e entre as mais festivas demonstrações de contentamento foi assinada a [...] acta (Nascimento, 1903, p. 170).

O relato da assinatura da ata e legitimação da fundação do povoado no lado brasileiro da fronteira Brasil-Argentina deixa pistas do modo como o espaço brasileiro fica aí significado: como um território finalmente desmembrado, separado, delimitado e independente do lado argentino, graças a essa fronteira que opera essa divisão, essa demarcação, essa separação.

Ainda, sobre a delimitação do espaço, julgo pertinente agregar a sequência discursiva abaixo, extraída do capítulo “A linha divisória”, que também faz parte do relato de viagem *Pela fronteira*.

(Sd₁₄) *O Barracão não nos pertence; fica sobre a margem direita do Pepiry-Guassú, e, portanto, em territorio argentino. O que nos pertence é o povoado Dionisio Cerqueira, ultimamente fundado do lado*

³⁹ Tais considerações apontam para o lema de Afonso Pena na presidência do Brasil (1906-1909): “Governar é povoar”, intimamente ligado às políticas de incentivo à imigração (Cortez, 2013). Cabe salientar que essa política, também conhecida pelo mesmo lema, já era uma preocupação de Juan Bautista Alberdi, intelectual e jurista tucumano, na Argentina do século XIX (Marangoni, 2007).

⁴⁰ Segundo Pêcheux (1990 [1982], p. 17), o *porta-voz* “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior”.

esquerdo *enfrentando* aquella (Nascimento, 1903, p. 163, grifo próprio).

Para iniciar, tomo os elementos “pertencer” e “enfrentar” com o propósito de observar como, na relação com outros elementos, eles produzem e colocam determinados sentidos em circulação.

A partir dos gestos de interpretação do viajante, distingo um modo muito singular de estabelecer formas de pertencimento ao Estado nacional brasileiro: (não) pertencer fica determinado pela “linha de fronteira”, pela “linha divisória”, fixada entre os Estados nacionais por meio de decisões político-jurídicas. Uma fronteira político-territorial constitui, ao mesmo tempo, uma fronteira simbólica, em cuja produção intervêm os mecanismos de identificação promovidos discursivamente às leis de um e outro Estado (brasileiro/argentino), pela “identificação com uma língua” (Payer, 2007, p. 113) (português/espanhol) e uma cultura particular (brasileira/argentina), como definitórios “deste” ou “do outro” lado da linha de demarcação.

É por meio desses mecanismos, pelo discurso jurídico e pelo apelo à língua e à cultura que se define quem “pertence” e quem “não pertence” a esse espaço político-territorial. Deste modo, funciona um discurso que participa da produção da fronteira, ou seja, produz-se uma separação entre os territórios (Brasil-Argentina), uma (re)divisão do espaço de fronteira.

Dando prosseguimento à análise da (Sd₁₄), pode-se dizer que funcionam discursos que significam Dionísio Cerqueira enquanto um espaço destinado a “enfrentar” o povoado limítrofe de Barracão (Argentina). Tais discursos se aliam àqueles de (re)divisão do espaço de fronteira e de legitimação do poder do Estado sobre o território do povoado.

É importante pontuar que elementos da memória bélica são atualizados por um léxico recorrente no relato, tal como esse enunciado: “O novo povoado a fundar, alem de um asylo para os seus concidadãos, era como uma *sentinella de vigilancia á nossa fronteira [...]*” (Sd₁₁, grifo próprio).

Nessa direção, os efeitos de sentido produzidos a partir da relação entre os elementos “pertencer” e “enfrentar” (Sd₁₄) e “sentinella de vigilancia á nossa fronteira” (Sd₁₁) corroboram a produção da fronteira político-territorial, pelo viés do Estado, e um espaço interditado, uma barreira simbólica que interrompe a passagem, uma vez que esses efeitos são sustentados no pré-construído⁴¹ de que é preciso impedir a introdução do inimigo.

Pode-se dizer que, se as análises apontam para um sujeito afetado pelo discurso militar e pelas relações de poder que o constituem, tal processo de interpelação contribui para que os sentidos de “pertencer” e “enfrentar” (Sd₁₄) e “sentinella de vigilancia á nossa fronteira” (Sd₁₁) compareçam na direção de produzir a demarcação de uma barreira simbólica entre os povoados, que se dá pelo confronto explícito com o *outro* de quem o território tem de ser *defendido*. Sendo assim, os argentinos são constituídos em sujeitos na exterioridade, ou seja, são levados a se identificar como os que ficam do lado de fora; ainda, são significados enquanto aqueles que habitam o povoado de Barracão (Argentina) e, tal como numa guerra, “inimigos” a serem enfrentados.

Em todos os elementos mobilizados – delimitação, demarcação, separação, (re)divisão, linha divisória, (não) pertencimento, enfrentamento, vigilância, interdição, barreira, proteção, inimigos, guerra – estão em jogo a constituição e a preservação da unidade do Estado por meio de um discurso militar, que traz à tona o confronto e o uso potencial da força. Ainda, o povoado de Dionísio Cerqueira é significado como um espaço de defesa nacional, de controle e vigilância da fronteira, um espaço protegido para “enfrentar” ameaças.

⁴¹ Para a elaboração dessa questão, Pêcheux remete aos trabalhos de Paul Henry a respeito da crítica da noção de pressuposição na linguagem, de maneira que Paul Henry propõe “o termo ‘*pré-construído*’ para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (Pêcheux, 2009 [1975], p. 89).

3.3 (Re)nomeação do povoado

Esta seção se compõe de análises a respeito do processo de (re)nomeação do povoado (espaço) de Dionísio Cerqueira e de como esse processo afeta a nomeação do sujeito. Nesse sentido, a “Acta da inauguração da povoação do Pepiry Guassu”, depois “Dionisio Cerqueira” fornece um alicerce para essas questões. A sequência discursiva abaixo, faz parte da descrição da solenidade de inauguração do povoado.

(Sd₁₅) Ao serem convidados os assistentes a firmar as suas assignaturas nesta acta, o capitão Domingos Nascimento, pedindo a palavra, propoz que *em homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense pelo Excellentissimo Senhor General Dr. Dionisio Cerqueira, a nova povoação tomasse o nome de – Dionisio Cerqueira – em vez de Pepiry-Guassú, proposta que foi aprovada unanimemente* (Nascimento, 1903, p. 170-171, grifo próprio).

O nome “Pepiry Guassu”, depois “Dionisio Cerqueira”, conforme consta no título da ata da inauguração da povoação, e “Dionisio Cerqueira - em vez de Pepiry-Guassú”, me leva a pensar, a princípio, na nomeação e posterior renomeação do povoado.

Desse modo, pergunto: por que Dionísio Cerqueira e não Pepiry-Guassú? Poderia dizer, de forma antecipada, que se trata de uma “homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense pelo Excellentissimo Senhor General Dr. Dionisio Cerqueira”, conforme consta no texto da ata. Mas, devo considerar a ênfase de Pêcheux (2009 [1975, p. 147]), para quem, “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”.

Reflito, portanto, sobre os sentidos que circulam e se (re)produzem nos enunciados associados aos nomes Pepiry-Guassú e Dionísio Cerqueira e como esses enunciados funcionam no ato oficial de renomeação do povoado. Considero que “denominar, definir, caracterizar, descrever, classificar, renomear,

entre outros, é dar sentido a um objeto x, são gestos interpretativos” (Costa, 2011, p. 13) e, ainda, que “ao (se) denominar, uma direção ao sentido é apontada, um processo de significação é posto em movimento” (Costa, 2011, p. 13).

Como disse anteriormente, quando me referi à cerimônia de inauguração oficial, o povoado toma o nome de Dionísio Cerqueira para homenagear o general do mesmo nome. Essa homenagem foi proposta pelo capitão Domingos Nascimento, autor do relato em análise, e aprovada “unanimemente” (Sd₁₅). E aqui cabe lembrar que “[...] ao se denominar um espaço ou um sujeito, aquele que dá nome se posiciona discursivamente em relação a ambos na produção de significação” (Costa, 2011, p. 44).

Dessa forma, pode ser produtivo considerar o processo discursivo (ideológico) posto em movimento pelo nome Dionísio Cerqueira. Para tal, primeiramente caberia questionar: quando se aprova “unanimemente” a proposta de substituir o nome do povoado para homenagear Dionísio Cerqueira, o que está em jogo nessa aprovação unânime? Quem/o que estava presente/ausente nessa decisão?

Como já tratei neste capítulo, pude compreender pelos nomes e respectivos títulos oficiais/funções elencados na ata que se tratava de oficiais que faziam parte da expedição militar e de representantes das comissões de demarcação da fronteira. Havia ainda outros participantes nessa solenidade, cujas funções não estão especificadas; desse modo, não é possível afirmar que eles também eram representantes do Estado ou se representavam a comunidade local. Contudo, posso dizer, a partir do documento, que a maioria dos presentes na solenidade de inauguração eram os oficiais do Estado, em cujo discurso o nome Dionísio Cerqueira faz sentido. Por outro lado, como passo a detalhar a seguir, ficam ausentes dessa decisão e dessa totalidade “contável” outros sujeitos, outros sentidos e o espaço ligados ao nome Pepiry-Guassú, assim como é apagada a relação com a língua indígena.

Face ao exposto, e com base em reflexões de Fedatto (2013), compreendo que a renomeação significa essencialmente uma

mudança naquilo que o povoado rememora: o nome do rio, o nome que tem origem na família linguística tupi-guarani⁴² e a própria origem do povoado. Melhor dizendo, a relação com o “espaço originário”, “natural”, não se dá pelo nome do rio e pelo próprio rio, mas pelo Estado e sua presença, pela rememoração de um oficial que chefiou a comissão brasileira encarregada da demarcação da fronteira⁴³. Ou seja, rememora-se a instauração do Estado e sua legitimidade sobre esse espaço. Tal como nos discursos da colonização, funcionam aí efeitos da oposição entre o *natural* e o *civilizado*. Como diz Orlandi (2004, p. 115), pela eficácia do imaginário, “somos ‘tomados’ pela ideologia da colonização toda vez em que as condições se oferecem”.

Dessa maneira, a decisão pela mudança do nome do povoado vai mais além de ser uma homenagem ao general, conforme descrito na ata. O enunciado “O Pepiry Guassú no passo é apenas um banhado” (Sd7) *instala espaços de silêncio* (Orlandi, 2004, p. 57), e, ainda, há um silenciamento do real do povoado, acompanhado de um apagamento do social (Orlandi, 2004): (re)produzem-se no enunciado sentidos para o nome Pepiry-Guassú, ou seja, ele é significado como um “banhado”, um nome sem representação ou força política para inserir o povoado no território nacional. Nessa perspectiva, o nome Pepiry-Guassú passa a ser substituído, apagado, ao mesmo tempo em que é silenciada sua diversidade linguística. A esse propósito, Rodríguez-Alcalá (2010, p. 14) afirma que “[...] não existe a possibilidade de fazer coincidir a unidade (política) do Estado com a diversidade (lingüístico-cultural) das sociedades dentro de seu território, pois

⁴² Peperi Guaçu: de rio de quedas grandes. In: *Mini dicionário tupi-guarani*. Disponível em: <https://maniadehistoria.wordpress.com/mini-dicionario-tupi-guarani/>. Acesso em: 23 jul. 2017.

⁴³ De acordo com a obra *Pela fronteira* (Nascimento, 1903, p. 167), os oficiais que compunham a comissão brasileira de demarcação da fronteira eram: “General Dionisio Cerqueira, 1º commissario; dr. Henrique Morize, 2º; major Benjamin Liberato Barroso, 1º ajudante; capitão Alipio Gama, 2º; segundo tenente Elizeu de Montarroyos, auxiliar; major dr. Joaquim Cruz, medico; capitão José Leandro Braga Cavalcanti, secretario; e tenente Fabio Fabrici, commandante do destacamento”.

essas relações são contraditórias e estão sempre em movimento e transformação”.

A diversidade linguística, numa relação de contradição com a unidade (política) do Estado, conta a história do espaço, nomeia-o e vai criando uma memória espacializada. Com a renomeação, “Dionísio Cerqueira - em vez de Pepiry-Guassú” (Sd¹⁵), apaga-se a memória de Pepiry-Guassú para estabelecer uma memória outra, associada a novos discursos, novos sujeitos e novas ordens. No entanto, “esta memória não pode ser substituída como se substitui um nome”; assim como o imaginário social do povoado “não se apaga pela substituição do nome” (Petri, 2010, p. 79-80).

O sujeito, como habitante do povoado de Pepiry-Guassú, ao se ligar nele (por posições imaginárias), “liga-se à memória discursiva local, à historicidade, aos sentidos e aos sujeitos que circulam no espaço” (Simões, 2013, p. 65). Da mesma forma, esses sentidos circulam e se (re)produzem na renomeação do referido povoado. Assim sendo, o nome Dionísio Cerqueira produz sentidos de divisão, de limite, de fronteira e, no “novo espaço” que se inaugura – Dionísio Cerqueira –, o sujeito habitante de Pepiry-Guassú é interpelado a se significar como “novo cidadão”, aquele que se reporta às leis brasileiras. Trata-se, portanto, de uma renomeação do espaço que afeta a nomeação do sujeito enquanto habitante desse espaço, por meio da instauração do processo de formação de um novo nome gentílico.

De outro lado, a relação do nome do povoado – Dionísio Cerqueira – ao general, ao oficial, ao comissário que compunha a comissão demarcatória e, ainda, a um representante do Exército Brasileiro legitima um acontecimento e constrói um imaginário de nacionalidade e de unidade para o espaço, coloca em circulação diferentes sentidos para o espaço e para os sujeitos que o habitam. Dessa maneira, Dionísio Cerqueira fica materializado no nome do povoado (cidade) e no espaço, devendo-se considerar que o relato reforça um imaginário de cidade como um espaço de legitimação de autoridades, de leis brasileiras, de vigilância e controle.

Posto isso, a fala do general Dionísio Cerqueira no ato da inauguração do povoado e a do capitão Domingos Nascimento (autor do relato), quem propôs a substituição do nome do povoado, “[...] não são atos em sentido pragmático, mas sim *gestos no nível simbólico* (Pêcheux, 2010 [1969], p. 77) que materializam, em palavras ou tijolos [unidades das construções], interpretações a respeito da realidade histórico-social” (Fedatto, 2013, p. 37-38).

Deste modo, poderia pensar que, no *corpus* da presente pesquisa, a relação de sentidos que o nome Dionísio Cerqueira projeta sobre o espaço tem sua materialidade histórica específica: o nome de um representante do Exército Brasileiro.

Assim sendo, a renomeação do povoado como Dionísio Cerqueira projetaria sobre esse espaço, inscrito no território brasileiro, o sentido de “sentinella de vigilancia á nossa fronteira” (Sd₁₁), o que teria relação com um efeito de homogeneidade e controle inscrito na história da constituição da unidade do Estado nacional, isto é, como disse antes, a partir da renomeação se funda um novo espaço: “O novo povoado a fundar” (Sd₁₁).

A seguir, o texto que fecha a ata da inauguração:

(Sd₁₆) Resta agora que a *povoação Dionisio Cerqueira seja digna do seu illustre fundador*, e que as auctoridades do Estado paranaense, por ventura ali creadas, *saibam fazer respeitar e elevar o nome brasileiro* em presença de *tão dignos e operosos vizinhos* (Nascimento, 1903, p. 171, grifo próprio).

Se apenas resta que a povoação oficialmente inaugurada e renomeada seja digna do seu “ilustre fundador”, e que o estado paranaense “saiba respeitar e elevar o nome Dionísio Cerqueira”, materializado no nome do povoado e no próprio espaço, essas pistas me direcionam a pensar que a inauguração oficial do povoado produz efeitos de evidência, que há um efeito imaginário de completude e de unidade para o espaço, que apaga a possibilidade de novos sentidos.

À vista disso, se por um lado os discursos da fundação do povoado delimitam seus sentidos, produzindo efeitos de estabilização e de controle total do povoado, esse povoado possivelmente se transformará em vila e então cidade, nesse caso, seria possível refletir sobre a cidade e os sujeitos na sua relação com o Estado. Nessa direção, seleciono dois enunciados da (Sd₁₆): “Resta agora que a povoação Dionisio Cerqueira seja digna do seu illustre fundador [...]” e “[...] que as auctoridades do Estado paranaense, por ventura ali creadas, saibam fazer respeitar e elevar o nome brasileiro [...]” (grifo próprio).

Reitero, aqui, que o processo de renomeação do espaço afeta a nomeação do sujeito enquanto habitante desse espaço, como visto em “povoação Dionisio Cerqueira” (Sd₁₆), mas, sobretudo, é possível novamente refletir sobre a interpelação dos indivíduos para se identificarem ao Estado brasileiro, no caso, mobilizada pelo processo de nomeação do povoado. As análises apresentadas realçam que os processos de identificação subjetivos, de subordinação ao Estado, não se operam “no vazio”, mas num espaço, que é material – e que está na fronteira dos Estados –, os processos de constituição do espaço e do sujeito se fazem nesse mesmo processo simbólico – no caso específico em estudo, a (re)nomeação do povoado pela relação com o Estado.

Como venho discutindo, em particular a partir da (Sd₁₁), em termos de condições de produção há uma injunção a colocar o sujeito significado enquanto brasileiro como aquele que deve defender a fronteira, isto é, instaura-se a evidência de um *outro* – um sujeito exterior e perigoso, um inimigo, contra quem se defender e, acima de tudo, defender o território brasileiro. No entanto, como analiso na (Sd₁₆), o equívoco se deixa denunciar na materialidade linguístico-discursiva por meio do enunciado “[...] tão dignos e operosos vizinhos”, com quem “aparentemente” se deve aliar, ou melhor, “a linguagem é irreduzível a uma ordem homogênea” (Gadet *et al.*, 2011 [1982], p. 56). Passo a analisar, então, como a relação de qualificação construída no enunciado

desliza para “fora do espaço da univocidade literal” (Gadet *et al.*, 2011 [1982], p. 56).

Pode-se dizer que há uma marca de alteridade “respeitada”, um *outro* que é reconhecido, elevado; ao mesmo tempo, em “vizinhos” há um *outro* que é estrangeiro, com quem não se divide o mesmo espaço.

Neste ponto, convém acrescentar que o relato *Pela fronteira* traz um capítulo denominado “Defesa nacional”, um gesto de interpretação sobredeterminado pelos interesses do Estado/Nação. Considero ser produtivo nas análises inserir o trecho a seguir, que faz parte da introdução do referido capítulo.

(Sd₁₇) Este capítulo não é um grito de guerra, é antes um cântico de paz e de progresso. *Defesa nacional*, na acepção complexa, antes representa um *conjuncto de interesses* do que uma preocupação subalterna de *luctas sangrentas*. [...]. Nesse conjuncto de interesses a que me refiro, entra por certo a garantia da integridade, sem a qual não saberíamos firmar a nossa soberania e exercer com segurança as relações commerciaes e políticas com os *paizes vizinhos* (Nascimento, 1903, p. 187, grifo próprio).

Há aí um processo discursivo em que concorrem tanto os sentidos de guerra quanto os sentidos de paz. O discurso de paz pressupõe a aliança com os países vizinhos – nessas condições de produção, a Argentina e o Paraguai – em direção à formulação de ações políticas que colocam em jogo um conjunto de interesses, dentre os quais enfatizo a garantia da integridade do território brasileiro e a ideia de progresso que percorre o *discurso sobre*⁴⁴ a viagem.

⁴⁴ Entendo o *discurso sobre* a partir das afirmações de Mariani (1996, p. 64): “os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre um discurso de* (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever

Em outras palavras, nesse jogo de *aliança-traição* (Silva, 1998, p. 219), vizinhos enquanto aliados e relações de amizade e paz apresentam condições favoráveis para a consolidação da soberania brasileira, o desenvolvimento da cultura, o povoamento da zona de fronteira e o fortalecimento de relações comerciais, políticas e de defesa nacional. Por fim, dessa aliança depende a garantia de liberdade do sujeito significado enquanto brasileiro.

A análise da (re)nomeação do povoado possibilitou a reflexão sobre o processo discursivo posto em movimento pelo nome Dionísio Cerqueira: o que é silenciado no nome substituído (Pepiry-Guassú) e o que é explicitado a partir do nome Dionísio Cerqueira, ancorado na memória bélica e na ideologia jurídica característica dos Estados nacionais modernos, de forma que o nome Pepiry-Guassú não atende ao imaginário de cidade que o Estado impõe.

Ressalto que as análises sobre a significação do espaço natural permitiram identificar que a natureza é apreendida pelo viés dos discursos de lutas e disputas territoriais, de forças militares e políticas. Ademais, as descrições do meio natural paranaense fazem notar a inserção com regularidade de termos do discurso jurídico. As análises a respeito da fundação do povoado Dionísio Cerqueira e da implantação de um Estado/Nação, autorizam a dizer que esse espaço passa a “ter existência”, enquanto território pertencente ao Estado, significando-se na memória bélica. E as relações entre rua/sertão, acerca dos efeitos da oposição *primitivo/civilizado*, mostram que o povoado de Dionísio Cerqueira fica significado como um espaço a *ser civilizado/urbanizado*, junto com seus habitantes. Ainda, as análises da nomeação das ruas principais do povoado de Dionísio Cerqueira e dos nomes dos participantes na solenidade de inauguração desse povoado reafirmam que os nomes mobilizam a memória bélica, a memória de fronteira.

um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor”.

Destaco, ainda, das análises acerca da (re)divisão do espaço de fronteira, que os processos de identificação subjetivos – no caso, de identificação ao Estado, por meio das leis – *não se dão no vazio*, mas são *situados espacialmente*, têm uma materialidade espacial – que no caso é a cidade (o povoado Dionísio Cerqueira). Enfatizo, também, a apropriação do espaço pelo Estado, que se efetua pela divisão/fronteira dos sujeitos, das línguas e do espaço, onde estão em jogo a constituição e a preservação da unidade do Estado por meio de um discurso militar.

Por fim, a análise da (re)nomeação do povoado sobre os sentidos que circulam e se (re)produzem nos enunciados associados aos nomes Pepiry-Guassú e Dionísio Cerqueira coloca em circulação diferentes sentidos para o espaço e para os sujeitos que o habitam, de maneira que o nome Pepiry-Guassú é silenciado juntamente com os sujeitos que habitam esse espaço. Dionísio Cerqueira fica materializado no nome do povoado (cidade) e no espaço, quando foi possível refletir sobre a interpelação dos indivíduos para se identificarem ao Estado brasileiro, no caso, mobilizada pelo processo de nomeação do povoado. Enfim, considero importante frisar a relevância deste capítulo para a pesquisa como um todo.

4. Efeitos do Jurídico, do Político e do Econômico na produção de sentidos, sujeitos e espaços fronteiriços

Já agora ali fluctúa o auri-verde pendão da nossa Pátria, que os brasileiros não viam, apenas conhecendo o argentino, hasteado nas fachadas das repartições na outra margem do Pepiry-guassú.

(José Arthur Boiteux, *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*).

Antes de especificar o objetivo deste capítulo, vale lembrar que, no anterior, a partir do relato *Pela fronteira*, escrito em 1903, por Domingos Nascimento sobre uma expedição militar da qual ele participou, que visava averiguar a situação de colônias militares estabelecidas em Foz do Iguaçu, analiso os discursos *sobre/de* a fundação do povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira e sobre a instauração do Estado/Nação nesse espaço de fronteira.

Embora a expedição militar da qual se originou a obra *Pela fronteira* e a excursão do governador do estado de Santa Catarina e sua comitiva, de Florianópolis a Dionísio Cerqueira, que resultou na obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, a qual analiso neste capítulo, não coincidam em datas, destinos e objetivos, ambas convergem em certos pontos: significam o espaço de fronteira como um *espaço vazio* e mostram uma injunção de identificação do sujeito e do espaço fronteiriço ao Estado, por meio de suas instituições. Na primeira obra, esses processos estão sustentados pelo Exército e, na segunda, pela estrutura jurídico-administrativa do governo estadual catarinense⁴⁵.

⁴⁵ Compreendo que os referidos relatos dialogam entre si e sua separação neste livro, ou seja, as análises de *Pela fronteira*, restritas ao capítulo 3, e as de *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, distribuídas nos capítulos 4 e 5, acontecem por uma questão de organização textual.

Convém lembrar que a excursão à região de fronteira do Brasil com a Argentina, em 1929, de acordo com o discurso historiográfico, tinha como objetivo “a interiorização do país. Impunham-se eliminar os vazios demográficos e fazer com que as fronteiras econômicas, geográficas e culturais coincidissem com as fronteiras políticas” (Flores; Serpa, 2005, p. 130).

Nessa direção, tanto o texto de Costa, “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), quanto o de Boiteux, “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira” (1931), os quais fazem parte da obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, coincidem em relatar a necessidade de “civilização” de Dionísio Cerqueira pela instauração da cidade sobre “o sertão” e as providências tomadas pelo então governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, logo que se inteirou da “realidade” desse espaço fronteiro.

Isso posto, este capítulo objetiva refletir sobre os efeitos de sentido produzidos pelas leis, decisões político-jurídicas e pelo econômico que se projetam sobre o espaço urbano de Dionísio Cerqueira e sobre os modos de produção do espaço de fronteira, bem como sobre os efeitos de sentido produzidos pelo relato nas formulações sobre a ponte que ligava, na época, Dionísio Cerqueira (Brasil) à localidade de Barracón (Argentina)⁴⁶. Para esse fim, este capítulo será dividido em quatro seções.

As reflexões empreendidas na seção 1 partem de duas sequências discursivas: uma retirada do relato de Costa (1929) e outra do relato de Boiteux (1931). As marcas linguísticas presentes

⁴⁶ Por ocasião da viagem de 1929, o aglomerado situado no lado argentino se denominava Barracón e permaneceu com esse nome até 1931, quando passou a se chamar Bernardo de Irigoyen, tal como abordo no capítulo 1. Vale destacar, também, que no período da viagem de 1929, a vila (cidade) Dionísio Cerqueira já pertencia ao estado de Santa Catarina e não mais ao estado do Paraná, como era por ocasião da viagem de 1903, conforme analiso no relato *Pela fronteira*. Em algumas sequências discursivas selecionadas para este capítulo, haverá alusões a Barracão (Paraná), tendo em vista as modificações nos limites político-territoriais que ocorreram com o término do litígio em 1917, como também abordo no capítulo 1.

nessas sequências discursivas mobilizam sentidos que caracterizam Dionísio Cerqueira como um espaço “vazio” e “desintegrado” de Santa Catarina, em particular, e do Brasil, de modo geral.

Na seção 2, trabalho com uma sequência discursiva selecionada do relato de Costa (1929), na qual ele descreve a ponte que ligava, na época, Dionísio Cerqueira (Brasil) à localidade de Barracón (Argentina). Levando-se em consideração as referências a um “sentimento” de pertencimento à nação brasileira, à identidade nacional brasileira, faço alusão à pesquisa de Rodríguez-Alcalá (2000, 2004) sobre a questão da cultura e seu funcionamento político na constituição e consolidação dos Estados nacionais.

Nessa direção, exponho, a partir das análises, a naturalização da realidade social produzida pelos sentidos de cultura associados ao discurso nacionalista de filiação romântica. Fragoso (2001) também fundamenta essas reflexões. No fim da seção, investigo os efeitos de sentido contraditórios produzidos pelo relato nas formulações sobre a ponte. Para isso, mobilizo os conceitos de *língua imaginária* e *língua fluida*, propostos por Orlandi (2008a), e de *espaço imaginário*, em confronto com o *espaço fluido*, conforme distinção de Rodríguez-Alcalá (2018). São também importantes, nesses estudos, as reflexões de Petri (2010) e Pêcheux (1990 [1982]).

Ainda, neste capítulo, prossigo com as discussões a respeito da relação entre cidade, Estado e nação; de forma mais específica, retomo efeitos de sentido do discurso da colonização da América e do discurso nacionalista e levanto alguns pontos sobre o processo de constituição da nação, no espaço de fronteira, trazendo à discussão sequências discursivas do relato “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), de Costa, e analisando as formulações sobre a moeda circulante e sobre a língua predominante nesse espaço de fronteira.

Deste modo, na seção 3, juntamente com as sequências discursivas extraídas do relato de Costa (1929) sobre a moeda e a língua, e buscando fundamentar as análises, mobilizo uma passagem do texto “Sobre fronteiras e colonização”, do historiador

Muraro (2016), já que ela apresenta afirmações acerca do comércio e da moeda circulante na região de fronteira entre o estado de Santa Catarina e a Argentina na década de 1920.

Em seguida, a partir do artigo de Mariani (2008), “Quanto vale uma língua?”, busco estabelecer uma relação entre os discursos da colonização da América e as formulações sobre a moeda circulante em Barracón (Argentina) e em Dionísio Cerqueira (Brasil), de acordo com o relato de 1929. Da mesma forma, relaciono esses discursos com aqueles sobre a língua (espanhola) que, de acordo com esse mesmo relato, era predominante nesse espaço.

Já na seção 4, com base em Pêcheux (2009 [1975]) e Pêcheux e Fuchs (2010 [1975]), trato do funcionamento da estrutura das construções negativas nos discursos relativos às nações por meio das relações de substituição para analisar os elementos: *não*, *nem* e *desnacionalização*. Para isso, retomo a (Sd₂₁) analisada na seção 3. Na primeira parte, delimito a análise aos elementos *não* e *nem* e a adição dos elementos substituíveis *escola*, *justiça*, *administração* e *organização política*. Na segunda parte, com fundamento em Payer (2006), trato do elemento negativo no prefixo *des-* em *desnacionalização*.

4.1 Decisões político-jurídicas e a produção de sentidos nos espaços de fronteira

Como ponto de partida das reflexões teóricas que serão empreendidas nesta seção, apresento duas sequências discursivas: uma selecionada do texto de Costa (1929) e outra do texto de Boiteux (1931), conforme exponho a seguir.

(Sd₁₈) Não havia official de registro civil, de sorte que as creanças que ali nasciam eram registradas, como argentinos, em Barracon, e, como taes, eram mais tarde inscriptos nos respectivos assentamentos militares. [...]. Os casamentos, egualmente, são feitos na Argentina, bem como os registros de obitos. Não ha um agente, sequer, do Governo Federal, exceptuados apenas os agentes da estação

telegraphica de Dionysio Cerqueira e do correio de Barracão, no Paraná. Ali não chega um jornal brasileiro. Não se conhecem estampilhas do nosso paiz, de sorte que todos os contractos são lavrados no territorio argentino, onde existem esses elementos indicativos da autoridade publica. Logo que se inteirou dessa alarmante realidade, *tomou o presidente Konder as providencias que cabiam na esphera estadual*. Nomeou um official da Força Publica delegado especial, collocou um destacamento policial; fez com que o juiz da comarca nomeasse interinamente, enquanto se procede ao concurso, um official do registro civil; organizou o directorio politico local, marcou a eleição districtal, creou escolas primarias; ouviu a todos que tinham reclamações e temores; assegurou o *regimen da lei, da ordem, da garantia, da brasilidade, escolhendo agentes e autoridades capazes de darem desempenho cabal ás suas funcções*. Communicou ao Governo da Republica o que observou e o que proviu (Costa, 1929, p. 49-50, grifo próprio).

(Sd₁₉) *Nomearam-se autoridades policiaes e outras, estabelecendo-se, desse modo, a garantia á vida e á propriedade do cidadão; creou-se o juizado de paz, deixando assim de inscrever-se nos registros, como nascidos na visinha Republica, os brasileiros que viam a luz no territorio catharinense*. Já agora ali fluctúa o auri-verde pendão da nossa Patria, que os brasileiros não viam, apenas conhecendo o argentino, hasteado nas fachadas das repartições na outra margem do Pepiry-guassú. *Está, pois, integrada a Santa Catharina, direi melhor, ao Brasil, extensa faixa de terra, cujo abandono – triste é dizel-o, – era manifesto*. Resumindo, n'uma pequena mas incisiva, mas verdadeira phrase, a situação em que, até ha poucos meses, *jazia essa porção da terra barriga-verde fronteiraça com a Republica Argentina*, disse o presidente de Santa Catharina: *“Aquella região dá a impressão de que é de quem ali primeiro chega”* (Boiteux, 1931, p. 101-102, grifo próprio).

Para iniciar, a partir da materialidade linguística da (Sd₁₈), destaco o elemento *brasilidade*. Para refletir sobre o registro da palavra *brasilidade* no relato de 1929, saliento que a viagem do governador de Santa Catarina, “pelas áreas de fronteiras, a oeste do estado, beirando divisas com o Rio Grande do Sul e atingindo os limites com a Argentina” (Flores; Serpa, 2005, p. 129), acontece nas

vésperas da Revolução de 1930. E “no discurso dos intelectuais ligados ao Estado Novo, a palavra-chave e mobilizadora de homens e de mulheres era *brasilidade*” (Flores; Serpa, 2005, p. 141, grifo próprio). Nessas condições de produção fazem sentido os discursos sobre a fronteira nacional com a Argentina e a construção da *brasilidade*, assim como faz sentido a premência da ocupação do Oeste catarinense como expansão do processo “civilizador” para o interior, tanto do estado de Santa Catarina quanto do Brasil (Flores; Serpa, 2005).

Isso posto, com respeito a (Sd₁₉) supracitada, considero, inicialmente, a definição de “abandono” no *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Cândido de Figueiredo:

Abandono m. Desamparo, desabrigo. Desleixo. Desistência, renúncia (Figueiredo, 1913, p. 4).

Destaco, a partir desse mesmo dicionário, o verbete que se apresenta para a entrada “jazer”, que também contribui para as análises:

Jazer v. i. Estar deitado. Estar morto. Estar sepultado: *aqui jaz um valente*. Estar quieto, imóvel. Prostrar-se. Persistir. *Ant.* Estar vaga (a herança), sêr jacente. * *V. p.* (A mesma significação). Cf. Castilho, *Fausto*. *Geórg.*, etc. *M.* Jazida. (Lat. *jacere*) (Figueiredo, 1913, p. 1141).

Abandono mobiliza um discurso segundo o qual aquela “extensa faixa de terra” (Sd₁₉) estava *abandonada, esquecida, desabrigada, desamparada, desabitada, deserta, vazia*, dentre outras qualificações. Nessa mesma direção, a referida “[...] porção da terra barriga-verde fronteiriça com a Republica Argentina [...]” (Sd₁₉) *tinha aspecto de ‘morta’*, a partir dos sentidos de *jazer* que mobiliza um discurso sobre aquele espaço de fronteira. Na medida em que o espaço é significado como *vazio*, não se consideram a história e os sujeitos que o habitam, isto é, o imaginário de espaço significado pelo discurso é sobreposto ao espaço habitado pelos sujeitos

fronteiriços como se fosse não habitado – um espaço natural que faz emergir a necessidade de ocupação, de colonização, como já aponte neste livro.

Para Fedatto (2013, p. 101), “a colonização cria [...] a ideia de espaço natural que, por sua vez, sustenta a necessidade da civilização do espaço, seja em cidade, seja em campo”. A autora, nesse particular, insiste que

[...] qualquer espaço geográfico deve ser considerado também histórico, não natural. Mesmo grandes porções de natureza, territórios incógnitos, ermos, selvagens fazem parte da história e do universo simbolizado pelo homem, mas, por vezes, são significados imaginariamente como naturais (Fedatto, 2013, p. 108-109).

No entanto, a necessidade da “civilização” daquela “extensa faixa de terra” (Sd₁₉) em cidade pode ser lida pelas descrições a respeito das providências que foram tomadas pelo então governador do estado de Santa Catarina – as quais “cabiam na esfera estadual” (Sd₁₈) – logo que se inteirou daquela realidade, no sentido em que Zoppi-Fontana (1998, p. 50) define *realidade*, como um efeito do imaginário, ou melhor, “como o conjunto de evidências que aparecem para o sujeito como necessárias, como imagem fiel do mundo”.

É o que apontam as sequências discursivas em análise: a nomeação de um delegado oficial, a implantação de um destacamento policial, a nomeação de oficial interino do registro civil, a implementação do juizado de paz, a organização do diretório político local, a definição de data para a eleição distrital, a criação de escolas primárias; enfim, as instituições jurídicas do Estado irrompem na produção de um *espaço imaginário*⁴⁷. Convém acrescentar que é a ausência dessas instituições que faz com que o espaço seja significado enquanto um espaço “vazio”, numa relação

⁴⁷ Esta noção será retomada na seção 4.2 - *A ponte como imaginário de limite/deslimite do espaço de fronteira*, deste mesmo capítulo.

metonímica com a “falta de Estado”, e essa “falta de Estado” nacional reforça o vínculo com o estrangeiro.

Nessa direção, acrescento que é somente pela interpelação pelo Estado, por meio das instituições jurídicas, que os sujeitos passam a “ter existência” – e o espaço passa a “ser ocupado”, a “deixar de ser vazio”. Esses discursos atualizam aqueles analisados no capítulo 3, a partir do relato *Pela fronteira*, quando o povoado era significado como um *espaço vazio* a ser ocupado (*civilizado*), um espaço *sem forma*, uma *cera virgem* a ser *moldada*, conforme o modelo da cidade.

Tal como considere no capítulo 3, é possível abordar no presente capítulo a ideologia jurídica associada ao espaço, haja vista a fundamentação teórica já apresentada; cabe aqui salientar que Rodríguez-Alcalá (2000, 2004) reflete sobre o papel que o apelo à cultura desempenhou nas transformações históricas da forma sujeito, vindo em certo sentido a substituir o apelo à religião. A autora afirma que “é através da cultura nacional, enquanto fenômeno de caráter particular e diferenciado, que os sujeitos são interpelados para identificarem-se com *um* Estado, através de *suas* leis, e não com outro” (Rodríguez-Alcalá, 2004, p. 1). Enfim, “a cultura constitui um ingrediente central no processo de constituição dos sujeitos jurídicos atuais, através de cuja mediação subordinam-se ao Estado” (Rodríguez-Alcalá, 2000, p. 206).

Esses sentidos jurídicos que interpelam os sujeitos produzem efeitos, ao mesmo tempo, sobre as concepções de língua e de espaço. De acordo com Rodríguez-Alcalá (2000, p. 206), a coerção do aparelho jurídico se exerce sobre os sujeitos “ao mesmo tempo em que as fronteiras entre os Estados independentes e relações entre eles se configuram”.

Ante o exposto, e retomando as descrições feitas no relato, compreendem-se as ações do governador do estado de Santa Catarina em “preencher” o espaço “vazio” com as instituições jurídicas, ao mesmo tempo em que se configura uma (re)divisão entre os Estados (inter)nacionais: Brasil-Argentina. Nesse sentido, posso dizer que a implantação de instituições naquela “[...] porção

da terra barriga-verde fronteira com a Republica Argentina [...]” (Sd₁₉), ou seja, no espaço urbano de Dionísio Cerqueira, no estado de Santa Catarina, “afirma a necessidade de um espaço e de uma língua comuns nos quais todos [os brasileiros] possam se encontrar, se compreender e se reconhecer” (Fedatto, 2013, p. 89), constituindo sentidos de uma unidade imaginária do território. Tomo como exemplo as certidões de nascimento, casamento e óbito que, conforme o relato, a partir da visita do governador, passam a ser expedidas pelo “juizado de paz” (Sd₁₉) no Brasil, assegurando que o espaço urbano enquanto espaço jurídico desempenhe um papel fundamental na consolidação da nacionalidade (Fedatto, 2013).

O povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira, pelas marcas linguísticas no relato, vinha sendo significado como um espaço *abandonado, deserto, vazio e desintegrado* de Santa Catarina e do Brasil, de modo geral. Ainda assim, entender o espaço como natural não é suficiente para apagar sua história, ou melhor, para desconsiderar que o espaço se constitui historicamente. Dessa maneira, a implantação de instituições e o esforço do governador que se supunha em poder de assegurar *a priori* “[...] o regimen da lei, da ordem, da garantia, da brasilidade [...] escolhendo agentes e autoridades capazes de darem desempenho cabal às suas funções” (Sd₁₈) intervêm na constituição histórica do espaço urbano de Dionísio Cerqueira. Assim, constrói-se a evidência de que, diante do “abandono” daquela “extensa faixa de terra” (Sd₁₉) (impossível urbano), há um espaço possível: a cidade, após as providências tomadas pelo governador.

Na (Sd₁₉) tem-se, ainda, “nomearam-se autoridades policiaes e outras, estabelecendo-se, desse modo, a garantia á vida e á propriedade do cidadão”. Apresenta-se o modo como os sentidos para “propriedade” como um direito garantido ao cidadão (cf. Declaração Universal dos Direitos do Homem, do século XVIII) deslizam para “propriedade” do Estado. Em se tratando da equivocidade da língua, o enunciado em análise abre espaço para a deriva e os efeitos de sentido parecem apontar para a transição de um espaço “sem dono”, “sem propriedade” para o lugar de

“civildade”, portanto, do Estado, e as imagens e valores ligados à lei jurídica, ao Estado, à norma ficam “impressos” na materialidade da cidade.

É a presença do Estado que “dá existência” jurídica ao espaço de Dionísio Cerqueira, um *espaço de direito* – caso contrário, ele é significado como “vazio” –, é a identificação dos sujeitos ao Estado que vai fazer com que estes deixem de ser apagados pela ideia de espaço “vazio” (só os sujeitos identificados ao Estado é que “preenchem” esse espaço, se não, permanece “vazio”), quando é possível compreender também nesse ponto a *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço*.

Compreendo, ainda, que estão no domínio da memória do texto urbano, como diz Fedatto (2013), a construção da unidade da língua nacional brasileira e os processos de constituição da nacionalidade. Nesse sentido, retomo a (Sd₁₉) quando se menciona que, com a criação formal do “juizado de paz”, deixam de “inscrever-se nos registros, como nascidos na vizinha Republica, os brasileiros que viam a luz no territorio catharinense”. E aquela “extensa faixa de terra, cujo abandono [...] era manifesto [...] está, pois, integrada a Santa Catharina [...] ao Brasil”.

É importante salientar que os relatos vão significando o espaço e os sujeitos de um determinado modo, como nas descrições: as crianças que nasciam em Dionísio Cerqueira eram registradas como argentinas, em Barracón (Argentina), e, mais tarde, eram inscritas nos serviços militares desse país. Da mesma forma, os registros de casamento e de óbito eram expedidos na Argentina. Ademais, todos os contratos eram lavrados no território argentino. Portanto, devo considerar que a constituição do espaço urbano de Dionísio Cerqueira traz vestígios de uma interpelação do sujeito fronteiriço (brasileiro) pelo Estado argentino e, ainda, do processo de identificação linguística e espacial-territorial argentino.

Deste modo, enquanto o discurso sobre/do espaço se filia a certos lugares de poder, ao governo do estado de Santa Catarina, ao Estado brasileiro, silencia o “juizado de paz” do lado argentino e as funções e atribuições desse órgão público. Assim, os efeitos de

sentido da criação do “juizado de paz” no território brasileiro comparecem a fim de garantir a nacionalidade brasileira e não mais a argentina às crianças que nasciam em território catarinense.

Considero, também, que esses sujeitos são significados enquanto aqueles que ocupam o espaço de fronteira e esse espaço se produz na tensão, na divergência/convergência entre duas unidades (inter)nacionais: Dionísio Cerqueira (Brasil)/Barracón (Argentina) e entre Dionísio Cerqueira (Santa Catarina)/Barracão (Paraná). A cidade de Dionísio Cerqueira – que, simbolicamente, passa a integrar o estado de Santa Catarina – materializa a fronteira entre duas unidades dentro de um mesmo Estado nacional, Santa Catarina/Paraná; além disso, com base em um imaginário de unidade do Estado nacional, produz-se a delimitação entre duas unidades (inter)nacionais: Brasil-Argentina.

Por fim, a partir da presente análise, pude refletir sobre efeitos de sentido que sinalizam para uma separação entre territórios, para uma (re)divisão do espaço de fronteira, tendo em vista a ideologia jurídica e as tentativas de homogeneização e de organização do espaço da cidade de Dionísio Cerqueira no território brasileiro. E ao refletir sobre a constituição do espaço urbano de Dionísio Cerqueira, foi possível estudar, também, os modos de produção do espaço de fronteira.

4.2 A ponte como imaginário de limite/deslimite do espaço de fronteira

Detenho-me agora em outra sequência discursiva, a partir do texto de Costa (1929), que descreve, dentre outros temas, a ponte que liga Dionísio Cerqueira (Brasil) à localidade de Barracón (Argentina). Interessa-me, sobretudo, analisar as formulações sobre essa travessia internacional.

(Sd²⁰) Solucionado o pleito internacional, ficou a jurisdição argentina definitivamente assentada na orla direita do Pepery, que ahi tem a modestíssima apparencia de um simples riacho,

atravessado por uma *ponte de madeira, muito ordinaria, muito mal feita, tosca e estragada*. Tratando-se de uma travessia internacional, em que não é lícito ao nosso Estado fazer combinações com os dirigentes da nação limitrophe, cabe ao Governo Federal entrar em entendimento com a Argentina para que se faça ali, por conta do erario nacional, *uma ponte decente, duradoira, metallica, ou de cimento, digna de dar acesso commodo e seguro aos que, vindos de um país, penetram em terras do visinho*. Aquelle miseravel pontilhão, em parte desarrumado e apodrecido, deixa uma inconfundivel impressão de descaso dos governos confinantes. Mais do que isso: uma impressão de *apoucamento nacional*, que fere a *sensibilidade* de quem percorre aquelle sitio remoto. *Quem demanda a fronteira tem, naturalmente, a curiosidade de vêr como será o país visinho*. Ha um vivo interesse em verificar o progresso, os habitos, a predominancia das populações e povoações ribeirinhas. Quaes dellas se apresentam melhor e melhor respondem ao *orgulho nacional* que o *homem civilizado tem no fundo do seu eu*. A apresentação ali é má, é *deprimente*. *Aquelle pedaço de construção atamancada* não agrada ao nosso *sentimento brasileiro* quando nos dizem: Aqui começa o Brasil. É verdade que a comparação, no caso, não nos deixaria isoladamente mal, porque a falta é egual para os dois países; mas esse raciocinio, se attenúa, não elimina o *mal-estar* que nos causa essa visão mesquinha e criticavel (Costa, 1929, p. 53-54, grifo próprio).

As formulações sobre a travessia internacional, tal como o enunciado: “[...] uma ponte decente, duradoira, metallica, ou de cimento, digna de dar acesso commodo e seguro aos que, vindos de um país, penetram em terras do visinho” (Sd²⁰) são atravessadas “pelo desejo oficial de fundar a *necessidade* de um conjunto de valores [...]” (Fedatto, 2013, p. 25). Ainda, como efeitos desse atravessamento, tem-se a beleza, a durabilidade, a comodidade, a segurança, a organização, a curiosidade, que “passam a ter uma *existência* concreta erigida em pedra, asfalto, barro, cimento e palavras” (Fedatto, 2013, p. 25), exemplificados pelo enunciado: “Quem demanda a fronteira tem, naturalmente, a curiosidade de vêr como será o país visinho” (Sd²⁰).

A partir dessa série de formulações e marcas linguísticas, pode ser interessante pensar nos efeitos que a travessia internacional tem na produção de sentidos dos sujeitos e espaços fronteiriços dos países limítrofes Brasil-Argentina, das línguas portuguesa e espanhola. Ou seja, do ponto de vista discursivo, a travessia internacional – substituída pela “[...] ponte de madeira, muito ordinária, muito mal feita, tosca e estragada”; no “[...] miserável pontilhão, em parte desarrumado e apodrecido [...]”; no “[...] pedaço de construção atamancada [...]” (Sd₂₀) –, ao ser significada no discurso sobre o espaço de fronteira, e por meio do trabalho da memória, funciona como um lugar de significação para diferentes posições-sujeito: posições em relação ao estado de Santa Catarina e ao governo federal, ao governo da Argentina, conforme o relato, conduzindo-me a compreender que as referidas instituições absorvem determinados sentidos e também deixam seu sentido aberto a interpretações.

De outro modo, tomando-se os enunciados destacados acima como formas linguísticas em funcionamento que constroem significação, é possível identificar posições-sujeito em relação à ponte como imaginário de limite/deslimite, que deixam marcas de como sujeitos históricos constroem sentidos no espaço de fronteira e se constituem por ele. Como diz Orlandi (2001c, p. 9): “É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”. Parafraseando Fedatto (2013), materialmente os sentidos atravessam o sujeito, ao atravessar a ponte.

Dando prosseguimento à análise das formulações sobre a ponte, apresento a noção de *ponto de referência*, desenvolvida por Fedatto (2013, p. 71): “O ponto de referência é um lugar no espaço urbano duplamente afetado pela temporalidade”. Por um lado, segundo a autora, pensando sincronicamente, “[...] um ponto de referência é construído pelo *imaginário da localização* (estando *aqui* eu acredito saber onde estou, saber que estou *aqui* e não *lá*)”. Por outro lado, “considerando uma relação de diacronia, ele incorpora um *imaginário de retrospectão*, sua existência é uma lembrança de

outro tempo-espaco: marca de alteridade, ainda que não sabida” (Fedatto, 2013, p. 71-72).

Da mesma forma, trazendo a noção de *monumento*, assinalo que para essa autora “[...] é no sentido de marco que um ponto de referência pode sempre ser considerado um *monumento* [...]”. Ainda, “O monumento fala por sua presença mesma no espaço histórico, seja pela imposição de uma forma que silencia outras, seja como condição para que o sentido se espacialize” (Fedatto, 2013, p. 72-73).

Com base nessas noções, compreendo a ponte como um *ponto de referência* na fronteira, um *monumento*, uma construção que intervém na materialidade desse espaço, (re)significa-o, e fica atada à história do próprio sujeito; enfim, um “*signo*” (Rodríguez-Alcalá, 2009) do espaço de fronteira.

Nessa direção, pergunto-me: a quais discursos se filiam os sentidos que se podem depreender das posições do viajante a respeito da ponte? Convém registrar que essas posições não são entendidas enquanto ideias defendidas pelo viajante, a partir de um ponto de vista individual, de uma perspectiva intencional, mas, de outro modo, enquanto gestos de interpretação, inseridos numa memória afetada pelo inconsciente, pelo esquecimento. Trata-se, por conseguinte, de considerar as formações discursivas nas quais o viajante, enquanto sujeito de discurso se inscreve, ou seja, de relacionar o seu discurso a outros discursos, os quais integram essas posições. À vista disso, esse sujeito, não estará fora do jogo de forças que constitui o discurso e, ao posicionar-se, explicita suas filiações.

Deste modo, considero importante, também na (Sd₂₀), destacar as marcas do discurso da “afetividade”. Não estou, portanto, querendo dizer que a chamada afetividade tem relação com um sujeito (viajante) consciente e que domina os sentidos de sua fala. De outra maneira, entendo que a afetividade é constituída no e pelo discurso. Nesse sentido, esses discursos se apresentam em distintas posições subjetivas, como pode-se atentar na sequência discursiva em análise.

Ao refletir a respeito dos elementos: apoucamento nacional, sensibilidade, orgulho nacional, homem civilizado, no fundo do seu eu, deprimente, sentimento brasileiro e mal-estar, posso dizer,

a priori, que os efeitos de sentido produzidos por esses elementos se ligam a diferentes “sentimentos”: “sensibilidade”, “orgulho”, “consciência”, “desalento”, “mal-estar”, dentre outros. No entanto, não se trata de um sentimento tomado isoladamente, já que os sentidos estão sempre em movimento e se relacionam entre si, mas de um sentimento que se constrói na relação com a nação, de um “sentimento de pertencimento” à nação brasileira, à identidade nacional brasileira. Tais interpretações me levam a dizer, a princípio, que nas formulações sobre a ponte predominam efeitos de sentido produzidos pelo apelo nacionalista.

Assim, cabe perguntar: como se funda esse “sentimento” nacionalista e a quais sentidos ele se filia nos estudos da linguagem? Devo salientar, a partir da pesquisa de Rodríguez-Alcalá (2000, 2004), que a cultura desempenhou importante papel na constituição e consolidação dos Estados nacionais. De acordo com a hipótese trabalhada pela autora, a cultura tornou-se “um mecanismo de legitimação do Estado nacional sobre os sujeitos e sobre seu território, vindo de alguma maneira a substituir o papel que a religião tivera num período anterior” (Rodríguez-Alcalá, 2004, p. 9). A autora reforça que o vínculo da cultura com a fé foi aos poucos enfraquecendo e cedendo lugar a um vínculo com a nação, cristalizado na tradição romântica, como concepção “cultural” da sociedade.

Pela análise da (Sd₂₀), essa concepção cultural da realidade social se mantém presente na interpelação dos sujeitos a pertencerem à nação brasileira, na constituição de um “sentimento nacionalista”. Como ensina Rodríguez-Alcalá (2004, p. 13-14), “os hábitos, costumes, e tradições culturais tornaram-se *índices de pertencimento a uma nacionalidade*, não mais a uma religião”; nessa acepção, “a língua passou a expressar não mais os *mistérios da fé*, mas a *cultura de uma nação*” (Rodríguez-Alcalá, 2004, p. 14). Conforme a autora, “[...] na ordem religiosa o ‘amor a Deus’ é associado ao sentimento de ‘temor divino’, que é o que leva, em última instância, à ‘obediência’”. Por sua vez, “na ordem jurídica, essa injunção passa a ser exercida pela associação do ‘amor à nação’

com o ‘orgulho nacional’, que deve levar à ‘lealdade’” (Rodríguez-Alcalá, 2000, p. 207-208).

Os estudos de Fragoso (2001), fundamentados na AD, também dão suporte para a pergunta formulada acima. De acordo com a reflexão do autor, o “sentimento nacionalista” afetava o pensamento dos escritores românticos⁴⁸, ou melhor, constituía a posição discursiva do escritor romântico. Em outras palavras, seus estudos entendem o Romantismo enquanto um discurso – um acontecimento de linguagem – que funda uma memória para a língua nacional/para a nação brasileira.

O discurso romântico tratava de exaltar (e afirmar) o índio, a natureza e o passado histórico do brasileiro como a “alma nacional” (Fragoso, 2001, p. 47). Esses elementos constituíram a referência para o (do) Brasil na literatura romântica, os quais se relacionam à constituição de sentidos ligados à *brasilidade*. Dessa maneira, com base no “sentimento de orgulho” nacionalista, a literatura romântica constrói uma identificação para o Brasil. Convém acrescentar, conforme Fragoso (2001, p. 46), que esse viés nacionalista estava ancorado na teoria do Naturalismo de Rousseau (do “bom selvagem”). Segundo o autor, “o Romantismo construiu uma imagem romantizada (naturalizada) para o Brasil” (Fragoso, 2001, p. 47), justamente porque retomava os pressupostos dessa teoria.

Fica aqui registrado, conforme Fragoso (2001, p. 53), que “a concepção de língua nacional, defendida pelos autores românticos, [...] sustentava-se fortemente no sentimento de orgulho nacionalista”. Ou seja, “o discurso nacionalista fixava uma certa interpretação para a língua que se praticava no Brasil” (Fragoso, 2001, p. 110).

⁴⁸ Tenho em consideração o Romantismo como uma concepção amplamente difundida pela tradição literária no Brasil. No entanto, refiro-me ao Romantismo e à tradição romântica não apenas enquanto um movimento literário, mas também como uma concepção cultural da realidade social (Rodríguez-Alcalá, 2004).

Nessa época, sobretudo a partir do fim do primeiro quartel do século XIX, o “sentimento romântico” e o “sentimento nacionalista” afetavam os autores brasileiros e tais elementos conjugados constituíam seus discursos (suas obras literárias); interpelados a se identificarem com a *beleza da língua* e com a *beleza do espaço*, “criavam uma realidade social/cultural/política/linguística específica para a nação brasileira” (Fragoso, 2001, p. 55). Os escritores românticos interpretaram a independência política do Brasil “como uma necessidade de se valorizar (de ter orgulho) do que era nacional [...]” (Fragoso, 2001, p. 90-91). Conforme ressalta o autor, “para os escritores românticos a independência política levou à independência do pensamento / do espírito” (Fragoso, 2001, p. 55). Desse modo, “[...] o discurso romântico construiu/interpretou o sentimento nacionalista (de uma nação que se constituía)” (Fragoso, 2001, p. 149).

Dias (1995) esclarece que, nas décadas de 1930 e 1940, os sentimentos nacionalistas tiveram grande expressão no Brasil e a questão da língua foi colocada de forma mais consistente no país nessa época. Essa última afirmação condiz, de alguma maneira, com as considerações feitas por Payer (1999) em sua tese de doutorado. Segundo essa pesquisadora, a prática da língua materna dos imigrantes foi oficialmente interdita na década de 1930. Nessa época, o Estado intervinha pontualmente no processo de nacionalização desses imigrantes, por meio de campanhas de nacionalização que implantavam a língua nacional nas áreas de colonização estrangeira, sobretudo através da escola primária (Payer, 1999).

Cabe acrescentar que, ao refletir sobre a implantação da língua nacional na área de fronteira em estudo, tive contato com a dissertação de mestrado de Modesti (2011), *A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)*. De acordo com essa pesquisa, no estado de Santa Catarina, de modo geral, “[...] muitas escolas estrangeiras foram fechadas”. Além disso, “os professores, que não eram brasileiros natos, foram impedidos de lecionar e as subvenções por governos

estrangeiros foram proibidas” (Fiori, 1975; Pereira, 2004 *apud* Modesti, 2011, p. 21).

No Oeste catarinense, a situação não era diferente: a falta de professores prejudicava a política de nacionalização, visto a região possuir núcleos de colonização estrangeira. Conforme Modesti (2011, p. 63), “tanto escolas particulares quanto públicas sofreram com essa política”, isto significa que “muitos professores foram exonerados por não ministrarem as aulas em língua portuguesa ou não serem brasileiros natos”, resultando no fechamento de vários estabelecimentos de ensino (Modesti, 2011, p. 63).

Esse quadro, embora sucintamente apresentado, traz contribuições significativas às análises desta seção⁴⁹. Com respeito à posição do sujeito-viajante com relação à ponte, aparecem pistas de uma ideologia nacionalista/naturalista que irrompe com a tradição romântica. Nessa concepção, as marcas de formulações sobre a “afetividade” que emergem na textualidade trazem também traços particulares da construção da língua nacional e da constituição de um sujeito nacional.

Como dito antes, no relato se fazem notar gestos de interpretação que o viajante, enquanto sujeito de discurso, aí materializou ao passar por Dionísio Cerqueira e deparar com a “[...] ponte de madeira, muito ordinária, muito mal feita, tosca e estragada” (Sd₂₀). A ponte, significada como um *ponto de referência*, se relaciona com a cidade de Dionísio Cerqueira e, de uma maneira específica, com a cidade de Barracón, na Argentina, “numa relação de *permanência*” (Fedatto, 2013, p. 192) com esse espaço. Dessa forma, a ponte funciona como elemento da *materialidade urbana* (Orlandi, 1999b, p. 9), que simbólica e metonimicamente representa a cidade (Indursky, 2011). Por seu lugar no espaço de fronteira, inscrito na história, a ponte significa uma referência espacial, especificamente uma referência (inter)nacional.

⁴⁹ Para aprofundamentos sobre a nacionalização de imigrantes no estado de Santa Catarina, na perspectiva da Análise de Discurso, ver Stroka (2013).

Ainda, os sentidos atribuídos à fronteira podem, inclusive, ser relacionados àqueles que o relato vai imprimindo para a ponte, como elemento da *materialidade urbana*, ou seja, com aqueles que vão produzindo o espaço de fronteira Brasil-Argentina. Eis o que sublinho das reflexões de Petri (2010, p. 80) acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público: “É a ponte que liga, mas que é fronteira, que é fisicamente fixa, mas simbolicamente movente”; acrescentaria, é a ponte que é visível, mas que é invisível, sinuosa, inapreensível e móvel (Pêcheux, 1990 [1982]). Por fim, *habitar a fronteira*, como diz Camblong (2009, p. 126), “supone instalarse en los decursos de la paradoja”.

Por meio dessas análises, torna-se possível abordar sobre os efeitos de sentido contraditórios produzidos pelo relato a partir de formulações sobre a ponte. Para isso, articulo os sentidos dessa relação aos conceitos de *língua imaginária* e *língua fluida*, propostos por Orlandi (2008a, p. 86-87): “A *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações”. Por sua vez, “a *língua fluida* é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas”. Ainda, “A *língua fluida* – língua-movimento, mudança contínua – pode ser observada quando se focaliza a história dos processos discursivos que constituem as formas dos sentidos da linguagem no seu contexto”.

Sob essa formulação teórica, a ponte, como elemento material do espaço, produz sentidos de divisão entre os espaços territoriais, de limite entre sujeitos e línguas, cujos sentidos se associam àqueles produzidos pela demarcação da fronteira estabelecida entre os Estados (inter)nacionais que se opera por decisões político-jurídicas. No entanto, entendo, em conjunto com Rodríguez-Alcalá (2018), que se trata de uma divisão que vai na direção de uma *unidade imaginária do espaço* construída pelo Estado.

Nesse sentido, a ponte pode ser considerada como elemento importante na constituição de um *espaço imaginário* de fronteira, em confronto com o *espaço fluido*, conforme distinção de Rodríguez-Alcalá (2018), em cuja distinção a autora propõe compreender o *espaço-tempo imaginário, cartográfico* como um *artefato* produzido por

um trabalho histórico de instrumentação, como uma unidade homogênea, numa relação contraditória com a *fluidez* real do espaço.

De outro lado, os sujeitos significados no relato enquanto aqueles que habitam a fronteira e por ali circulam, e interpelados pelos discursos de ambos os países, ao atravessarem a ponte podem ser tocados pela materialidade da língua e do espaço do país ao qual se destinam. Isso me conduz a dizer que a ponte também produz sentidos de união, de conexão, nesse *espaço fluido* não significado por um imaginário de unidade. Por fim, a ponte produz sentidos de um deslimite, de um desenganche ou *delinking* (Mignolo, 2015) e, assim como os sujeitos, significa-se na movência dos pertencimentos.

4.3 Entre moeda e língua: discursos e aproximações

Tendo em vista que os discursos sobre a moeda e a língua não são da mesma natureza, entendo ser fundamental analisar algumas aproximações que se possam estabelecer entre eles e compreender os sentidos aí produzidos. Para tal, devo investigar as condições em que tais discursos são produzidos, ou melhor, é preciso considerar as condições de produção.

Como ponto de partida dessas reflexões, realço dois enunciados na sequência discursiva a seguir: “A *moeda* que ali corre é a argentina” e “A *língua* que se fala é uma mistura de português e castelhano, predominando o último elemento” (grifo próprio).

(Sd₂₁) Aquella zona estava se desnacionalizando. *A moeda que ali corre é a argentina. A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano, predominando o último elemento.* Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política. Os filhos dos brasileiros, para não ficarem analphabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon, onde aprendiam a cantar o hymno da nação amiga, como sendo o de sua pátria (Costa, 1929, p. 48-49, grifo próprio).

Coloco ao lado dessa sequência discursiva a (Sd₂₂), extraída desse mesmo relato de viagem, posto que as descrições sobre o comércio no espaço de fronteira apresentam uma regularidade.

(Sd₂₂) *A parte principal do agrupamento é a da Argentina, não só pelas construções, que embora, como todas, de madeira, são melhores, como pelo seu commercio, mais prospero e sortido. Ali, na margem direita, ha uma casa de negocio de um syrio, o sr. Junes, onde encontramos até sedas e champagne. Na margem esquerda a porção melhor é a catharinense, que tomou o nome de Dionysio Cerqueira. A parte paranaense do povoado é insignificante. Conservou o nome de Barracão [...]. Na parte paranaense não ha commercio. No povoado catharinense o commercio é muito pobre. A riqueza daquela região é o mate, que nas cercanias avulta prodigiosamente. Em cada uma dessas arvores, dizia, com razão, um companheiro de jornada, hervateiro do Oeste, estão penduradas cedulas de mil reis; é somente apanhal-as, colhendo as folhas do mate. Tivemos a impressão, entretanto, de que o commercio e a indústria brasileiros quasi nada aproveitam ainda daquela riqueza. Quem explora aquella região, dispondo de dinheiro, organização e gente intelligente, é o argentino, principalmente a Empreza PastORIZA, de Buenos Aires (Costa, 1929, p. 56-57, grifo próprio).*

Tendo em vista as descrições sobre o comércio nessa sequência discursiva, destaco os seguintes enunciados: “A parte principal do agrupamento é a da Argentina [...] pelo seu *commercio*, mais prospero e sortido”; “[...] ali, na margem direita, ha uma *casa de negocio* de um syrio, o sr. Junes, onde encontramos até sedas e champagne”; “[...] na parte paranaense não ha *commercio*”; “[...] no povoado catharinense o *commercio* é muito pobre”; “[...] tivemos a impressão, entretanto, de que o *commercio* e a indústria brasileiros quasi nada aproveitam ainda daquela riqueza” (grifo próprio).

Nesse quadro, trago uma passagem de Muraro (2016), em que se pode encontrar a reafirmação das descrições presentes nas sequências discursivas acima, no que diz respeito ao comércio e à moeda circulante na fronteira. Dessa maneira, quando o foco está na região de fronteira entre o estado de Santa Catarina e a

Argentina, na década de 1920, encontro: “[...] na vizinha Barracón funcionava um comércio dinâmico de gêneros alimentícios e produtos industrializados”. Já, do lado brasileiro, havia pequenos pontos comerciais os quais “eram abastecidos por produtos argentinos e a moeda circulante era o peso” (Muraro, 2016, p. 174).

Assim, por meio da análise das sequências discursivas e das relações estabelecidas entre elas, produz-se um processo de significação que se estabiliza e que significa o lado brasileiro de um modo e o lado argentino de outro. Há uma porção mais “desenvolvida”, mais “equipada”, mais “civilizada” e essa porção coincide em termos de limite formal territorial com aquilo que é da Argentina, como exemplifico: “Quem explora aquella região, dispondo de dinheiro, organização e gente inteligente, é o argentino [...]” (Sd₂₂).

No entanto, em termos de espaço, de uma fronteira “vívda”, funciona justamente o deslimite, já que não havia barreira física de separação entre Dionísio Cerqueira e Barracão (Brasil) e Barracón (Argentina), com exceção da “[...] ponte de madeira, muito ordinária, muito mal feita, tosca e estragada” (Sd₂₀). Nessa direção, os sujeitos fronteiriços são significados como residentes de um espaço no qual três cidades se entrelaçam e se delimitam somente por fronteiras políticas e jurídicas. Embora a fronteira já estivesse oficialmente demarcada, “os limites oficiais não representam barreiras suficientes para impedir a convivência” (Muraro, 2016, p. 168), já que os sentidos da/na fronteira estão sempre em movimento, (re)construindo-se na relação com o simbólico e a história.

Vale ressaltar que, assim como o sujeito fronteiriço circula nesse espaço, a moeda argentina (peso) e a língua espanhola também circulam para além da fronteira argentina; de outra maneira, tal como as cidades conurbadas, os discursos sobre a moeda e a língua se entrelaçam. Contudo, as sequências discursivas analisadas salientam que esse entrelaçamento nem sempre é simétrico, ou seja, há um predomínio da moeda argentina e da língua espanhola sobre a moeda brasileira e a língua portuguesa.

Nesse sentido, é bom lembrar que, tanto na (Sd₂₂) quanto na passagem selecionada da pesquisa de Muraro (2016), comparece a afirmação de que o comércio em Barracón (Argentina) era mais próspero e dinâmico, enquanto do lado brasileiro somente havia comércio em Dionísio Cerqueira e, assim mesmo, era pequeno e abastecido por produtos argentinos.

Ao referir-me a esses discursos, relacionados a fatores sócio-históricos e econômicos dos países limítrofes, mais especificamente sobre a situação econômica de Barracón (Argentina) na época mencionada, considero o sócio-histórico e o econômico como elementos das condições de produção, estruturantes do sentido, dos sujeitos e do espaço, quando abordei os discursos sobre a moeda circulante e a língua predominante nesse espaço de fronteira.

Sturza (2006, p. 33), refletindo sobre o tema *línguas de fronteira*, afirma que os deslocamentos das línguas “são determinados por fatores sócio-históricos, econômicos e culturais, mas sempre significados pelo político”. Nesse sentido, conforme a autora, a situação econômica dos países funciona como um aspecto definidor do deslocamento das populações e do trânsito entre as comunidades. Consequentemente, “em certos períodos, o espanhol circula mais continuamente nas cidades brasileiras” (Sturza, 2006, p. 37). Como sustenta essa mesma autora, “nas zonas de comércio tende a existir a prática de uma mistura das línguas” (Sturza, 2010, p. 344).

No contexto dessas discussões, retomo aqui alguns dos argumentos de Mariani (2008). A autora assinala que em uma publicação que relaciona a Linguística com a Economia, de 1965, os economistas Bloom e Grenier⁵⁰ localizam o marco inicial de um objeto de estudo: *as línguas como uma variável econômica*. O artigo de Mariani (2008) incide justamente sobre esse campo de questões, buscando compreender como economistas e linguistas tematizam essa relação nas últimas décadas.

⁵⁰ Economistas em Harvard University e University of Ottawa, respectivamente. Mariani (2008, p. 1) se baseia no artigo de Bloom e Grenier (1992).

Mariani (2008) esclarece, também, que há algum tempo existem pesquisas do projeto HIL que relacionam línguas e questões econômicas. Como exemplo, a autora se refere às pesquisas que tematizam a expansão linguística e o mercantilismo no período histórico das grandes navegações. Segundo a autora,

[...] as análises mostram que o estímulo econômico da busca de riquezas, como um dos elementos motivadores para o “achamento” e dominação das terras desconhecidas, foi um dos fatores que estimularam e aceleraram o processo de gramatização das línguas europeias (Mariani, 2008, p. 2).

Levo em consideração a especificidade do período histórico das grandes navegações, no qual se inclui a colonização espanhola e portuguesa na América; ainda assim, pode ser oportuno retomar aqui alguns pontos discutidos para analisar em que sentido haveria uma relação dos discursos da colonização da América com os discursos sobre a moeda circulante em Barracón (Argentina) e em Dionísio Cerqueira (Brasil), e com a circulação da língua (espanhola) que, conforme o relato de 1929, era predominante nesse espaço.

Nessa perspectiva, devo ressaltar, conforme Mariani (2008, p. 2), que “nas naus que atravessaram o Atlântico, além da bandeira e da língua, foram transportadas também uma moeda e uma forma de negociar”. Outro ponto importante que realço da reflexão dessa pesquisadora é que “[...] *as elites coloniais mantiveram tanto a língua quanto a moeda da metrópole* e, apesar de conviverem com outras formas de relações econômicas, como o escambo, *buscaram estabelecer internamente nas cidades coloniais um mesmo modelo mercantilista europeu*” (Mariani, 2008, p. 2).

No espaço de fronteira em estudo, no qual a conurbação das cidades e a ausência de barreiras físicas de separação entre elas propiciam “interações imateriais de amizade, compadrio, práticas religiosas, casamentos e relações de parentescos”, também facultam as relações comerciais (Muraro, 2016, p. 175). A moeda

argentina circulando para além da fronteira e a língua, nessas condições de produção, funcionando como *uma variável econômica* (Mariani, 2008, p. 1), lembrando que a economia, com destaque para a indústria nacional, foi a preocupação central do projeto nacionalista liberal que teve vigor desde a década de 1920 e que chegou a participar do governo no início do mandato de Vargas, antes do Estado Novo (Araújo, 1994 *apud* Payer, 2006).

Assim, com base nas reflexões apresentadas nesta seção, compreendo que o relato produz um processo de significação que estabiliza tanto a língua quanto a moeda no espaço de fronteira.

4.4 Relações de substituição: *não, nem e desnacionalização*

Dando prosseguimento à reflexão, retomo a sequência discursiva a seguir:

(Sd₂₁) *Aquella zona estava se desnacionalizando. A moeda que ali corre é a argentina. A língua que se fala é uma mistura de portuguez e castelhano, predominando o último elemento. Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política.* Os filhos dos brasileiros, para *não* ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon, onde aprendiam a cantar o hymno da nação amiga, como sendo o de sua pátria (Costa, 1929, p. 48-49, grifo próprio).

A partir dessa sequência discursiva, tomo o enunciado “*Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política*” (grifo próprio), começando pelas relações de substituição. Pêcheux (2009 [1975], p. 151) apresenta uma concepção do efeito de sentido como relação de possibilidade de substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva dada. Acrescento que, em Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 219), se distinguem dois tipos fundamentais de substituição, a saber:

1. As substituições ‘simétricas’, tais que, dados dois substituíveis (morfemas, sintagmas ou enunciados) A e B, o caminho que conduz

de A e B é idêntico ao que conduz de B a A, o que pressupõe uma equivalência $A = B$, de tipo dicionário, ou um efeito contextual equivalente. Neste primeiro caso, A é contextualmente sinônimo de B, ou então, é uma sua metáfora adequada (e reciprocamente para B em relação a A), no caso em que esta equivalência é produzida no próprio processo, sem ser referível a um efeito de tipo dicionário.

2. As substituições 'orientadas', isto é, aquelas em que o caminho de A a B não é idêntico ao caminho de B a A. Neste último caso, os substituíveis não são equivalentes, mas se pode passar de um a outro, 'deduzir' um do outro. Em outros termos, A e B estão numa relação que, em seu nível mais geral, pode ser qualificada de *metonímica*. A existência desta 'relação não simétrica de dedutibilidade' entre A e B remete, a nosso ver (cf. Haroche-Pêcheux, 1972, p. 47-49), à possibilidade de uma sintagmatização $A + R + B$ (ou $B + R' + A$), onde R (e R') remetem à existência de uma relação sintática entre os dois elementos A e B).

Cabe salientar que a presente análise, embora incidindo sobre uma estrutura sintática tradicionalmente conhecida como aditiva negativa⁵¹, será apresentada tomando por parte seus elementos: a primeira parte trata dos elementos *não* e *nem* e da adição dos elementos substituíveis: *escola*, *justiça*, *administração*, *organização política*; a segunda parte trata do elemento negativo no prefixo *des-* em *desnacionalização*. Todos esses elementos embasam a compreensão das relações de substituição.

⁵¹ Sobre as conjunções aditivas, Bechara (2009, p. 269, grifo próprio) explica: "a aditiva apenas indica que as unidades que unem (palavras, grupos de palavras e orações) estão marcadas por uma relação de adição. Temos na língua portuguesa dois conectores aditivos: *e* (para a adição das unidades positivas) e *nem* (para as unidades negativas)".

4.4.1 Relações de substituição: não, nem

Considero, inicialmente, a definição de *não* e *nem*. Para tal, como já fiz nesta pesquisa, utilizo o *Novo dicionário da língua portuguesa*, elaborado por Cândido de Figueiredo, que faz parte da lexicografia brasileira do século XX.

Não adv. Partícula negativa oposta a *sim*. De maneira nenhuma [...] (Figueiredo, 1913, p. 1374).

Nem adv. Não; até não. *Conj.* E não. E sem [...] (Figueiredo, 1913, p. 1384).

Com suporte em definições de Pêcheux e Fuchs (2010 [1975]), a partir do enunciado “*Não* havia escola, *nem* justiça, *nem* administração, *nem* organização política” (Sd₂₁, grifo próprio), entendo que há uma equivalência entre os elementos *não* = *nem* de *tipo dicionário*. Nesse caso, *não* é contextualmente sinônimo de *nem*, ou então é sua metáfora adequada.

Ademais, embora possa haver uma *equivalência de tipo dicionário* (Pêcheux; Fuchs, 2010 [1975]), entre os elementos *nem* = *não*, tomados isoladamente, isso não ocorre da mesma maneira na estrutura do enunciado, onde funciona uma relação não simétrica; ou seja, os elementos substituíveis – escola, justiça, administração, organização política – não são equivalentes semânticos. Poderia pensar, ainda, na relação argumentativa do enunciado estabelecida entre escola, justiça, administração e organização política, nessa ordem, e organizada pelo *não* e pelo *nem*, e trazer a questão da argumentação para o campo da análise de discurso⁵².

⁵² De acordo com Orlandi (1996, p. 49-50) “a argumentação, em análise do discurso, é vista no processo histórico em que as posições dos sujeitos são constituídas. Desse modo, a instância da formulação – em que entram as intenções – já está determinada pelo jogo das diferentes posições do sujeito em relação às formações discursivas, jogo ao qual ele não tem acesso direto. Ou seja, as filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não afeta as posições dos sujeitos”.

Deste modo, no nível da formulação, o sujeito de discurso (autor do relato) “já tem sua posição determinada e ele já está sob o efeito da ilusão subjetiva, funcionando ao nível imaginário” (Orlandi, 1996, p. 50). E “afetado pela vontade da verdade, pelas suas intenções, pelas evidências do sentido e pela ilusão referencial (a literalidade)” (Orlandi, 1996, p. 50), os elementos do enunciado são apresentados nesta ordem: escola, justiça, administração, organização política e numa relação *não/nem*. Nessa relação *não/nem*, o enunciado produz um efeito argumentativo de mínimo, daquilo que, no caso, a cidade deveria ter, antes de mais nada.

Tem-se que o enunciado “*Não* havia escola, *nem* justiça, *nem* administração, *nem* organização política” (Sdz1, grifo próprio) se constrói numa estrutura sintática aditiva negativa e isso se reforça no verbete do dicionário acima exposto, no qual a entrada *nem* pressupõe uma equivalência *nem* = e *nem*. Nesse sentido, levando-se em consideração a base linguística, compreendo que a conjunção aditiva negativa *nem* funciona produzindo o efeito de sentido de *substituição “orientada”* (Pêcheux; Fuchs, 2010 [1975]), pelo valor desses elementos, os quais não são equivalentes, mas estão em relação.

Não poderia afirmar, em razão de uma relação de sentidos (lógica) entre *não* e *nem*, que não ter escola pode ser mais preocupante do que não ter justiça, administração e organização política; assim como não posso dizer que a cidade primeiro deveria ter organização política, depois administração, depois justiça e, por último, escola, já que não há uma relação mecânica entre as marcas formais e o que elas significam nos processos discursivos. Mas a evidência de não haver escola funciona no discurso como um efeito da carência de justiça, administração e organização política.

Considerando que os sentidos estão em movimento, significando sempre e de muitas e variadas maneiras, a conjunção aditiva negativa produz o efeito de que, naquelas condições de produção, nenhuma dessas possibilidades se realiza: escola, justiça, administração, organização política. Trata-se de discursos constituídos por saberes que resultam de lugares diferentes, saberes que não são homogêneos. Nessa acepção, essa *substituição*

“orientada” negativa poderia ser relacionada aos discursos sobre o estabelecimento do povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira e sobre a instauração do Estado/Nação nesse espaço fronteiriço – que implica legitimar as autoridades brasileiras, as leis brasileiras, a vigilância à fronteira e outras, como analiso no capítulo 3, a partir do relato *Pela fronteira*, de 1903.

Em vista disso, retomo um enunciado que faz parte da (Sd₁₈) e que trata do lado brasileiro da fronteira: *“Não havia official de registro civil*, de sorte que as creanças que ali nasciam eram registradas, como argentinos, em Barracon, e, como taes, eram mais tarde *inscriptos nos respectivos assentamentos militares”* (grifo próprio). A formulação negativa que abre o enunciado – *“Não havia official de registro civil”* –, assim como a negativa implícita de que não havia junta de serviço militar no lado brasileiro da fronteira, agrega-se ao discurso de substituições construídas numa estrutura negativa, como analiso acima. Deve-se salientar que *“não havia”* equivale, no discurso em questão, a *“havia”* na Argentina.

Dentre as análises realizadas acerca do enunciado *“Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política”* (Sd₂₁, grifo próprio), convém reforçar aqui que, diante da falha no processo de interpelação pelo Estado, a sociedade na fronteira, em particular a brasileira, num gesto de resistência vai apresentando soluções às situações dessa falha. Destaco algumas delas: registrar as crianças no cartório de Barracón (Argentina) e inscrevê-las, mais tarde, na junta de serviço militar daquele país.

Considerando tais colocações, devo ressaltar, que

[...] o Estado capitalista é *estruturado pela falha*, produzindo a *falta* e, em consequência a *divisão, a diferença* que, pelo funcionamento da ideologia em uma sociedade hierarquizada, cujas relações são dissimétricas, configurando-se como relações de força, e de poder, simbolizadas, produzem a *segregação* (preconceito) (Orlandi, 2015, p. 192).

Nessa direção, as descrições feitas nos relatos funcionam como uma *evidência do espaço* de fronteira (formalmente constituído por

três cidades conurbadas), um lugar onde faltam instituições disponíveis para todos os habitantes. Por conseguinte, tais agrupamentos de cidades vão sendo divididos: de um lado, Barracón (Argentina), colocado no relato como margem direita e parte principal do agrupamento, onde, conforme as descrições, havia escola, oficial de registro civil, assentamentos militares e outras instituições; de outro lado, na denominada margem esquerda, Barracão e Dionísio Cerqueira (Brasil), de modo que, numa relação hierarquizada, o espaço brasileiro fica aí significado como um espaço “vazio”, como já abordei neste livro, como um lugar onde as instituições estão por ser estabelecidas. Desse modo, as relações de substituição construídas numa estrutura negativa produzem um efeito de apagamento do político.

Por sua vez, conforme o relato, ao dizer que não havia escola, oficial de registro civil, assentamentos militares, etc., o sujeito fronteiriço, especialmente aquele que habitava o lado brasileiro da fronteira, vai sendo significado na falta, como um *sujeito segregado* (Orlandi, 2008b) dos direitos conferidos pelo Estado nacional. Apesar disso, no jogo das *relações de substituição* entre o negativo e o positivo, em face do discurso do Estado, a sociedade brasileira na fronteira é capaz de lidar com “o que há”: registrar o filho no/a país/cidade vizinho/a onde está o cartório, alfabetizar-se, embora na língua do vizinho, significando de outro modo a sua relação com o espaço – país, território.

4.4.2 Relações de substituição: desnacionalização

É importante, ainda, citar outros traços linguísticos de negação que emergem na (Sd₂₁), tendo como exemplo: “Aquella zona estava se *desnacionalizando*”; “Os filhos dos brasileiros, para *não* ficarem analphabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon, onde aprendiam a cantar o hymno da nação amiga, como sendo o de sua pátria” (grifo próprio).

Com base nas análises anteriores, o discurso de substituições construídas numa estrutura negativa pode ser relacionado ao

elemento *desnacionalização*, também na sua forma negativa. Isso me leva a um documento do Estado brasileiro que Payer (2006) traz para reflexão: o *memorial* que o secretário da Educação e Saúde, Dr. Fernando Duarte Rabelo, enviou, em 1939, à Comissão Nacional do Ensino Primário. A referida comissão foi encarregada, além de organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, de “nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira” (Getúlio Vargas; Araújo, 1994, p. 87 *apud* Payer, 2006, p. 80-81). Segundo Payer (2009b, p. 39),

[...] foi incisivo o investimento do Estado em implantar a língua nacional nas áreas de imigração, com um trabalho minucioso sobre as escolas para o ‘cultivo’ (implantação) da língua portuguesa. Ele foi realizado, entre outros atos oficiais, através da Campanha da Nacionalização do Ensino Primário nas regiões de densa imigração.

Devo considerar os recortes a seguir, extraídos do referido *memorial*:

Como consequencia de um inteligente trabalho de catequese, em torno da pessoa do pastor em regra estrangeiro sem nenhum apêgo á terra, nem amôr ás suas mais caras tradições, congregavam-se os colonos, individuos na sua maioria de baixo nível cultural, constituindo-se por isso mesmo, dóceis instrumentos de expansão alienígena e *desnacionalisação* [...]. O regime de plena liberdade em materia educativa, que êsses nucleos alienígenas desfrutavam, era, pois, um corolario do clima creado pela propria negligencia do poder publico jungido ás injunções políticas. Era natural, portanto, que á sombra desse indiferentismo criminoso, gerado pela transigencia administrativa, medrasse e desenvolvesse a obra nefasta e *desnacionalisadora* dos advenas através das inúmeras escolas de cunho evidentemente estrangeiro avultando dentre elas, principalmente, as mantidas pelas Comunidades Luteranas subordinadas ao Sinodo de Berlin [...]. No Relatorio que em 1921 apresentei ao então Secretario da Educação, relativo ás minhas atividades como Inspetor Escolar, assim me manifestei a respeito da

obra de desnacionalização realizada por essas escolas: Escolas estrangeiras funcionam no território pátrio com o fim unico de ensinar aos filhos dos colonos a lingua, a geografia e a historia de seus respectivos países, porque sabem os seus professores que tais conhecimentos constituem os mais fortes vínculos do cidadão para com a Patria [...]. Na escola particular de Santa Maria, distrito de Jequitibá, no municipio de Santa Leopoldina, funcionando sob responsabilidade de uma dessas comunidades, apreenderam também as autoridades do ensino farta documentação comprobatória da obra de desnacionalização que ali fazia desabusadamente o pastor local (Rabelo, 1939, p. 5-7, grifo próprio).

Nesse *memorial* aparecem os elementos *desnacionalização* e *obra desnacionalizadora/de desnacionalização* já dentro de certo discurso político nacionalista. Como se trata de um momento de um projeto específico de nacionalização – sobretudo nas áreas de densa imigração –, os elementos *desnacionalização* e *obra desnacionalizadora/de desnacionalização* quebram a ordem esperada, produzindo um efeito de estranhamento no discurso relacionado à oposição nacionalizar/desnacionalizar.

Vale mencionar, também, com suporte em Payer (2006), que nos anos 1920 os interesses pela ideia de nação e de nacionalização já se apresentavam de modo contundente. Nesses primeiros projetos de nacionalização participavam intelectuais liberais, os quais enfatizavam a valorização dos temas nacionais (cultura nacional) e o desenvolvimento educacional. É importante considerar, ainda, que uma das metas da política de imigração em massa para o Brasil, implantada com a República, era “o povoamento e a colonização de vastas áreas territoriais desocupadas, inclusive em fronteiras conflituosas” (Payer, 2006, p. 12).

Dessa forma, compreendo como isso contribui para que os sentidos produzidos no relato de viagem, escrito em 1929, compareçam na direção de realçar o tema da nacionalização e do ensino e aprendizagem escolares em língua portuguesa na área de fronteira. Apesar disso, há formulações negativas atravessando o texto do relato: *desnacionalização* (“aquella zona estava se

desnacionalizando") (Sd₂₁, grifo próprio), cujo elemento relaciono aos demais com sentido negativo: *não* e *nem*. Esse efeito negativo se projeta para os demais enunciados articulados nesse texto, por exemplo, no registro de que se falava, na zona de fronteira uma "mistura" de português e castelhano. De um modo geral, "mistura" significa negativamente em razão da falta de escola onde se ensina português, o que leva, portanto, à *desnacionalização*.

De forma semelhante, tal como se menciona no *memorial*, Rabelo (1939, p. 5-7) salienta que os colonos, os quais são significados enquanto indivíduos de baixo nível cultural, constituíam-se em "dóceis instrumentos de expansão alienígena e *desnacionalização*". Além disso, as escolas estrangeiras, principalmente as alemãs, segundo Rabelo (1939) funcionavam como uma *obra nefasta e desnacionalizadora*. Então, pergunto: por que essas formulações negativas se manifestam nos discursos políticos nacionalistas?

Sem ter a pretensão central de responder a essa pergunta, quero apenas registrar, de acordo com os estudos realizados até aqui, que algo falha nesse processo de interpelação pelo Estado. Como há falhas no ritual, o sujeito pode resistir ao discurso dominante, como analiso em outras partes deste livro. Como diz Pêcheux (2009 [1975], p. 281), "não há dominação sem resistência". Nesse sentido, a evidência que se produz no relato de 1929 de que não havia escola para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa, na fronteira, institui uma falha no ritual do discurso nacionalista.

Já em 1939, durante o Estado Novo, o Brasil vivia uma época marcada pelo nacionalismo centralizador e exacerbado, discurso que orientava as políticas na área da Educação (Payer, 2006). Não obstante, na textualidade do *memorial*, pude analisar que os colonos – significados como aqueles que difundem sua língua e sua cultura – tomam posição e resistem aos dizeres do Estado brasileiro; ademais, as escolas estrangeiras são significadas como espaços para o fortalecimento do conhecimento e do vínculo desses sujeitos à sua

pátria, funcionando no discurso como gestos de resistência frente aos saberes nacionalistas.

Assim, nesse percurso inicial, nos diversos efeitos de sentido dos enunciados sobre a negação – *não, nem, desnacionalização* – fundem-se sentidos de um discurso nacionalista dos projetos liberais, da década de 1920, com aqueles do projeto nacionalista do Estado Novo. Convém acrescentar que é pela textualidade do discurso que o nacionalismo vai sendo constituído e que vão sendo produzidos os furos, as faltas, os pontos de resistência próprios à ordem da língua. Em conjunto com Payer (2018)⁵³, enfatizo que uma nação se constrói na relação de diferença e de equivalência com outra. Assim, a Argentina significa como nação amiga/inimiga. O sim e o não, o direito e o avesso vão juntos na estrutura negativa, assim como nos discursos nacionalistas.

Nesse sentido, com essas reflexões, dei continuidade às discussões realizadas no capítulo 3 sobre a necessidade de “civilização” de Dionísio Cerqueira pela instauração da cidade sobre “o sertão”, embora as condições de produção sejam distintas, já que em 1929, época da viagem e da escrita do relato que analiso no presente capítulo, os discursos sobre a fronteira nacional com a Argentina evidenciavam a construção da *brasilidade*, a premência da ocupação do Oeste catarinense como expansão do processo “civilizador” para o interior, tanto do estado de Santa Catarina quanto do Brasil.

Posto que as sequências discursivas mobilizam sentidos que caracterizam Dionísio Cerqueira como um espaço “vazio” e “desintegrado” de Santa Catarina (e do Brasil, de modo geral), as análises conduzem a afirmar que as instituições jurídicas do Estado irrompem na produção desse espaço. Nesse ponto, pude compreender que, somente por meio da interpelação pelo Estado, pelas instituições jurídicas, os sujeitos passam a “ter existência”, deixam de ser apagados – e o espaço “deixa de ser vazio”, passa a

⁵³ Teorizações realizadas nos encontros de orientação durante a escrita da tese de doutorado.

“ser ocupado”, “preenchido” pelos sujeitos identificados ao Estado, ou seja, a presença do Estado “dá existência” jurídica ao espaço de Dionísio Cerqueira como um *espaço de direito*.

Saliento que, na sequência discursiva que descreve a ponte aparecem com regularidade termos relativos à “afetividade”, os quais possibilitam refletir sobre a ideologia nacionalista/naturalista. Pude analisar, ainda, que a ponte, como elemento material do espaço, funciona como um imaginário de limite/deslimite do espaço de fronteira, relação que permite mobilizar as noções de *espaço imaginário/espaço fluido*.

De modo final, destaco que, no relato, por meio da estrutura das substituições negativas, aparecem reforçados os elementos constitutivos tanto do Estado como da cidade. No âmbito do Estado, tendo em vista sua instauração no espaço fronteiriço – que se efetua pela divisão/fronteira das línguas, dos sujeitos e do espaço, numa relação dissimétrica, hierarquizada –, a relação de substituição negativa funciona em um nível estrutural entre Brasil-Argentina, português/espanhol, Dionísio Cerqueira/Barracón, moeda brasileira (réis)/moeda argentina (peso). A estrutura das substituições negativas ressalta, no âmbito das cidades, a ausência de escola, justiça, administração e organização política em Dionísio Cerqueira, e a presença desses elementos constitutivos em Barracón. Ou seja, “não havia” em Dionísio Cerqueira equivale a “havia” em Barracón. Enfim, o que está em questão no discurso nacionalista é a relação entre duas nações, entre o que (não) está ou (não) há em uma e em outra. Por essa questão se engendram as relações de substituições negativas.

5. Análise de formulações sobre a escola argentina e sobre a fundação da escola nacional⁵⁴

Longe, da outra banda do Peperi-Guaçu, estão saindo crianças de uma escola!

– Como tem alunos aquela escola!

– São quase todos brasileiros e moram do lado de cá – exclamou um cavalheiro paraguaio criado em Corrientes, atualmente residindo no Brasil e que me vem servindo de cicerone desde meia légua antes de Barracón.

– E frequentam uma escola argentina?

– Que fazer? Não temos escolas brasileiras!

(*Othon Gama d'Eça, Aos espanhóis confinantes*).

As formulações apresentadas nos relatos sobre o espaço de fronteira podem trazer indícios produtivos acerca da constituição desse espaço e, mais especificamente, ao que tange aos objetivos deste capítulo: a escola de Barracón (lado argentino) que, conforme os relatos, estava em funcionamento por ocasião da visita do governador do estado de Santa Catarina à região de Dionísio Cerqueira/Barracón, em 1929, e a criação da Escola José Boiteux em território brasileiro, a partir da referida visita.

Deste modo, este capítulo está estruturado em três seções, nas quais analiso sequências discursivas de ambos os relatos que compõem a obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina*:

⁵⁴ Cabe destacar que as questões sobre a escola começaram a ser problematizadas no texto apresentado ao Programa de Doutorado em Linguística do IEL/Unicamp por ocasião do exame de qualificação de área em História das Ideias Linguísticas (HIL), sob a orientação da professora Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, a quem registro meus agradecimentos. O capítulo “Análise de discursos sobre a escola argentina de Barracón por meio de relatos de viagens” (Lemos, 2021), publicado no e-book intitulado *Discurso, Cultura e Mídia: pesquisas em rede*, constitui um dos resultados dessas reflexões iniciais.

documentos e leituras, organizada pelo CEOM (2005), tomando como foco formulações sobre a escola.

Na seção 1, apresento duas sequências discursivas a respeito da criação da Escola José Boiteux, em Dionísio Cerqueira: a primeira extraída do relato de Boiteux (1931) e a segunda do relato de Costa (1929). As análises dessa seção estão fundamentadas nas reflexões de Payer (2005, 2008), sobre a *língua nacional* e a *língua materna*, e em Mariani (2004), no que diz respeito aos discursos da (sobre a) colonização e sobre a política colonial. Também trago, na seção, a distinção entre *real* e *imaginário* (Orlandi, 1999a) para refletir sobre a relação contraditória entre o desejável – *o que a comitiva esperava ver*, no lado brasileiro e *o que é visto*, que vai na direção da *desnacionalização*, segundo o relato.

Já a seção 2 visa à discussão do enunciado “A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano [...]” (Sd₂₁). Para tal, primeiramente, considero as reflexões de González (1992) quando a autora destaca a “autenticidade do fenômeno da mistura”, no caso o *portunhol*. Da mesma forma, são importantes para as discussões dessa seção as noções de *língua espontânea: o portunhol* e de *portunhol* como *língua de fronteira* desenvolvidas em Celada (2002) e as pesquisas de Sturza e Tatsch (2016) sobre os sentidos do *portunhol* para a cultura da fronteira. Nessa mesma seção, um trecho da obra *Terra à vista*, de Orlandi (2008a) contribui para refletir sobre o que *a comitiva esperava ver* e *o que é visto*, partindo da evidência que se constrói no relato de que o brasileiro falava uma “mistura” de português e espanhol.

Valho-me também, nessa seção, das contribuições de Dias (1995), em cuja investigação o pesquisador interroga os sentidos do termo *língua brasileira*, e dos estudos de Pfeiffer (2001) e Pfeiffer e Silva (2014) sobre os sentidos que configuram *o ser brasileiro* em uma relação constitutiva com a escolarização. Para finalizar a seção, faço alusão às reflexões de Silva (2015) a respeito do índio, as quais também são importantes para pensar sobre o sujeito fronteiriço (brasileiro).

A seção 3 se inicia com a análise de duas sequências discursivas, sendo uma do relato de Costa (1929) e outra do relato de Boiteux (1931), das quais destaco dois enunciados: “Para não ficarem analphabetos” (Sd₂₁) e “para não serem analphabetos” (Sd₂₃), respectivamente, cujas reflexões faço à luz dos trabalhos de Silva (1996), Pfeiffer (2015), referindo-se à Pfeiffer (1997) e a noção de *sujeito urbano escolarizado*. Nessa mesma seção, analiso a relação entre o hino argentino e a pátria. Para tanto, trago a pesquisa de Payer (2006) a respeito das concepções de *idioma pátrio* e de *língua pátria* e me refiro ao *efeito metafórico* (Pêcheux, 2010 [1969]) e a Orlandi (2008a) a respeito da língua enquanto idioma oficial, que está vinculada à ideia de país, de pátria, de povo.

Fundamentada em Celada (2002), especialmente mobilizando o conceito de *estrangeiro-familiar*, em estudos de Sturza (2010) sobre a zona de fronteira em análise, prossigo a discussão com foco específico em certas evidências que se produzem no relato: os brasileiros que nasciam no território catarinense eram registrados como argentinos em Barracón, e eles aprendiam a cantar o hino argentino como se fosse o de sua pátria, ou seja, como seu hino nacional. Já o percurso das análises da parte “o sujeito letrado não autorizado” se inicia com certos aspectos da reflexão de Pfeiffer (2001), com relação à escrita e sobre o *sujeito letrado não autorizado*.

Em seguida, apresento algumas reflexões de Silva (1998) sobre o domínio da escrita. Acrescento, nessa parte, as menções às línguas nos relatos em análise neste capítulo: o “português”, o “espanhol”, a língua nacional (brasileira) e a “mistura” de português e espanhol.

Para finalizar a seção 3, discorro sobre os discursos da/na escola argentina de Barracón. Para isso, trago uma sequência discursiva do relato de Costa (1929) sobre essa escola. Para melhor compreender esses discursos, recorro a uma descrição presente em um artigo de Flores e Serpa (2005), acerca da visita do governador à escola argentina. Nessa análise, tomo como foco a pergunta do professor argentino à criança brasileira, significada como sujeito-aluno na escola argentina: *quais os grandes vultos da história de nossa pátria?*

5.1 Discursos que perpassam a criação da escola nacional

Para iniciar as discussões desta seção, exponho abaixo duas sequências discursivas:

(Sd₂₃) *Creou-se a escola, que tomou o nome de José Boiteux. Não mais deixarão os nossos conterraneos de aprender a língua nacional, pois que, para não serem analfabetos, iam à escola argentina, atravessando o Pepiry-guassú! (Boiteux, 1931, p. 101, grifo próprio).*

(Sd₂₄) *creou o presidente Konder uma escola publica, a que deu o nome de José Boiteux, collocando-a sob o patrocínio deste digno catharinense, com moldes correspondentes a essa alta mentalidade que tem o actual governo de bem organizar as nossas repartições e instituições e eleger funcionarios destacados para que, ali, no confronto da fronteira, o sentimento nacional não soffra constrangimento (Costa, 1929, p. 51, grifo próprio).*

Posso dizer, inicialmente, a partir do enunciado “Creou-se a escola, [...] não mais deixarão os nossos conterraneos de aprender a língua nacional” (Sd₂₃), que a escola é metonimicamente tomada pela língua – e pelo Estado. Nessa relação, há dizeres que remontam a outros dizeres, os quais compreendem que os discursos dominantes na escola ressaltam o caráter nacional da língua e que concebem a escola como lugar legitimado para ensinar e instrumentar a língua nacional, cujos sentidos permitem compreender os processos de colonização e de gramatização da língua portuguesa no Brasil. De acordo com Mariani (2004, p. 96), “no silêncio imposto pela colonização, a imposição de uma língua camufla a heterogeneidade e contribui para a construção de um efeito homogeneizador que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional no Brasil”.

Indo por essa direção, analiso, a partir das sequências discursivas acima expostas, que a língua nacional que “nossos conterraneos” (Sd₂₃) aprenderiam na escola, criada a partir da visita do governador Adolfo Konder a Dionísio Cerqueira, em

1929, não objetivava conhecer a língua que funcionava na fronteira – a qual, segundo os relatos, caracterizava-se pela “mistura de português e castelhano” (Sd₂₁) – ou conhecer sua história, sua diversidade. De outra maneira, o fim era aprender a ler e a escrever na língua nacional brasileira. Por um efeito imaginário de unidade da língua nacional e da identidade brasileira, o ensino em/da língua nacional seria um meio para nacionalizar a língua em funcionamento na fronteira.

À vista disso, esse esforço de análise também vai ao encontro das reflexões de Payer (2005, p. 9):

O fato de que nos Estados Nacionais uma única língua seja elevada à categoria de língua nacional, e o fato de que em nossas sociedades nacionais a escola tenha sido lugar por excelência de difusão desta mesma língua nacional, sobretudo através da escrita, produziram historicamente uma relação imaginária naturalizada, quase termo-a-termo, entre a língua nacional e a constituição do sujeito. “Sou brasileiro: falo português”. De tal modo isso se dá que a presença efetiva de diversas outras línguas que não o português, mesmo fragmentadas (e das diversas memórias discursivo/culturais que as acompanham), não têm tido, via de regra, um tratamento considerável seja no ensino, seja nas práticas de linguagem.

Ao posicionar-se como sujeito, o viajante (autor do relato) atribui sentidos ao diferente, ao desconhecido e, dessa forma, deixa marcas no texto que dizem respeito à formação discursiva a que ele se filia, a qual, por sua vez, inscreve-se numa determinada formação ideológica. Nas suas referências à língua, apreendo que o viajante, posicionando-se no discurso, produz uma imagem do sujeito brasileiro que habita a fronteira, de acordo com o já conhecido, com uma memória da colonização portuguesa no Brasil, com um imaginário de identidade e de unidade para a língua⁵⁵ – no

⁵⁵ Segundo Orlandi (2001a, p. 13), “desde o fim do século XVI, a língua falada no Brasil já não é a mesma que se fala em Portugal”; contudo, a legitimidade da sociedade brasileira com suas próprias instituições, seu saber, suas práticas

caso, a língua portuguesa⁵⁶. “E essa é a forma geral da relação entre diferentes: a redução do outro ao um” (Orlandi, 2008a, p. 101).

Conforme consta no relato, a comitiva do governador do estado de Santa Catarina encontrava-se diante de uma região “abandonada”, distante da capital do estado, onde se fazia urgente, mais do que nas zonas que não eram de fronteira, inaugurar instituições públicas, criar escolas. A partir dessa construção de sentido, o sujeito fronteiriço (brasileiro) precisaria frequentar a escola nacional brasileira, pois o domínio da escrita/fala da língua portuguesa significaria a possibilidade de identificar-se como “brasileiro autêntico” e, nesse processo de identificação, a língua espanhola seria apagada, ou seja, nesse processo de produzir significação ocorre um silenciamento das diferenças.

Em face disso, o papel dominante que exerce a escola, articulado a um imaginário de língua portuguesa que se aprende/ensina na escola, age no sentido de absorver as diferenças, interpelar o sujeito fronteiriço (brasileiro) a assujeitar-se às leis brasileiras, apagando sua cultura, seus costumes, suas maneiras de agir, produzindo novos sentidos. Deve-se salientar que, “[...] a relação com a língua de que se abre mão, na escola, para escrever nas formas da língua nacional, faz falta na escrita, na medida que faz falta no sujeito”. Não é possível “suturar” essa falta na escrita se não for trabalhada no sujeito (Payer, 2008, p. 2).

Nesse ponto, apresento a distinção que Orlandi (1999a, p. 73-74) faz entre *real* e *imaginário*:

O que temos, em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido. De outro lado, a nível

linguísticas e seu poder político acontecem somente no século XIX, sobretudo, devido à independência, em 1822.

⁵⁶ Como de alguma forma foi tratado nesta pesquisa, de acordo com os estudos de Dias (1995, p. 14), nas décadas de 1930 e 1940, “a questão da identidade linguística inspirou calorosos debates sobre a denominação do idioma nacional, época em que os sentimentos nacionalistas tiveram grande expressão no nosso país”.

das representações, temos a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição, na instância do imaginário. É por essa articulação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário que o discurso funciona.

Ao refletir sobre tal distinção, compreendo que, na instância do imaginário, *a comitiva esperava ver*, no lado brasileiro, uma organização política, as bandeiras brasileiras hasteadas, a moeda brasileira circulando, escolas brasileiras funcionando e também esperava ouvir o hino nacional, as pessoas falando em um “bom” português. Ou seja, estão de alguma forma presentes nessas representações: “A unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição” (Orlandi, 1999a, p. 74).

De outro lado, *o que é visto*, de acordo com o relato, é uma zona se desnacionalizando: a moeda argentina circulando, as crianças brasileiras estudando na escola argentina, aprendendo espanhol e cantando o hino argentino; e *o que se ouve* é uma “mistura de português e castelhano” (Sd₂₁). Nesse entendimento, uma criança brasileira frequentar a escola na Argentina funciona no discurso como uma relação de substituição negativa, assim como haver a “mistura” de línguas é tido como uma substituição negativa à própria ideia de língua e de nação. Entram em cena “a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição” (Orlandi, 1999a, p. 74), enfim, o real do discurso.

Tais considerações apontam para a formulação de Mariani (2004, p. 45), ao tematizar sobre períodos de colonização, o que, segundo ela, significa situar-se “no interior de uma complexa e contraditória relação entre homogeneidade imposta e heterogeneidade de fato, entre uma desejada unidade imaginária frente a uma diversidade concreta”.

Concebendo a definição de fronteira como *espaço material (político-simbólico)* (Orlandi, 2001b), entendo que a fronteira se apresenta como um espaço que se constitui na dispersão, na incompletude, na falha e, assim, também se constituem a língua e os sujeitos fronteiriços.

Apesar dessa opacidade própria da língua e, mais especificamente, da língua falada na fronteira, e de que a fronteira tem uma heterogeneidade particular, os discursos sobre a fronteira – refiro-me aos relatos em análise – trazem a força do imaginário da unidade, que neles fica exposto ao olhar leitor com particular propriedade, tal como na seguinte sequência discursiva:

(Sd²⁵) Pois bem, que essa jornada official, intrepida e consciente, desperte nos nossos patrícios daquelle *rincão*, lampejos constantes de civismo e que *aquellas lindas bandeiras*, que tão gentilmente alçaram para homenagear o chefe do governo catharinense, não voltem para o olvido, ergam-se sempre sobre os topos de suas casas, nos dias de gala nacional, drapejando aos ventos, em frente ao pavilhão da nação amiga, *naquella orla do país*, como a sua vivacidade, com o seu colorido, com a sua constelação, ondeando no azul do ceu e proclamando o amor dos filhos do Brasil pelo labaro de sua patria (Costa, 1929, p. 58, grifo próprio).

É importante lembrar, de acordo com os historiadores Flores e Serpa (2005), que a viagem do governador Adolfo Konder pelas áreas de fronteiras tinha como ponto central um projeto de interiorização do país. Tal processo se estabelecia por meio de “preenchimento” dos espaços considerados “vazios”. Ainda, segundo esses autores, “preencher o vazio demográfico significava preencher o espaço com o progresso pautado numa cultura que fizesse frente à cultura dos antigos habitantes da região” (Flores; Serpa, 2005, p. 130). Ou seja, com o fim de garantir a posse e a “integração definitiva” das regiões que “não se integravam completamente ao território brasileiro” (Flores; Serpa, 2005, p. 129), situadas em terras contestadas, em meio às discussões sobre as questões de limites nacionais, entre Brasil e Argentina, e estaduais, entre Santa Catarina e Paraná, “[...] o governo do estado de Santa Catarina implementava uma política de povoamento ou repovoamento, que se arrastava desde fins do século XIX, com imigrantes de origem italiana e alemã, procedentes do Rio Grande do Sul” (Flores; Serpa, 2005, p. 129).

Os referidos historiadores complementam que “a população descendente de índios, africanos e portugueses vivia do extrativismo e da agricultura de subsistência, contrastando com o ideal do Brasil de vocação agrícola” (Flores; Serpa, 2005, p. 130).

Assim, determinados pelas condições socioculturais, econômicas e políticas da época e por um efeito discursivo regido por um imaginário nacional, e em função desse imaginário, o viajante e os demais membros da comitiva do governador do estado de Santa Catarina referiam-se àquele espaço de fronteira como um “rincão”, uma “orla do país”, conforme retomo da (Sd²⁵): “[...] que essa jornada official [...], desperte nos nossos patrícios daquelle *rincão*, lampejos constantes de civismo e que *aquellas lindas bandeiras*, [...] ergam-se sempre sobre os topos de suas casas, [...] *naquella orla do país*” (Costa, 1929, p. 58, grifo próprio).

Em outras palavras, estabelece-se um processo de dessignificação sobre o espaço e, como efeito, a fronteira vai sendo produzida como um espaço distante de centros urbanos, em particular, da capital do estado de Santa Catarina, isto é, à margem da ação do Estado e de seus símbolos (bandeira, hino e outros) e instituições (cartório, escola e outros), cujos sentidos se associam aos construídos para “floresta” e “sertão”, quando se implantava a cidade de Dionísio Cerqueira, conforme analiso no capítulo 3.

5.2 “A língua que se fala é uma mistura de portuguez e castelhano”

Para refletir sobre a “mistura” de línguas na fronteira, em particular de português e espanhol, tal como se menciona na (Sd²¹), julgo interessante trazer alguns estudos sobre o *portunhol*. Ressalto, primeiramente, que González (1992, p. 20) sublinhava a “autenticidade do fenômeno da mistura”, no caso o *portunhol* “como *hecho natural del lenguaje y que forma parte de su esencia y, al mismo tiempo, como objeto efectivo de estudio*, sobre todo por considerar que sus resultados pueden ser relevantes para otras áreas de investigación”.

A autora trata, também, do *portunhol* em zonas de fronteira, o qual, segundo ela, “funciona como verdadeira *língua franca* [...] por imposiciones, quizás, de la emergencia y urgencia de comunicación” (González, 1992, p. 21). Ela ressalta a importância de se “tomar el portuñol como un verdadero, legítimo y rico objeto de análisis” (González, 1992, p. 21). No que se refere às zonas de fronteira, a autora considera que faltam estudos que tratem o *portunhol* com maior profundidade. Para tanto, mostra várias possibilidades de pesquisa, tais como:

[...] determinar si se trata o no de un *pidgin*, de una *lengua criolla*, o si se trata de un simple caso de *code-switching*, fenómeno en el que se da una alternancia de códigos en función de las necesidades de comunicación. También cabe determinar cuántas variedades de ‘portuñol’ hay en esas zonas y establecer, sin prejuicios o intereses ajenos al estudio lingüístico, cuál es la lengua dominante en cada una de ellas. No parece ser, por ejemplo, que el portuñol que hablan los que tienen como primera lengua el portugués sea idéntico al que hablan los que tienen como primera lengua el español; en este caso se trataría más de un ‘español’, quizás (González, 1992, p. 22).

Diante de várias possibilidades de pesquisa, e de um campo fértil de estudo que é o *portunhol*, gostaria de ressaltar, que a *língua espontânea*, o *portunhol*, ocupa um lugar de destaque em Celada (2002). Segundo a autora,

[...] para o brasileiro, culmina a sequência metonímica cuja representação começa com os termos: ‘espanhol – língua parecida – língua fácil’. No extremo inicial da sequência, uma imagem do espanhol, ou melhor, um espanhol imaginário, uma língua fantástica, projetada pela fantasia do brasileiro, língua que torna (ou tornava) possível a pergunta [...]: ‘Estudar espanhol?! Precisa mesmo?’. No outro extremo da sequência: o *portunhol*, uma manifestação desse espanhol imaginário (Celada, 2002, p. 45).

É importante enfatizar que, para a autora,

[...] ‘portunhol’ pode designar tanto a língua dos hispano-falantes que moram neste país (à qual alguns dão o nome de ‘espagués’) quanto aquela produzida pela relativa audácia dos veranistas argentinos nas praias brasileiras ou, ainda, pela boa disposição dos anfitriões que aí os recebem. Pode designar também a modalidade com a qual os brasileiros ‘dão um jeito’ de comunicar-se com os hispano-falantes dentro ou fora do Brasil. Com frequência, o termo é utilizado ainda pelo próprio aprendiz para referir-se à língua que vai produzindo ao longo de seu processo de aprendizado. E, como observa Perlongher [...], a outra figura desse processo, o professor, geralmente enxerga o portunhol com horror e, a partir do polido e fixo esplendor de duas línguas constituídas, considera-o erro, isto é, interferência ou ruído. Finalmente, já em outro nível de reflexão, aqueles pesquisadores que trabalham com o conceito de ‘interlíngua’ fazem-no coincidir também com o de portunhol (Celada, 2002, p. 44-45).

Nesse sentido, segundo Celada (2002, p. 44), o termo *portunhol* funciona como uma espécie de “curinga”, o qual circula, desloca-se por diferentes espaços e se refere a diversos objetos, dentre os quais a “língua de mistura” – entre português e espanhol – nas diversas fronteiras do Brasil com os países hispano-americanos. A autora elucida, ainda, que *portunhol* (designação construída com base em termos como “franglais” ou “spanglish”) não é o único nome possível: convive com “entreverado”, “brasileiro”, “fronterizo”, “carimbão”, “bayano”, dentre os principais, de maneira que alguns desses termos são mais comuns e outros mais regionais (Celada, 2002, p. 44). Em síntese, com base em estudos da autora, o *portunhol* corresponde ao que se define como *língua de fronteira*, ou língua que significa esse espaço fronteiro.

Sturza e Tatsch (2016, p. 85) destacam que falar um *portunhol* tem sentidos muito específicos para a cultura da fronteira. Ele funciona para marcar politicamente como os sujeitos que estão inseridos nas comunidades fronteiriças querem se significar no mundo.

As autoras ressaltam que o *portunhol* são vários:

É a *mezcla* não apenas como resultado de um contato intenso e contínuo do português com o espanhol, mas uma língua de fronteira. Língua essa escolhida pelos falantes para dizer sobre quem são no mundo; língua que os identifica como sujeitos de um lugar muito particular. Como língua de contato, o *Portunhol* é a língua dos fronteiriços, não tem gramática estável. No entanto, é fluído e usado como língua de comunicação imediata e, especialmente, tomando-se uma perspectiva enunciativa, uma escolha política do falante que busca produzir efeitos de sentido, considera sua relação com o interlocutor, seja ele um falante de espanhol, um falante de português ou um falante de *Portunhol*/língua de fronteira (Sturza; Tatsch, 2016, p. 95).

Para Orlandi (1998, p. 7), “há limites muito frágeis e nuançados entre línguas diferentes em situação de contato, o que resulta na presença de toda forma de mistura em seus modos indistintos”. Ainda, conforme a autora, “[...] não é preciso que um sujeito esteja claramente inscrito em uma língua para ter sua identidade configurada [...]. Ele aí se identifica pelo jogo, pela falha, pela deriva, pelo deslocamento, pelas ilusões” (Orlandi, 1998, p. 9), considerando que em uma posição materialista a identidade é um movimento na história.

Diante das considerações expostas, pode-se dizer que se constrói no relato a evidência de que o brasileiro falava uma “mistura” de português e espanhol, produzindo no discurso um efeito de estranhamento, de “desconforto”; na tensão entre o que *a comitiva esperava ver* e o *que é visto*, tal como já abordado. Esse estranhamento desencadeia efeitos de sentido de uma descoberta e demarca as diferenças entre as línguas, entre os sujeitos e entre os espaços.

Acrescento que esses discursos se atualizam nas condições de produção específicas da fronteira, nos discursos sobre a viagem do governador Adolfo Konder – que faz parte de um projeto de interiorização do país. Desse modo, *ver, conhecer* o território também equivale a uma forma de apropriação, a uma posse simbólica⁵⁷.

⁵⁷ Quando Orlandi (2008a) analisa o enunciado “*Terra à vista!*” – a primeira fala

Tais efeitos de sentido sinalizam, como diz Silva (1998, p. 28), que “há sentidos de hoje que são herdeiros dos sentidos de ontem”. Por isso, compreender o processo de produção do espaço de fronteira também significa estabelecer vínculos com os discursos de ontem, com o discurso colonial das descobertas: “Um discurso que domina a nossa existência como brasileiros, quer dizer, ele se estende ao longo de toda a nossa história, produzindo e absorvendo sentidos” (Orlandi, 2008a, p. 18).

O registro de que “A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano [...]” (Sd₂₁) produz efeitos de sentido de uma língua estranha, deficitária, mal falada; ou melhor, produz efeitos de uma língua estruturada pela falta, e pela falta de “pureza”. Por um efeito ideológico, buscava-se “preencher” essa falta com uma língua imaginariamente completa, “pura” – a língua portuguesa – “preencher” o lugar da língua espanhola, por certa relação de substituição de aspecto “afirmativo”. Nessa direção, o espaço da escola não seria para legitimar a escrita da língua espanhola falada, mas sim para legitimar a escrita da língua portuguesa.

Para desdobrar essa compreensão, valho-me da pesquisa de Dias (1995). Em seu estudo, o pesquisador interroga os sentidos do termo *língua brasileira* nos discursos dos parlamentares da Câmara do Distrito Federal e da Câmara dos Deputados, em 1935, bem como dos deputados constituintes de 1946. O autor concebe padrões socialmente legitimados a partir da forma como a modalidade da escrita entra constitutivamente como parâmetro na legitimação da língua, tendo em vista as construções nominais relativas à denominação do idioma falado no Brasil.

Tomo, aqui, a perspectiva daqueles que se posicionaram contrários aos projetos de mudança do nome da língua falada no Brasil. No entendimento desses parlamentares, “o nome *língua*

sobre o Brasil – explica que *ver*, naquele contexto inaugural, tem um sentido bem específico: “Ver, tornar visível, é forma de apropriação. O que o olhar abarca é o que se torna ao alcance das mãos. O visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. Primeiro passo para que se assente a sua posse” (Orlandi, 2008a, p. 17).

brasileira é percebido como algo que viria desestabilizar um eixo social que tem nos percursos de escrita, sob os auspícios da *língua portuguesa*, o seu suporte, a sua referência” (Dias, 1995, p. 143). Ainda, a análise revelou que “[...] o brasileiro, enquanto sujeito que se utiliza da língua falada no país, só é percebido como cidadão tendo como referência o percurso de escrita”. Em outras palavras, não dominar a escrita significa ficar “alijado” da categoria de cidadão (Dias, 1995, p. 143).

Nessa perspectiva, e com base no processo de construção de sentidos do relato, o sujeito fronteiriço (brasileiro) seria interpelado a falar em língua portuguesa, mas, sobretudo, a escrever nessa língua. Frequentar a escola brasileira, e não mais a escola argentina, ler e escrever em português significaria para o sujeito fronteiriço (brasileiro) deixar de ser um sujeito dividido entre (duas) línguas, que ao enunciar “mistura” essas línguas, significaria deixar de ser “um outro brasileiro [...] que fala um outro português [...], diferente da norma preconizada” (Pfeiffer; Silva, 2014, p. 89). Há, segundo Pfeiffer (2001, p. 75), sentidos que configuram o *ser brasileiro* em uma relação constitutiva com a escolarização: pode ir à escola quem é brasileiro e ser brasileiro é poder ir à escola. Nesse aspecto, Payer (2005, p. 6) argumenta que “[...] como há uma distinção e mesmo uma cisão entre a materialidade e o estatuto da língua nacional e da língua materna, os sujeitos nem sempre passam de uma a outra com a naturalidade necessária à aprendizagem da escrita na escola”.

Nesta parte, antes de prosseguir com as análises, faz-se necessário apresentar as noções de *língua nacional* e *língua materna*, de acordo com Payer (2009a, p. 6). Tal como elaborada na história do Estado e das ideias linguísticas, a *língua nacional* é

[...] a língua elevada a esta categoria pelo Estado Nacional, formadora dele, minuciosamente cultivada e difundida portanto, na construção da Nação, na alfabetização (dos estrangeiros, mas também de outros) e na escrita através da escola e da literatura. Língua gramatizada, de difícil

acesso a alguns sujeitos, língua na qual muitos deveriam (ou talvez gostariam) de dizer, mas não podem.

Para Payer (2009a, p. 6, grifo próprio), na perspectiva trabalhada por C. de Lemos,

[...] *língua materna* é a língua construída junto à criança pela mãe, já desde a partir de seus primeiros sons, como estruturante do sujeito desde a infância (C. Révuz, 1987). *Língua materna* envolve também a dimensão das intensidades do dizer e do saber, e dos afetos que inundam a língua e o mundo, por serem postas ao sujeito pela mãe/pelos cuidadores que estão mais próximos. Daí sua dimensão não se apagar facilmente.

Retornando ao *corpus* desta pesquisa, as reflexões de Silva (2015) a respeito do índio também me fazem pensar sobre o sujeito fronteiriço (brasileiro). Ao estabelecer, no espaço da escola, uma relação com a escrita da língua portuguesa, possivelmente esse sujeito fronteiriço não continuará a ser o “mesmo”, já que estará exposto a determinados saberes e se inscreverá em outro espaço discursivo, afetado pela ordem da escrita. “E é nesse novo espaço discursivo que ele terá de lidar com a reprodução e/ou a transformação do discurso do Outro” (Silva, 2015, p. 352), tendo em vista que “[...] a questão da Língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado, relação esta que tem sua forma mais visível na formulação específica das Políticas Linguísticas: invasões, exclusões, hierarquizações, interdições” (Orlandi, 1990, 1998) (Orlandi, 2000, p. 21).

Por conseguinte, a partir da determinação do Estado, o sujeito fronteiriço (brasileiro) já não falará/escreverá a mesma língua.

5.3 “Para não ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon”

5.3.1 *Para não ficarem analfabetos/para não serem analfabetos*

Com fundamento em Silva (1996, p. 156), considero que o indivíduo não vai à escola somente para aprender o que não sabe, “preencher” um vazio; além disso, ele vai à escola “para suprir uma falta, mudar um estado, uma condição”. De acordo com a autora:

A escola não produz o analfabetismo [...] pois essa já é desde sempre a condição do indivíduo que a ela tem acesso. Há um *já-lá-dito* do ‘analfabeto’ e do ‘analfabetismo’ [...] que nega o sentido da alfabetização e garante o seu sucesso, uma vez que para que se possa alfabetizar um brasileiro é preciso colocar uma prótese no indivíduo, torná-lo um outro (Silva, 1996, p. 156).

Esse *outro* em quem o indivíduo deve transformar-se é o *alfabetizado*, “aquele que não só sabe ler e escrever como também sabe que o analfabeto não sabe” (Silva, 1996, p. 156). Como a autora acrescenta, “este outro sujeito do processo de escolarização ganha visibilidade tão somente na 10ª edição (1949) do ‘Diccionario’ de Moraes, do mesmo modo, o termo ‘alfabetização’” (Silva, 1996, p. 156).

Consoante Silva (1996, p. 156), a não presença explícita do termo *alfabetizado* no dicionário “mostra que as relações enunciativas, na produção de sentido, dão-se a partir do analfabeto, do negativo, do que não-é, pois o indivíduo já nasce analfabeto”.

A partir das afirmações anteriores, convém dizer que, na época em que os relatos de Costa (1929) e Boiteux (1931) foram escritos, os termos *alfabetizado* e *alfabetização* ainda não estavam presentes nos dicionários. Assim sendo, é importante atentar que não se menciona nesses relatos que os filhos dos brasileiros eram *alfabetizados* na escola argentina de Barracon; de outro modo, registra-se que eles frequentavam essa escola “para não ficarem analfabetos” ou “para

não serem analfabetos”, ou seja, para não permanecerem na condição de analfabetos, daqueles que “não sabem”.

Desse modo, a não presença do termo *alfabetizado* nos dicionários produz efeitos na escrita dos relatos, partindo-se do *analfabeto*, do negativo, do que *não é*, tal como elucida Silva (1996). Assim, a partir da análise do enunciado “Os filhos dos brasileiros, para não ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon [...]” (Sd₂₁), são postos em movimento efeitos de sentido de uma relegação da escola argentina a um plano secundário, ou melhor, está presente o processo de dessignificação em que frequentar a escola argentina não faria sentido para o brasileiro, não permitiria legitimar seu dizer pelo domínio da escrita, não autorizaria o sujeito enquanto brasileiro.

Como já visto, de acordo com Silva (1996, p. 156), “para que se possa alfabetizar um brasileiro é preciso colocar uma prótese no indivíduo, torná-lo um outro”. E a autora complementa: “Quem é este *outro* em quem ele deve transformar-se? É o *alfabetizado*”, ou, como propõe Pfeiffer (2015, p. 104), “[...] um *sujeito urbano escolarizado* (Pfeiffer, 1997): um sujeito inserido e tomado em e por uma sociedade que constrói seus espaços de significação tocados de uma só vez pelos sentidos do letramento e da urbanização, em uma palavra, civilização”.

Penso no que isso significa, e no processo de alfabetização para o sujeito brasileiro que habitava a fronteira e frequentava a escola argentina de Barracón, tendo em vista que ele deveria se transformar em um outro *alfabetizado*, e, além disso, que sua alfabetização não acontecia no Brasil, mas numa escola argentina. Consequentemente, o sujeito fronteiriço (brasileiro) seria afetado pela *escrita alfabética* espanhola, língua essa que o marcaria e também o identificaria. Conforme Silva (1996, p. 156), “ao me tornar alfabetizado devo aprender o alfabeto como também mudar o caráter, preenchendo a falta e eliminando, ‘erradicando’ o analfabetismo”.

Pelo que explanei nesta seção, identifico que se destaca o funcionamento de sentidos em relação a um “*sujeito urbano*

escolarizado com a escrita, com a leitura” (Silva; Pfeiffer, 2014, p. 89), por sua vez, sentidos em relação à cidade.

5.3.2 O hino argentino e sua relação com a pátria

Os anos 1930 constituíram um momento significativo de “reafirmção do português como *língua nacional* diante dos imigrantes” (Payer, 2006, p. 60). Nesse contexto, “adquiriram ênfase as concepções de *idioma pátrio* e de *língua pátria*, explicitamente abordados neste momento como ‘elementos de soberania nacional’”. Assim, “ganhou relevância neste sentido toda uma disputa em torno da definição dos símbolos da República Brasileira (bandeira, hino, herói nacional etc.), junto com a sua propagação e exaltação” (Payer, 2006, p. 70).

Quando reflito sobre os sujeitos fronteiriços, mais especificamente, filhos de brasileiros, significados na (Sd₂₁) enquanto aqueles que aprendiam a cantar o hino argentino, “como se fosse o de sua pátria”, é preciso considerar, tal como apresentei antes, que *idioma pátrio* e *língua pátria* já eram abordados como elementos de soberania nacional nos anos 1930. A princípio, compreendo que há um desligamento entre *idioma pátrio* e *língua pátria*, produzindo um deslizamento de sentidos, um *efeito metafórico*, que, de acordo com Pêcheux (2010 [1969], p. 96), é “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual [...], esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”. Segundo Orlandi (2008a, p. 184, grifo próprio), “a *língua*, enquanto *idioma oficial*, está vinculada à ideia de *país*, de *pátria*, de *povo*”. Sendo assim, a língua também se constitui na relação com a pátria e com seus sentidos de “[...] país em que nascemos. Qualquer terra ou localidade, em que nascemos [...]. Nacionalidade. Berço (Lat. *patria*)” (Figueiredo, 1913, p. 1511).

De acordo com o relato, se produz a evidência de que os brasileiros que nasciam no território catarinense eram registrados como argentinos em Barracón. Contudo, isso não representa que, de fato, haviam nascido na Argentina, que eram cidadãos

argentinos, que a Argentina era sua pátria. E aí aparece o furo e os sentidos deslizam, porque eles são significados enquanto aqueles que aprendiam a cantar o hino argentino “como se fosse” o de sua pátria, ou seja, “como seu hino nacional”, como aqueles que eram alfabetizados na língua espanhola, na escola argentina, mas sendo significados como brasileiros e não como argentinos. Nesse *discurso sobre eles*, o Estado significa esse sujeito como *desnacionalizado*, ou melhor, do lugar do Estado esse sujeito não é reconhecido como “brasileiro autêntico”.

Tais considerações apontam para as formulações de Celada (2002), quando ela explora o significante *familiar*, o qual, no seu entender, é recorrente na discursividade do brasileiro sobre a língua espanhola. Nesse estudo, a autora cita uma formulação de Vieira (1996)⁵⁸ com relação ao leitor brasileiro de literatura espanhola. Segundo essa pesquisadora,

[...] há na condição desse leitor a marca um tanto contraditória do ‘estrangeiro-familiar’, pois as semelhanças entre as duas línguas, por um lado, criam zonas permeáveis em suas fronteiras e, por outro, não deixam apagar os traços da identidade estrangeira (Vieira, 1996, p. 114 *apud* Celada, 2002, p. 186).

Considero que a observação da pesquisadora está restrita a uma relação específica, mas ajuda-me a pensar acerca de questões postas nesta pesquisa. A *marca um tanto contraditória do “estrangeiro-familiar”* (Celada, 2002) se apresenta e mostra como a língua se abre para o equívoco: os sujeitos fronteiriços brasileiros são significados como aqueles que aprendiam a cantar o hino argentino “como se fosse” o de sua pátria; contudo, o que se apresenta como evidência pode funcionar de outro modo.

Assim, seria importante levar em conta que se pode cantar o hino argentino de diferentes modos: enquanto um estrangeiro que se relaciona com as instituições nacionais e seus símbolos;

⁵⁸ Vieira (1996, p. 113-117).

enquanto um brasileiro que se torna um argentino, desnacionalizando-se, passando a se significar como argentino; ou, ainda, como aquele que se movimenta entre nações e seus símbolos, significando-se na movência dos pertencimentos ou do frequentar, construindo a possibilidade de se constituir na relação entre as nações. Conforme Sturza (2010, p. 345): “Na condição de viverem [os sujeitos fronteiriços] nos limites territoriais do estado nacional, se relacionam com a exterioridade à medida que é o vizinho é também o estrangeiro; é outro país, é outra língua”. Contudo, complementa a autora, “ao mesmo tempo, é o vizinho sendo o próximo, por estarem neste espaço fronteiriço constituído pela existência e confluência de elementos de identificação social e cultural comuns”.

Naturalmente, essas possibilidades – dentre outras – buscam apenas suspender a evidência instituída e não recategorizar os sujeitos que, em minha posição teórica, são tomados, por princípio, como moventes. Dessa maneira, se não posso afirmar que a língua espanhola e o hino argentino significam como estrangeiros ou não para esses sujeitos, posso dizer, com base em Celada (2002, p. 254), que a situação de contato entre as línguas espanhola e portuguesa na fronteira revela-se como *estranhamente familiar*.

5.3.3 O sujeito letrado não autorizado

Para começar, agrego à discussão alguns aspectos da reflexão de Pfeiffer (2001, p. 89), a respeito da escrita e também sobre o *sujeito letrado não autorizado*, ou seja,

[...] o sujeito que tendo ou não passado pela escola, por se encontrar em uma sociedade escolarizada, precisa se submeter ao processo de legitimação de seu dizer que passa pelos sentidos da escolarização. Isto é, inscrevendo-se ou não historicamente, é preciso que este sujeito dê sentido ao dizer, fazer sentido aí pressupõe ganhar legitimidade, ser autorizado. [...] muitas vezes o sujeito, no gesto mesmo de se inscrever na história, tem sua inscrição apagada pela

desconsideração de seus sentidos: seus sentidos são imobilizados no *sem sentido* (Orlandi, 1992). [...] a escrita funciona também na direção de tomar os sentidos do lugar do sujeito letrado não-autorizado como visibilidade de uma sua incapacidade).

Silva (1998, p. 199) destaca que, “no Ocidente, historicamente, a leitura e a escrita sempre foram instrumentos para a formação do homem político, do cidadão do Estado Moderno”, e no Brasil, conforme a autora, “ocorre um deslizamento inicial em que o domínio da escrita [...], significa, primeiro, a possibilidade de ser homem, isto é, civilizado” (Silva, 1998, p. 199).

Ser civilizado entra em relação de sentido com a língua, com o conhecimento dessa língua. Dominar a escrita da língua portuguesa, assim como o hino nacional brasileiro, significa também inscrever-se no ideal de unidade do Estado nacional, produzido pela unidade da língua nacional brasileira, a qual é elemento decisivo na construção da identidade do povo brasileiro e na produção do efeito de evidência e transparência da língua. Por outro lado, os sentidos desencadeados pelo enunciado “Os filhos dos brasileiros, para não ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon, onde aprendiam a cantar o hymno da nação amiga, como sendo o de sua pátria” (Sd₂₁) se ligam aos sentidos de *o sujeito letrado não autorizado* e aos do *sujeito desnacionalizado*, ou seja, aos sentidos que ora se deslocam, ora se estabilizam no *sem sentido* (Orlandi, 2007).

Para Pfeiffer (2001, p. 89), “faz parte dos sentidos que fundam o processo de desautorização do dizer do sujeito moderno, do sujeito da igualdade, a imputação da responsabilidade ao indivíduo que fala o sem-sentido”.

Resulta enquanto efeito que é responsabilidade dos sujeitos fronteiriços brasileiros não estarem “claramente” inscritos na língua portuguesa e não dominarem sua escrita, sentidos que deslizam para os de *o sujeito não civilizado*. Posso dizer, ainda, a partir dos estudos de Pfeiffer (2001), que o enunciado apresentado

anteriormente traz marcas da força da resistência imaginária (ideológica) que vê na diferença somente o *sem sentido*.

Pfeiffer (2015), ao introduzir sua principal questão nessa reflexão, qual seja, “a memória discursiva que os diferentes discursos sobre a língua constituem sobre e para o sujeito de linguagem brasileiro”, afirma que “a escola é o lugar por excelência remetido à tarefa de ensinar a língua portuguesa”; é mediante o processo de gramatização brasileiro que essa língua se configurou como “nacional, oficial e materna dos brasileiros, produzindo uma coincidência histórica entre estas línguas que não são iguais (Pfeiffer, 2005, 2009, 2014)”⁵⁹ (Pfeiffer, 2015, p. 99-100).

Enfim a língua nacional, necessária, passa a funcionar como uma evidência: ela é a língua materna de cada um de nós. Naturaliza-se a coincidência institucionalizada como uma evidência – *memória institucionalizada*. E o espaço escolar é fundamental nesse processo de legitimação (Pfeiffer, 2011, p. 102).

Nesse sentido, “tudo se passa como se o sujeito de linguagem brasileiro fosse à escola para aprender a sua língua materna e não a língua nacional, ambas retomadas na opacidade da designação ‘língua portuguesa’” (Pfeiffer, 2011, p. 99), mas isso está na ordem do imaginário. Assim, a autora complementa: “[...] se a língua nacional fosse o objeto evidente de aquisição na escola, seria possível inclusive, e por isso mesmo, que se fizesse a diferença entre aprender *sobre* a língua (nacional, portuguesa, oficial) e, como se passa, aprender *a* língua materna)” (Pfeiffer, 2011, p. 99).

Considerando que a língua em funcionamento na fronteira é significada como “uma mistura de português e castelhano” (Sd₂₁)⁶⁰,

⁵⁹ Para leituras sobre memória da/na língua e as dimensões da língua, dentre elas a nacional e a materna, a autora faz alusão aos trabalhos de Payer (2006, 2007, 2011) e sobre os processos de identificação na escola (Payer, 2013).

⁶⁰ Essa língua não coincide com aquela que atualmente [século XXI] se aprende na escola argentina, na região fronteiriça de Misiones, tal como analisei em Lemos (2009). Para tanto, no referido artigo, retomo Camblong (2004, p. 16), quando esta

observo que essa língua não corresponde com o que se descreve, no relato, sobre a língua nacional brasileira na sua relação com a escola.

Na situação brasileira o Estado não considera a diversidade como um princípio de sua política linguística. O Estado define suas línguas e regula essas línguas em sua unidade (Orlandi, 1998). “Não há Estado sem unidade (tendencial, imaginária, talvez, mas necessária)” (Orlandi, 1998, p. 11). Para Guimarães e Orlandi (1996, p. 14):

[...] o poder, em uma forma de Estado como a nossa, funciona ao mesmo tempo sob o modo de um sistema jurídico concentrado em um centro único e sob o modo sociologista de uma absorção negociada da diversidade. No caso da língua, as diferenças, reconhecidas, no entanto se anulam no processo de constituição da identidade nacional.

De acordo com Orlandi (1998, p. 10), “os indigenismos, os africanismos, os provincianismos, os regionalismos aparecem como diferenças ‘domesticadas’, enquanto características do Brasil”, ou seja, tais diferenças são referidas à unidade da língua nacional, organizam-se em relação a essa unidade (português do Brasil). Nesse sentido, a diversidade dos falares da fronteira, tal como especifiquei acima, é referida à unidade da língua nacional.

Mariani (2004, p. 28), quando reflete sobre o processo de colonização linguística, dentre outras questões, afirma: “Se, de um lado, há um encontro da língua de colonização com outras (europeias, indígenas ou africanas), de outro, há um lento

autora aborda a circunstância em que uma criança – mais especificamente aquela que habita a fronteira de Misiones (Argentina) com o Brasil, cuja língua familiar não é a “língua oficial” – chega à escola, lugar em que a suposição mais consolidada e naturalizada é “fazer como se” se tratasse de um falante de espanhol. Camblong (2004) enfatiza a estranheza que esse novo espaço representa para a criança, como “violento e profundamente doloroso”. A situação – que a autora chama de umbral e que define como uma encruzilhada semiótica de extrema dificuldade – se manifesta no mutismo, no isolamento, no pranto, nas posturas corporais, na gestualidade, nas táticas defensivas e de resistência (Lemos, 2009, p. 1).

‘desencontro’ dessa língua consigo mesma”. Ao pensar em como funcionaria essa dicotomia encontro/desencontro apontada pela autora em relação ao *corpus* desta pesquisa, é possível afirmar que há um “encontro” da língua portuguesa com a língua espanhola e com outras que podem funcionar na fronteira, assim como ocorre um “desencontro” da língua portuguesa consigo mesma, pois nessa língua há traços de outras.

Nesses processos de imposição da língua nacional, na obviedade de que na escola se ensina/se aprende essa língua, sendo a escola entendida nesses discursos como o “lugar correto do bem dizer” (Pfeiffer; Silva, 2014, p. 96), ocorre um apagamento da língua materna. Vale destacar, a partir dos estudos de Payer (2009a, p. 5), que

[...] a língua nacional, enquanto língua difundida e cultivada pelo Estado, que mesmo se pressionada em sua ‘forma material’ pela presença de outras línguas, permanece política e imaginariamente una, conforme Orlandi (2001). Una em sua imagem de unitária em um território e também una na imagem de ‘sistema’ fixo.

De outra maneira, ensinar/aprender uma só língua (língua portuguesa), no espaço de fronteira em análise, significa silenciar a língua espanhola, apagar seus sentidos, a qual também constitui a língua materna dos sujeitos fronteiriços brasileiros. Ao considerar essa perspectiva é importante enfatizar, conforme Payer (1999, p. 119), que “a língua materna, no sentido de língua constitutiva, pode chegar a se formar a partir de mais de uma materialidade linguística”. Lembrando também, de acordo com Sturza e Fernandes (2009, p. 227), que “para as comunidades linguísticas assentadas entre as fronteiras brasileiras, tanto o português como o espanhol são línguas maternas”.

Em outras palavras, considerar apenas a língua portuguesa significa apagar a alteridade como elemento da “mistura” de línguas, ou melhor, *o outro português* e *o outro espanhol* para elevar a singularidade/particularidade da língua portuguesa como língua nacional. Ainda, significa apagar *o outro brasileiro* de fronteira que

fala *outro português*. Em síntese, há um *já-lá-dito* que exclui esse sujeito fronteiriço, esse sujeito dividido, que está no entremeio das línguas portuguesa e espanhola e nega essa língua dita misturada. Ao negar, se fala dela: “A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano [...]” (Sd₂₁, grifo próprio). Por isso, devo acrescentar que nas menções às línguas nos relatos em análise, neste capítulo, aparece o “português”, o “espanhol”, a língua nacional (brasileira) e a “mistura” de português e espanhol. Poderia considerar três línguas em jogo: a língua portuguesa, a língua espanhola e a língua que é “uma mistura”. Duas são nacionais; a outra, embora não o seja, é significada como língua enquanto uma “mistura” de línguas, que não é nacional, mas vai na direção da desnacionalização.

Quando me refiro ao sujeito fronteiriço (brasileiro) e à sua língua, significada nos relatos como “uma mistura de português e castelhano” (Sd₂₁), interpreto que a forma material dessa língua é opaca, carregada de sentidos, e apagá-la significa também violentar sua singularidade, extinguir as relações políticas, históricas e ideológicas em funcionamento na fronteira e que constituem a relação desse sujeito com a língua portuguesa e com a língua espanhola, dentre outras que possam funcionar nesse espaço.

Tendo em vista os discursos sobre a fronteira, foi possível analisar como os discursos que definem o sujeito fronteiriço (brasileiro) constituem processos de significação em que a negação tem forte papel, ao ser significado como *segregado, letrado não autorizado, não civilizado, sem sentido, desnacionalizado*. Essas caracterizações fazem parte do funcionamento imaginário da sociedade brasileira, por sua vez determinado pelo *discurso sobre a língua* e pelas políticas linguísticas de Estado, o que pode explicar a posição ocupada pelo viajante (autor do relato) e pela comitiva do governador de estado no *corpus* desta pesquisa.

Poderia dizer que esse sujeito estaria na contradição entre duas unidades (inter)nacionais: Brasil-Argentina e interpelado por duas línguas de colonização, português/espanhol, e para significar tem como memória o já-dito europeu. Nesse sentido, compreendo

que a divisão, a fronteira (inter)nacional entre os Estados (Brasil-Argentina) opera não apenas pela demarcação por meio de leis e tratados de limites (questão político-jurídica), mas também pela disjunção dos espaços, das línguas e dos sujeitos.

5.3.4 Discursos da/na escola argentina de Barracón

A seguir, apresento uma sequência discursiva selecionada do relato de Costa (1929, p. 50, grifo próprio) sobre a escola de Barracón, no lado argentino:

(Sd₂₆) *A escola de Barracon, com um farto aparelhamento didactico, tem as suas paredes repletas de quadros allusivos às magnas datas argentinas e grandes retratos dos filhos illustres da nação visinha. Vimos a batalha de Ituzaingo, com o general Alvear à frente da cavallaria. Um quadro com a junta proclamadora da independencia; outro da promulgação da constituição. Lá estão San Martín, Moreno, Mitre, Sarmiento.*

Objetivando melhor compreender esses discursos, considero que D'Eça (1992, p. 108 *apud* Flores; Serpa, 2005, p. 143), no artigo “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina”, o qual faz parte de *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, relata que, ao visitar uma escola, a comitiva do governador lamentava a “dolorosa” situação:

(Sd₂₇) E freqüentam uma escola argentina?
– Que fazer, não temos escolas brasileiras.
– Assista usted...
– *Quais os grandes vultos da história de nossa pátria?* – pergunta o professor argentino.
– *San Martín, Sarmiento, Rivadavia, Mitre...* – responde, em castelhano, a criança brasileira (D'Eça, 1992, p. 109, grifo próprio).

Realço, em primeiro lugar, que a pergunta “Quais os grandes vultos da história de nossa pátria?” é uma pergunta cujas condições de produção são muito próprias de um movimento nacionalista no Ocidente de uma maneira mais global, quer dizer, não produziria os mesmos sentidos na escola de hoje. Dito isso, se, então, trata-se de uma pergunta que caberia nesse movimento nacionalista e poderia ter sido feita em português ou em espanhol, no Brasil ou na Argentina, fazendo todo o sentido, o que produz a indignação no relato? Como posso entender, em “nossa pátria” o plural da primeira pessoa do pronome possessivo não produz ruído ao lado de pátria, já que se trata de uma pergunta evidente em ambos os países.

O que produz ruído é a não coincidência de algo que deveria ser unívoco, mas que pela dispersão materializada na evidência opaca de “nossa pátria” desliza: o referente discursivo de heróis e a língua por meio da qual se constrói esse referente. Considerando que a criança é brasileira, “nossa pátria” deveria ter sido significada como a brasileira, em um mundo semanticamente estável, como diria Pêcheux. Em contrapartida, essa criança brasileira responde em espanhol e fala dos “heróis” argentinos: “San Martín, Sarmiento, Rivadavia, Mitre”, ou seja, o ruído está na resposta da criança, pois não coincide com o “esperável”, isto é, não coincide com o *que se vê e se ouve*: uma criança brasileira falando em espanhol e respondendo pelos “heróis” argentinos.

Por conseguinte, os enunciados produzidos pela criança brasileira, significada como sujeito-aluno na escola argentina podem ter as características tanto da língua portuguesa como da língua espanhola. No exemplo analisado, posso dizer que, embora a língua portuguesa constitua o sujeito-aluno, este também se constrói na língua espanhola e no espaço da escola argentina.

Dessa forma, compreendo que, de um lado, esses discursos materializam as condições de produção de um movimento nacionalista e, de outro, mostram o processo de dessignificação dessa nacionalização que o Estado vai produzindo sobre o sujeito fronteiro (brasileiro), como aquele que não responde adequadamente à pátria.

Ainda, por meio de seus rituais e de suas práticas escolares, o discurso da escola vai produzindo essa estabilização contraditória. No caso da presente análise, a criança brasileira, significada como sujeito-aluno na escola argentina deve saber que San Martín desempenhou papel crucial nos movimentos de independência dos países sul-americanos, que Sarmiento, Rivadavia e Mitre foram presidentes da Argentina, etc. “Sem esquecer que ‘saber’ é ‘saber dizer’” (Orlandi, 2002, p. 207). O professor “passa o conhecimento” e a informação e cobra do aluno a mera reprodução. Nesse sentido, o sujeito-aluno é significado enquanto aquele que responde prontamente à pergunta do professor, da forma esperada, da forma “correta”. Assim, no espaço da escola argentina, com professores argentinos, no território argentino e dentro de uma formação ideológica nacionalista, a pergunta “Quais os grandes vultos da história de nossa pátria?” faz sentido, assim como faz sentido a resposta do aluno: “San Martín, Sarmiento, Rivadavia, Mitre”.

Ao concluir este capítulo, afirmo que o efeito de estranhamento produzido pela pergunta “E frequentam uma escola argentina?” (Sdz) se identifica com “esses discursos – esse saber – que ninguém pode deixar de ter, se frequentou a escola”, como ensina Orlandi (2002, p. 208). O viajante (autor do relato) e as demais pessoas que acompanhavam o governador supostamente frequentaram a escola e foram tocados pelos discursos e relações que constituíam o linguajeiro escolar. À vista disso, ao se posicionarem como sujeitos, trazem à tona o imaginário de língua que construíram em suas experiências, em suas práticas linguísticas escolares: a língua “correta”, a língua ensinada na escola; sobretudo, a comitiva do governador se posiciona no discurso do lugar do Estado. Nessa perspectiva, o imaginário de língua constituído por esses sujeitos é o da língua portuguesa como língua nacional, e a escola onde essa língua deve ser ensinada é a brasileira – sem espaço para outras possibilidades além de uma relação estável e fechada: um território, um povo, uma língua, uma nação.

Considerações finais

Pretendo, aqui, fazer uma exposição dos principais pontos abordados nesta pesquisa, a partir da análise dos relatos de viagens que integraram o *corpus*. Para isso, mantive o foco no objeto de pesquisa de doutorado: a constituição do espaço de fronteira e de suas divisões.

As análises mostram pontos de convergência entre os relatos analisados que dizem respeito à relação entre cidade, Estado e nação com seus elementos constitutivos, como passo a apresentar. Tanto o relato *Pela fronteira* como o de Costa (1929) e o de Boiteux (1931), contidos na obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, significam o espaço de fronteira como um *espaço vazio* e produzem uma interpelação do sujeito e do espaço fronteiro pelo Estado, por meio de suas instituições.

No primeiro relato, esses processos estão sustentados pelo Exército e, nos outros dois, pela estrutura jurídico-administrativa do governo do estado de Santa Catarina.

No relato de viagem *Pela fronteira*, o sujeito de discurso toma contato com a natureza interpelado pela ideologia jurídica e pelo pensamento científico moderno e, mais especificamente, a natureza é apreendida pelo viés de discursos que atualizam a memória bélica, que está ligada, em particular, à defesa da fronteira e da unidade territorial do Estado. É significando-se na memória bélica que esse espaço passa a “ter existência” enquanto território pertencente ao Estado. Convém destacar, também, a partir das análises, a “necessidade” de que os sujeitos locais “sejam civilizados” pelo Estado, pela instauração do povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira sobre “o sertão”.

Ressalto das análises desse relato que os processos de identificação subjetivos (identificação ao Estado por meio das leis ou mobilizada pelo processo de nomeação do povoado) *não se dão no vazio*, mas são *situados espacialmente*, têm uma materialidade

espacial – o povoado Dionísio Cerqueira. No que tange à apropriação do espaço pelo Estado, ela se efetua pela divisão/fronteira dos sujeitos (relacionada ao imaginário de um sujeito “brasileiro autêntico”), das línguas (relacionada ao imaginário do português como uma língua homogênea, civilizada, racional contra a ideia de “mistura” de espanhol e guarani) e do espaço (ligada ao *civilizado*, à cidade), onde está em jogo a constituição e preservação da unidade do Estado por meio de um discurso militar.

Com as análises dos relatos contidos na obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, dei continuidade às discussões realizadas acerca do relato *Pela fronteira*, embora em condições de produção distintas. Convém lembrar que o objetivo central da viagem do governador Adolfo Konder pelas áreas de fronteiras era a interiorização do país e tal processo se estabelecia por meio da construção da *brasilidade*, a premência da ocupação do Oeste catarinense, como expansão do processo “civilizador” para o interior e pelo “preenchimento” dos espaços considerados “vazios”. Nessa direção, tanto o texto de Costa (1929) quanto o de Boiteux (1931), os quais integram a referida obra, coincidem em relatar a necessidade de “civilização” de Dionísio Cerqueira em cidade.

Por meio do relato de Boiteux (1931), funciona um imaginário de espaço constituído pelo discurso sobreposto ao espaço fronteiriço como se esse fosse um espaço não habitado; essa concepção do espaço como natural faz emergir marcas de um discurso colonizador. De forma semelhante, no relato de Costa (1929), estabelece-se um processo de dessignificação sobre o espaço, pelo valor dos elementos “rincão” e uma “orla do país”; como efeito, o povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira e a fronteira vão sendo produzidos como espaços distantes de centros urbanos, em particular, da capital do estado de Santa Catarina, isto é, à margem da ação do Estado e de seus símbolos (bandeira, hino e outros) e instituições (cartório, escola e outros), cujos sentidos se associam aos construídos para “floresta” e “sertão”, nas

formulações sobre a implantação da cidade de Dionísio Cerqueira, conforme analisei a partir do relato *Pela fronteira*.

Devo destacar, ainda, por meio das análises dos relatos que compõem a obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, que as instituições jurídicas do Estado irrompem na produção desse espaço “preenchendo” o *espaço vazio*. Isso me conduziu a compreender que, somente pela interpelação pelo Estado, por meio das instituições jurídicas, os sujeitos passam a “ter existência”, deixam de ser apagados, e o espaço “deixa de ser vazio”, passa a “ser ocupado”, “preenchido” pelos sujeitos identificados ao Estado. Ou seja, é a presença do Estado que “dá existência” jurídica ao espaço de Dionísio Cerqueira como um *espaço de direito*.

Nesse ponto, assinalo que, a partir das análises realizadas acerca do enunciado “*Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política*” (Sd₂₁, grifo próprio), compreendi como a estrutura das substituições negativas ressalta no âmbito da cidade de Dionísio Cerqueira a ausência de escola, justiça, administração, organização política e a presença desses elementos constitutivos em Barracón (Argentina). Assim, relacionei essas substituições negativas aos discursos sobre o estabelecimento do povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira e a instauração do Estado/Nação nesse espaço fronteiriço – o que implicou legitimar as autoridades brasileiras, as leis brasileiras, a vigilância à fronteira e outras, como analisei a partir do relato *Pela fronteira*.

Tal como nos modos de produção do espaço, a negação tem forte papel nos discursos que definem o sujeito, como foi possível compreender em *segregado, letrado não autorizado, não civilizado, sem sentido, desnacionalizado, estrangeiro*, cujas caracterizações são atravessadas pelo efeito imaginário da sociedade brasileira, por sua vez determinado pelo *discurso sobre a língua e pelas políticas linguísticas de Estado*.

Indo por essa direção, a língua também é significada na falta e precisa ser “preenchida”, considerando-se que “mistura” significa negativamente em razão da falta de escola onde se ensina português,

o que leva, segundo o relato, à *desnacionalização*. Assim, haver a “mistura” de línguas é tido como uma substituição negativa à própria ideia de nação. Convém acrescentar que nas menções às línguas, nos relatos analisados nesta pesquisa, aparece o “português”, o “espanhol”, a língua nacional (brasileira) e a “mistura” de espanhol e guarani e de português e espanhol. Desse modo, seria possível considerar três línguas em jogo: a língua portuguesa, a língua espanhola – como línguas nacionais – e a língua que é “uma mistura” – que vai na direção da *desnacionalização*.

De modo geral, a partir das análises dos relatos, funciona um discurso que participa da constituição da fronteira político-territorial, pelo viés do Estado, ou seja, da “linha divisória” que é “fixada” entre os Estados (inter)nacionais por meio de decisões político-jurídicas. Isso fica evidenciado nos gestos de interpretação do viajante no relato *Pela fronteira*. Aliam-se a esses discursos de (re)divisão do espaço de fronteira e de posse do Estado sobre o povoado discursos que significam o espaço de Dionísio Cerqueira enquanto um espaço a “enfrentar” o povoado limítrofe de Barracón (Argentina).

Em relação aos relatos que compõem a obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*, também identifiquei efeitos de sentido que sinalizam para uma separação entre territórios, para uma (re)divisão entre os Estados (inter)nacionais, Brasil-Argentina, nesse caso, tendo em vista a ideologia jurídica e as tentativas de homogeneização e de organização do espaço da cidade de Dionísio Cerqueira no território brasileiro. Nesse sentido, compreendi que a divisão, a fronteira (inter)nacional entre os Estados (Brasil-Argentina) opera não apenas pela demarcação por meio de leis e tratados de limites (questão político-jurídica), mas também pela disjunção dos espaços, das línguas e dos sujeitos.

Para finalizar os registros deste livro, e levando em consideração as reflexões expostas, considero não ser possível dissociar a demarcação geopolítica, a *linha fixa*, identificada a um *espaço imaginariamente estabilizado* – uma fronteira “traçada” – de uma fronteira “vívda”, *carregada de conteúdo social* (Sturza, 2010, p.

343), identificada a um *espaço móvel, fluido*, embora não haja uma coincidência entre uma fronteira “traçada” e outra fronteira “vivida” socialmente. Desse modo, de minha perspectiva e conforme o arquivo exposto, reafirmo que o processo de produção do espaço de fronteira não se dá apenas como um gesto político-jurídico, mas como um processo de produção de sentidos e sujeitos.

Referências

ARANHA, B. P. L. *De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens à terra do mate (1882-1898)*. 2014. 182 p. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

BARBOSA FILHO, F. R. *O discurso antiafricano na Bahia do século XIX*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, 270 p.

BARROS, V. L. F. *A colônia militar do Chopim: 1882 a 1909*. 1980. 224 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERNÁRDEZ, M. *De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico a Corrientes y Misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas*. 2. ed. Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, 1901.

BLOOM, D. E.; GRENIER, G. Economic perspectives on language: the relative value of bilingualism in Canada and the United States. In: CRAWFORD, J. *Languages loyalties: a source book on the official English controversy*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1992.

BOITEUX, J. A. Oeste Catharinense (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira). Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão, 1931. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005, p. 81-105.

BORBA, N. Excursão ao Salto da Guahyra ou Sete Quedas, pelo capitão Nestor Borba – Notas e considerações geraes, pelo engenheiro André Rebouças. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXI, p. 65-87, 1898.

BRANCO, L. K. A. C. *A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa*. 2013. 325 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CAMBLONG, A. M. Ensayo: Habitar la frontera, un viaje perpetuo a lo paradójico, 2004. (Inédito).

CAMBLONG, A. M. Habitar la frontera. In: VELÁZQUEZ, T. (org.). *Fronteras – de Signis* 13. Buenos Aires: La Crujía, 2009, p. 125-133.

CAROLLO, C. L. *Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Livraria Editora do Chain e Banco do Estado do Paraná, 1991.

CARVALHO, D. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

CELADA, M. T. *O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira*. 2002. 277p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA – CEOM (org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.

CORTEZ, A. I. P. Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. *Revista Latino-Americana de História* - Unisinos, São Leopoldo, v. 2, n. 8, p. 141-160, out./2013.

COSTA, A. F. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (org.). *A viagem de*

1929: *Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005, p. 19-79.

COSTA, G. C. *Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos*. 2011. 166 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Vanice Sargentini (org.). São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CRESTANI, L. A. Da fronteira imaginada à fronteira a ser colonizada: índios, imigrantes e colonos nos relatos de viajantes argentinos e brasileiros nos séculos XIX e XX. *Tempo da Ciência*, Toledo, v. 22, n. 44, p. 61-70, 2º sem. 2015.

D'EÇA, O. G. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: FCC: Ed. da UFSC, 1992 [1929].

DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional. As bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. 1995. 161p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

ELLIOT, J. H. Resumo do itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itareré, Paranapanema, e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exm. Sr. barão de Antonina. *Revista Trimensal de Historia e Geographia*, Rio de Janeiro, tomo IX, p. 17-42, 1847.

FEDATTO, C. P. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

FERRARI, M. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)*. 2011. 445p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FIGUEIREDO, C. *Novo dicionário da língua portuguesa*. The Project Gutenberg EBook, Portugal, 2010 [1913]. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/cache/epub/31552/pg31552images.html> (EBook #31552). Acesso em: 30 out. 2018.

FLORES, M. B. R.; SERPA, E. C. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005, p. 129-153.

FRAGOSO, E. A. *A relação entre língua (escrita) e literatura (escritura) na perspectiva da história da língua no Brasil*. 2001. 204 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO – FUNAG. *Relatórios do Ministério*. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/colecoes-historicas/relatorios-do-ministerio> Acesso em: 09 abr. 2025.

GADET, F. *et al.* Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011 [1982], p. 55-71.

GONZÁLEZ, N. T. M. ¿Y qué hacemos con el portuñol? O duela a quien duela, viva la cueca-cuela. *Revista de la APEESP*, São Paulo, Año II, n. 4, p. 18-22, jul. /dez. 1992.

GUIMARÃES, E. Um mapa e suas ruas. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001, p. 95-100.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. Identidade lingüística. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.

HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.

HEINSFELD, A. *Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC*. São Paulo: Perse, 2014.

INDURSKY, F. A luta pela terra: borrando limites entre o rural e o urbano. In: RODRIGUES, E. A. et al. (org.). *Análise de discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011, p. 197-220.

KROETZ, L. R. *As estradas de ferro do Paraná 1880-1940*. 1985. 201 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LE MOS, M. A. Análise de Discursos sobre escola Argentina e Barracón por meio de relatos de viagens. In: FLORES, G. B. et al. (org.). *Discurso, Cultura e Mídia: pesquisas em rede*. Vol. 4. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021, p. 434-446.

LE MOS, M. A. Aspectos da taciturnidade dos sujeitos na escola – indícios de um vazio de memória com relação à língua espanhola. In: Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística, 1, 2009, Uberlândia. *Anais do SILEL*, Uberlândia: EDUFU, v.1, n. 1, p. 1-8, 2009.

LE MOS, M. A. *Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens*. 211 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

LE MOS, M. A.; RAGIEVICZ, M. F. Patuá, Hespagnol e Guarany: da Fronteira da Língua ao Limiar do Discurso. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, nº 59, p. 313-326, jul.-dez. 2020.

LIMA, F. C. Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava (1809). *Revista Trimensal de Historia e Geographia*, Rio de Janeiro, tomo quarto, p. 43-64, 1842.

LOPES, J. F. Itinerario de Joaquim Francisco Lopes, encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a Provincia de S. Paulo e a de Matto-Grosso pelo Baixo Paraguay. *Revista Trimensal de Historia e Geographia*, Rio de Janeiro, tomo XIII, p. 315-335, 1850.

LORENZETTI, F. L. O futuro paranaense em seu meio natural: a escrita de Domingos Nascimento e a produção de uma identidade ao Paraná no início do século XX. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*, Irati, v. 1, n. 1, p. 45-59, jan./jul. 2010.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998, p. 41-47.

MARANGONI, J. B. *Governar é povoar: a influência alberdiana na organização do Estado argentino nos meados do século XIX*. 2007. 130 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2007.

MARIANI, B. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922–1989)*. 1996. 256 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MARIANI, B. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. *Revista Encontros de Vista*, Recife, 2. ed., p. 1-12, jul./dez. 2008.

MIGNOLO, W. D. *Habitar la frontera: Sentir y pensar la descolonialidad* (antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB y UACJ, 2015.

- MODESTI, T. *A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)*. 2011. 147 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- MURARO, V. F. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016, p. 167-189.
- MYSKIW, A. M. *A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: UFF, 2011.
- MYSKIW, A. M. Os viajantes e seus relatos. Guarapuava: Unicentro, 2008. (Inédito).
- MYSKIW, A. M. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016, p. 43-72.
- NASCIMENTO, D. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia da República, 1903.
- NASCIMENTO, J. F. T. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná e relações que teve com os índios coroados, mais bravios daquelles lugares. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*, Rio de Janeiro, tomo XLIX, p. 267-281, 1886.
- NUNES, J. H. *A construção dos leitores nos discursos dos viajantes e missionários*. 1992. 220 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- NUNES, J. H. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP; Pontes, 2002, p. 99-120.

NUNES, K. L. D. *Santa Catarina no caminho da revolução de trinta: memórias de combates (1929-1931)*. 2009. 407 p. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ORLANDI, E. P. A cidade como espaço político-simbólico: textualização e sentido público. In: ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001b, p.185-214.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999a.

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: ORLANDI, E. P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres-MT: Unemat Editora, 2001a, p. 7-20.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001c.

ORLANDI, E. P. Ética e política lingüística. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas: Pontes/Projeto HIL, n. 1, p. 7-16, jan./jun. 1998.

ORLANDI, E. P. Identidade lingüística escolar. In: SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2002, p. 203-212.

ORLANDI, E. P. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. *Revista Rua*, Campinas, v. 2, n. 21, p. 187-198, nov. 2015.

ORLANDI, E. P. N/O limiar da cidade. *Revista Rua*, Campinas, número especial, p. 7-19, 1999b.

ORLANDI, E. P. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas: Pontes/Projeto HIL, n. 4/5, p. 19-34, 2000.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008a.

ORLANDI, E. P. Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (org.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008b, p. 117-130.

PAYER, M. O. Dimensões materna e nacional das línguas. In: Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística, 1, 2009, Uberlândia. *Anais do SILEL*, Uberlândia: EDUFU, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2009a.

PAYER, M. O. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. 1999. 186 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PAYER, M. O. Memória da língua: entre a língua nacional e a língua materna. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2, 2005, Porto Alegre. *Anais do II SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 1-11.

PAYER, M. O. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PAYER, M. O. Memória, Língua, Ensino. In: XXIII Encontro Nacional da ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. Goiânia: UFG, 2008, p. 1-3.

PAYER, M. O. O trabalho com a língua como lugar de memória. *Synergies Brésil*, n. 7, p. 37-46, 2009b.

PAYER, M. O. Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 113-123.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1969]. p. 59-106.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. [1982].

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* (org.). *Papel da memória*. Trad. e introdução José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010. [1983], p. 49-57.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Michel Pêcheux. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. [1975].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. [1975], p. 159-249.

PEREIRA, R. B. R. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2, p. 187-244, abr./jun. 1945. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n2.pdf. Acesso em: 4 dez. 2018.

PETRI, V. De “Garganta do diabo” para “Ponte sobre o Vale do Menino Deus”: Reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. *Revista Rua*, Campinas, v. 1, n. 16, p. 66-82, jun. 2010.

PFEIFFER, C. C. Discursos sobre a língua escolarizada, leituras possíveis. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (org.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes Editores, v.1, 2015. p. 95-108.

PFEIFFER, C. C. Instrumentos linguísticos, ensino e políticas públicas. Uma relação na história das ideias linguísticas. In: VALENTE, A. C.; PEREIRA, M. T. G. (org.). *Língua portuguesa: descrição e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 95-106.

PFEIFFER, C. C. Sentidos para sujeito e língua nacionais. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas: Pontes/Projeto HIL, n. 7, p. 71-93, jan./jun. 2001.

PFEIFFER, C. C.; SILVA, M. V. Estado, ciência, sociedade: por entre línguas e teorias. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 87-113, jan./jun. 2014.

PINTO, L. M. S. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia Silva, 1832.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2015-2025. *Documento base*. Organizado pela Comissão Local do Plano Municipal de Educação. Decreto nº 5341/2015. Dionísio Cerqueira-SC. Disponível em: <http://www.portaltriclientes.com.br/prefdc/PLANO-MUNICIPAL-DION%C3%8DSIO-CERQUEIRA-CONCLUIDO.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

RABELO, F. D. *O problema da nacionalização do ensino no Estado do Espírito Santo*. Memorial apresentado à Comissão Nacional do Ensino Primário pelo Secretário da Educação e Saúde Dr. Fernando Duarte Rabelo. Vitória: Imprensa Oficial, 1939.

RADIN, J. C. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016, p. 146-166.

RENK, A. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005, p. 109-127.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Da religião à cultura na constituição do Estado Nacional. In: *XIX Encontro Nacional da ANPOLL –*

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. Maceió: UFAL, 2004, p. 1-8.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A. *et al.* (org.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre*. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011a, p. 243-258.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. *Língua, nação e nacionalismo*. Um estudo sobre o guarani no Paraguai. 2000. 254 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Nota sobre a noção de *cultura* e sua relação com a de *civilização*: O ocidente como observatório das formas de vida social. *Fragmentum*, n. Especial, Jul./Dez. 2018.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Políticas públicas de direito à língua e consenso etnocultural: uma reflexão crítica. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010, p. 127-160.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Unidade e dispersão do espaço urbano: o corte como dispositivo de leitura da cidade. In: TIXIER, N. *et al.* *L’ambiance est dans l’air. La dimension atmosphérique des ambiances architecturales et urbaines dans les approches environnementalistes*. Relatório do projeto de cooperação internacional PIR Ville et Environnement – CNRS – PUCA, 2009-2010. Grenoble: ENSAG, 3 volumes. Disponível em: <http://lcv.hypotheses.org/5877>. Acesso em: 27 jun. 2017.

RUIZ MORENO, I. *Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955)*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1961.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA. *Bacias hidrográficas do Paraná - Série Histórica*, Curitiba, 2010. p. 30.

SEVERO, F. *Noite nu Norte: versão anoitesida*. Montevideo: Kapparazon, 2017.

SILVA, A. M. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Recopilado. Tomo segundo: F-Z. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, C. L. Diário da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao rio Paranan, por Camilo Lellis da Silva, P. d'Armada imperial e nacional, em 23 de maio de 1849. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXVIII, p. 5-31, 1865.

SILVA, M. V. *História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. 1998. 266 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SILVA, M. V. *História da alfabetização no Brasil: sentidos e sujeito da escolarização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SILVA, M. V. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996, p. 151-163.

SILVA, M. V.; PFEIFFER, C. C. Pedagogização do espaço urbano. *Revista Rua*, Campinas, edição especial – 20 anos, p. 87-107, 2014.

SIMÕES, S. M. R. A placa na entrada da cidade: a (re) nomeação dos seus sujeitos. *Revista Rua*, Campinas, v. 2, n. 19, p. 59-69, nov. 2013.

SOUTHEY, R. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, v. III, 1977, p. 276-277.

STROKA, M. T. *A memória em movimento: do esquecimento à lembrança*. 2013. 220 p. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2013.

STURZA, E. R. *Línguas de fronteiras e política de línguas*. Uma história das ideias linguísticas. 2006. 168 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

STURZA, E. R. No tempo e no espaço: Mapeando as línguas de fronteira. *In: Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL*, 1, 2010, Foz do Iguaçu. *Anais do I CIPLOM*, Foz do Iguaçu: Unioeste, n. 1, 2010. p. 340-346.

STURZA, E. R.; FERNANDES, I. C. S. A fronteira como novo lugar de representação do espanhol no Brasil. *Revista Signo & Señal*, Buenos Aires, n. 20, p. 207-228, jan. 2009.

STURZA, E. R.; TATSCH, J. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. *Cadernos de Letras da UFF Dossiê*, Niterói, n. 53, p. 83-98, 2016.

THOMÉ, N. *A fragilidade das fronteiras nas terras contestadas*. Caçador, 2010.

VALENTINI, D. J. A Guerra do Contestado (1912-1916). *In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (org.). História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016, p. 222-248.

VIEIRA, M. A. C. O ensino da literatura espanhola na Universidade de São Paulo. *In: Encontro de Professores de Línguas e Literaturas Estrangeiras*, 4, 1996, Assis. *Anais do IV Encontro de Professores de Línguas e Literaturas Estrangeiras*, Assis: Unesp, v. 1, seção “grupos de debates”, p. 113-117, 1996.

VOJNIAK, F. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. *In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (Org.). A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005, p. 9-16.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Cidade e Discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual. *Revista Rua*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 39-54, 1998.

**“ACTA DA INAUGURAÇÃO DA POVOAÇÃO DO PEPIRY
GUASSU”, DEPOIS “DIONISIO CERQUEIRA”**

No dia quatro de Julho do anno de mil novecentos e tres sendo Presidente da Republica o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco de Paula Rodrigues Alves e Governador do Estado do Paraná o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Xavier da Silva foi solememente inaugurada a Povoação do Pepiry-Guassú situada á margem esquerda do rio Pepiry-Guassú, distante do marco principal da cabeceira d’elle cerca de um kilometro no rumo de sueste no lugar onde o Governo do Estado mandou estabelecer uma Collectoria.

Como justa homenagem aos primeiros exploradores scientificos d’estas paragens foi resolvido dar ás oito ruas que desembocão na praça principal que ficou denominada – Praça Conselheiro Zacharias, – os nomes dos Commissarios Astronomicos e Officiaes portuguezes e Hespanhoes que em 1759 e 1760 penetraram lutando com grandes difficuldades e affrontando muitos perigos nos rios Pepiry Guassú e Santo Antonio; em virtude desta resolução collocou-se em cada esquina de rua uma placa com os seguintes nomes: Rua Alpoim, Rua Arguedas, Rua Veiga d’Andrade, Rua Marron, Rua Pacheco de Christo, Rua Millau, Rua Rodrigues de Moura e Rua Bartholomeu da Silva. O primeiro foi o Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, Commissario Portuguez; o segundo o Conselheiro D. Francisco de Arguedas, Commissario Hespanhol; o terceiro Capitão Veiga d’Andrade, Astronomo Portuguez; o quarto Alferes de Navio D. Norberto Marron, Astronomo Hespanhol; o quinto Alferes de Granadeiros, Pacheco de Christo, Geographo Portuguez; o sexto Alferes de Navio D. Francisco Millau e Maraval, Geographo Hespanhol; o sétimo, Capitão de Aventureiros Rodrigues de Moura, Pratico Portuguez e o oitavo o Cirurgião Portuguez Bartholomeu da Silva. E para constar lavrou-se esta que vae assignada pelas pessoas presentes a solemnidade.

Ao serem convidados os assistentes a firmar as suas assignaturas nesta acta, o capitão Domingos Nascimento, pedindo a palavra, propoz que em homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense pelo Excellentissimo Senhor General Dr. Dionisio Cerqueira, a nova povoação tomasse o nome de – Dionisio Cerqueira – em vez de Pepiry-Guassú, proposta que foi approvada unanimemente.

General José Bernardino Bormann. – Pedro Ezcurra 1º
Commissario Argentino de Limites con Los E. U. del Brazil. – Tenente
Coronel Lino d'Oliveira Ramos. – Dr. Joaquim Antonio da Cruz. –
Carlos Alberto de Juviria. – Francisco Gonçalves do Nascimento Rosa,
Chefe da Comissão Fiscal. – F. Brignole. – Manoel Ricardo Negrão,
empregado da Comissão Fiscal do Barracão. – Leocadio Cleto da
Silva, empregado da Comissão Fiscal do Barracão. – Capitão José
Leandro Braga Cavalcanti. – Alferes Francisco de Paula Arantes. – José
Genancos Fortes. – Luiz Machado. – Manoel Ignacio Martins. – João
Ignacio de Oliveira Martins. – Capitão Domingos Nascimento,
Secretario do 5º Districto Militar e Dionisio Cerqueira, – vencido quanto
denominação da povoação.

Resta agora que a povoação Dionisio Cerqueira seja digna do seu
illustre fundador, e que as auctoridades do Estado paranaense, por
ventura ali creadas, saibam fazer respeitar e elevar o nome brasileiro
em presença de tão dignos e operosos vizinhos.

(Nascimento, 1903, p. 169-171).

A tese se constrói com argumentos substanciais que mobilizam a compreensão do espaço como categoria teórica, como espaço produzido simbolicamente, não vazio, mas pleno de práticas institucionais estatais, nacionais, urbanas e também linguísticas.

Do Prefácio de
Carolina Rodríguez-Alcalá
e Maria Onice Payer

